

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2017-2021** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO**
DE DOIS MIL E DEZOITO -----
----- **ATA NÚMERO QUARENTA E SEIS** -----

----- Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello

Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, José Roque Alexandre, Eduardo Carvalho Viana, António Miguel Silva Avelãs, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Ana Margarida Barata, Maria João Bernardino Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, José Manuel Marques Casimiro, João Carlos de Sousa Pereira, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Mário Nelson Moraes Freitas e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa e Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Ana Margarida Barata. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Alves Teixeira.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

----- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo de Carvalho Viana.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Correia da Silva e Orísia Roque.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados boa tarde.-----

----- Vamos dar início à Sessão de hoje, aos nossos trabalhos, vigésima nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, quadragésima sexta reunião.-----

----- Vamos dar início à intervenção do público.-----

----- Temos seis inscrições, tivemos várias outras inscrições que não puderam ser admitidas, porque tivemos um grande fluxo de inscrições, nós até alongámos com o nosso número de admissões habitual que é cinco.-----

----- E portanto vamos chamar a Senhora Sandra Ramos, o tema que nos trás tem a ver com as demolições nas Galinheiras.-----

----- Pedia que trouxessem a Senhora Sandra Ramos ao palco.-----

----- E às Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Assessores que se pudessem sentar.-----

----- Senhor Vereador também lhe pedia que deixasse de fazer atendimento aí na bancada da Câmara, para que o público possa usar da palavra.-----

----- As Senhoras e Senhores Deputados possam ouvir com atenção aqueles que se dirigem à Assembleia Municipal.-----

----- Tem a palavra três minutos, por favor.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Sandra Ramos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Posso começar?*-----

----- *Boa tarde à Mesa e boa tarde a todos os presentes.*-----

----- *Eu sou a Sandra Ramos, moradora na Estrada da Póvoa, Vila Pimenta, nas Galinheiras.*-----

----- *Eu venho falar no meu caso, nós estamos a passar por uma fase em que estão a demolir as nossas habitações, algumas já foram demolidas.* -----
----- *No meu caso não sei quando, e como é que eles vão fazer.* -----
----- *Nós, moradores não estamos preparados para ir dormir para uma pensão com os nossos filhos.* -----
----- *Eu no meu caso específico tenho um filho com uma deficiência específica, ele sofre de uma displasia e estou preocupadíssima com a situação dele.* -----
----- *E então venho aqui pedir um apoio, uma ajuda em como é que eu posso, visto que já fui à Câmara Municipal inscrever-me, mas eles não me garantem que a minha situação seja resolvida.* -----
----- *E eu não estou preparada para ir com os meus filhos para a rua, estou numa situação debilitada, não quero andar com as minhas coisas às costas.* -----
----- *E venho pedir a vossa intervenção e a vossa ajuda, e que me apoiem no que puderem, porque eu também não percebo muito, não entendo muito de leis.* -----
----- *Simplemente sou uma cidadã.* -----
----- *Estou há espera que alguém faça algo por mim, pelos meus filhos, nunca passei por esta situação, nem eu nem os meus vizinhos, e estou preocupada, por isto.* -----
----- *E então agradeço a todos, darem-me a oportunidade de vir aqui intervir e falar sobre o meu assunto.* -----
----- *Obrigada a todos.*-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Não sei se tem documentação que possa ter.” -----
----- **A Múncipe, Senhora Sandra Ramos,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Tenho documentação sim, a expor a minha situação.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “E eu ia pedir, nós temos várias intervenções relativas ao mesmo assunto, e portanto vamos deixar decorrer aquilo que é o Período de Intervenção do Público.-----
----- Mas estava aqui a Assessora da Presidente para as questões da habitação, a Doutora Elisabete, e eu ia-lhe pedir para depois decorrido este Período de Intervenção do Público, se podem conversar com ela, deixar toda a documentação, explicar os casos, ela vai acompanhar o vosso assunto. E depois naturalmente, faremos as necessárias diligências junto da Câmara Municipal, para além de todo o expediente aqui resultante de intervenção do público, vai ser transcrito em ata, enviado para a Câmara, também aos diferentes Grupos Municipais, e portanto agradecia-lhe que pudesse partilhar toda a documentação com ela. -----
----- Depois a cópia dará entrada aqui na Mesa, como do expediente, mas podemos tratar com a Doutora Elisabete. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Sandra Ramos,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada a todos. -----
----- Obrigada pela oportunidade.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A segunda inscrição para o Período do Público, também alguém que já teve participação cívica aqui nos diferentes trabalhos da Assembleia, o Senhor Rui Martins, e o assunto tem a ver com o estado de execução das políticas de habitação pendentes na Câmara Municipal de Lisboa, em nome dos “Vizinhos do Areeiro”. -----

----- Três minutos também.” -----

----- **O Múncipe, Senhor Rui Martins,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Boa tarde. -----

----- Bom, são várias questões que me trazem aqui, mas são questões breves. -----

----- Em primeiro lugar, “percentagem mínima de 25% do edificado” lê-se no compromisso PS e BE para este Mandato, este valor vai ser aplicado em todas as empreitadas que estão a ser lançadas, nomeadamente na Freguesia do Areeiro? -----

----- Outra questão: quanto alojamento local há exatamente no Areeiro? -----

----- Os números do Airbnb não batem com os números do RNAL (Registo Nacional de Turismo), e a Câmara tem acesso aparentemente por protocolo, ao Airbnb, aos dados. E há indícios de muito alojamento local ilegal, nesta freguesia. -----

----- Fizemos uma sugestão para a criação de mais estacionamento para os moradores no Logradouro Manuel da Maia. Quando possível gostaríamos que respondessem. -----

----- Devolutos no Areeiro. Levantamento de há um ano que fizemos, encontrámos duzentos e quarenta e seis possíveis devolutos, setenta e quatro lojas, hoje são bastantes mais, e treze prédios completamente vazios, a maior parte no Bairro da GNR. -----

----- A questão é: em quantos devolutos é que a Câmara já aplicou a triplicação, agora parece que é mais, do IMI, em Lisboa, e nesta freguesia em particular. -----

----- Propusemos também à Câmara a colocação de uma estátua na Praça Pasteur, gostaríamos de saber como está esta avaliação. -----

----- E propusemos a reformulação do espaço do tabuleiro superior da Alameda Afonso Henriques. Passei por lá ainda hoje de manhã, aquilo está muitíssimo mau. Sei que há um projeto de recuperação do espaço, seria bom saber em que estado é que este projeto se encontra. -----

----- Quanto ao estado de execução do compromisso PS e BE para habitação. -----

----- Há várias questões que eu gostaria de aqui deixar na mesa, a quem soubesse ou pudesse responder. -----

----- Quotas de habitação permanente e uso turístico. -----

----- Confirma-se que são aplicadas apenas, nas quatro freguesias históricas? E nas restantes? Como Areeiro, como Alvalade e Arroios, onde estes números não param

de aumentar, corroendo cada vez mais o número de oferta para habitação, não há planos? -----

----- Programa “Reabilita primeiro, paga depois”. -----

----- Como está a aceleração deste programa? Como garantir que estas casas não entram depois com fundos públicos no mercado de alojamento local? -----

----- Reabilitação por pequenos proprietários, que mantenham os seus inquilinos.-----

----- Já houve apoios? Quantos? Aproximadamente.-----

----- Redução dos prazos de licenciamento. -----

----- Fala-se de três meses a três anos, confirma-se? O que está a ser feito para melhorar estes prazos, que são claramente muito dilatados. -----

----- Programa Renda Acessível. -----

----- Quantas casas já estão neste Programa? -----

----- E muito importante, Bairro Portugal Novo, o muito esquecido, já há cinquenta anos que a situação se arrasta, há algum desenvolvimento por parte do Tesouro e do IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana)? -----

----- Eu recordo que a conjugação perfeita de PS na Câmara, PS no Governo, pode não se repetir tão cedo, mas seria importante resolver esta questão agora, quando há consciência de governo na cidade e na República. -----

----- Três mil casas no Programa Renda Acessível, quantas estão e quantas esperam que venham a estar em finais deste ano?-----

----- Gabinete Municipal para Alojamento Local, já está em funcionamento?-----

----- Residências universitárias. Propusemos recentemente uma proposta para a criação de um regulamento de apoio a Repúblicas Universitárias, pedimos reunião à Câmara nesse sentido, acho que é algo que pode ser estudado, porque a oferta é manifestamente insuficiente, e ter em conta que já está também a correr no mercado de habitação, e que a maior parte, e boa parte deste mercado de arrendamento a estudantes foge a impostos. -----

----- Era tudo, era a última questão. -----

----- Obrigado.” -----

----- (A Documentação entregue por Rui Martins fica anexada a esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelas várias e abrangentes questões que nos colocou. -----

----- Naturalmente, que depois receberá a resposta por escrito, das diferentes diligências que a Assembleia Municipal irá fazer junto do Município, da Câmara Municipal para obter as diferentes respostas.-----

----- Nós, não sei se entretanto veio ou não, eu tinha a indicação que o terceiro inscrito Senhor Joaquim Cabaço estava atrasado. Ainda não veio?-----

----- Portanto, vamos passar ao quarto inscrito, se entretanto chegar o Senhor Joaquim Cabaço dar-lhe-emos a palavra, se não ficará para uma próxima oportunidade. -----

----- O quarto orador inscrito, também, é o Senhor José Marin, que já teve a oportunidade, infelizmente para ele, porque é sinal que o assunto não se resolveu, de se dirigir várias vezes a esta Assembleia, tem três minutos como habitualmente.” -----

----- **O Município, José Marin**, no uso da palavra fez, a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhor Presidente, estimada Assembleia. -----*

----- *Senhor Presidente antes de mais um bom Natal. -----*

----- *Sou José António Marin, cidadão indignado com o “bullying” imobiliário e camarário, e a camarária incúria. -----*

----- *Que não sancionou determinadas condutas, alegando não poder colidir com privados interesses, eternamente aqui falei de factos e já mais insinuei o quer que fosse. -----*

----- *Eu jamais aqui falei do passado, -----*

----- *E desde a última vez em que aqui estive, esta é a primeira vez que aqui venho falar do mesmo de sempre, de factos pertencentes ao presente e com reflexos futuros. -*

----- *Tendo em conta o sexagésimo quinto artigo da Constituição da República Portuguesa, que se reporta a um direito fundamental, cuja dinâmica carece da concretização para ser aplicável, está na hora de tal suceder a meu favor. Através do exercício camarário do direito de preferência, também, legalmente previsto. -----*

----- *Contudo, Vossas Excelências preferem deixar os prédios abandonados à mercê dos especuladores, deixando-os encher os bolsos à custa das nossas vidas. -----*

----- *Eu tive que emendar aqui umas coisas. -----*

----- *Preciso de permanecer naquela casa, não só por motivos afetivos, foi ali que sempre vivi desde que nasci, há cinquenta e cinco anos. -----*

----- *É ali naquela zona que tenho à mão tudo quanto eu preciso para erguer a minha vida. A minha vida depende daquele lugar, por uma questão de mobilidade, por motivos de saúde física e psicológica. -----*

----- *Seria uma enorme maçada perder o que já me tiram, perdi quase toda a vontade de viver. -----*

----- *Se, e me colarem o papelinho na porta acabarei irremediavelmente com tudo. ----*

----- *Pelo menos não assistirei ao que se avizinha no horizonte. O tempo dos “Mao”, dos “Xi Jinping”, dos “Orbán”, dos “Bolsonaros” e quejandos, na manifesta ação dos mais mesquinhos interesses imobiliários. -----*

----- *Termino retomando o saudoso “regime de água doce”. -----*

----- *Comemora-se dentro de dias o ano de 2019, a que foi dado esse número e não só por acaso, porque ele vem na sequência de outros 2018. -----*

----- *Bom Natal e um próspero Ano Novo.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado, Senhor José António, também, em nome da Assembleia desejar-lhe um Bom Natal e fazer-lhe sentir que, apesar dos diferentes contactos permanentes que tem tido com a Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal, que a Doutora Elisabete, também, está sempre disponível para uma atualização e um update da informação sobre esta matéria. -----*

----- A próxima oradora inscrita é a Senhora Débora Cardoso, também, tendo a ver com uma demolição, portanto, matérias de habitação. -----

----- Tem a palavra, também, três minutos.”-----

----- **A Muniçipe, Débora Cardoso**, no uso da palavra fez, a seguinte intervenção: ----

----- *“Boa tarde a todos. -----*

----- *Estou aqui porque, vão fazer demolição às casas e tenho três filhos. -----*

----- *Não estou pronta para ir para a rua. -----*

----- *Tenho uma filha asmática, tenho uma filha doente, não vou aceitar as pensões, porque não tem condições nenhuma.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

-----“Já agora. Se puder partilhar com a Assembleia, qual é a zona? Qual é a morada? -

----- **A Muniçipe, Débora Cardoso**, no uso da palavra fez, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Moro nas Galinheira, Vila Pimenta, porta número quatro. Vão fazer a demolição não sei quando, acho que é para o Natal, para a passagem de ano, não sei. -----*

----- *Não estou pronta para ir para uma pensão que, aquilo não tem condições nenhuma. E não vou para a rua porque eu tenho uma filha doente.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito bem. Já percebemos. Pedia-lhe, também, sendo na mesma zona de uma das oradoras que a antecedeu, se pode conversar com a Assessora da Presidente Helena Roseta, para as questões da habitação, para aprofundar e ficarmos com mais dados para além da sua intervenção que foi sucinta sobre esta matéria, de modo a podermos ver este assunto com a Câmara Municipal.” -----*

----- **A Muniçipe, Débora Cardoso**, no uso da palavra fez, a seguinte intervenção: ----

----- *“Sim, sim. Muito obrigada a todos.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado. Próxima inscrição, Luís Manuel Braga. -----*

----- A indicação que nós temos aqui do assunto é que é uma matéria que tem a ver com ação da Polícia Municipal e diferentes procedimentos. -----

----- Portanto, tem também três minutos para usar da palavra, se tiver documentação, mesmo que não tenha oportunidade de a ler ou uma intervenção escrita, ela pode ficar que será integralmente transcrita na ata e nas questões que são feitas à Câmara Municipal.” -----

----- **O Muniçipe, Senhor Luís Manuel Braga**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde.-----*

----- *Venho aqui por duas razões, a primeira das quais é para defender a minha honra pessoal e profissional, eu fui um dos peticionários da Petição n.º. 10/2018, que subiu à 8ª Comissão e foi objeto de um Relatório.-----*

----- No seu Ponto 6 “Conclusões”, o Relatório tece considerações que eu qualifico de absurdas, se não mesmo caluniosas! Este Ponto 6 do Relatório constitui...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Luís Braga, Senhoras e Senhores Deputados, eu agradecia que fizessem um pouco mais de silêncio, porque têm oportunidade de lá fora de debater vários assuntos, articular posições, mas termos um Município a fazer uma intervenção com este ruído de fundo, não só não ouvimos o Município, como também não prestigia por aí além os nossos Trabalhos. Peço desculpa pela interrupção.”-----

----- **O Município, Senhor Luís Manuel Braga**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Este Ponto 6 do Relatório constitui ainda um abuso ou mesmo um ato de má-fé porque tece considerações técnicas e legais sobre algo que não existia como objeto de apreciação.-----

----- As alegadas propostas apresentadas pelos peticionários que o Relatório refere não passam de um esboço da minha autoria, numa folha A4, sem escala, que apenas traduzia um esquema de estrutura funcional de uma, e só uma proposta.-----

----- Deste bocado de papel não havia qualquer possibilidade de extrair nenhuma das conclusões que a 8ª Comissão retirou, eu como autor ofendido, fico a aguardar que a 8ª Comissão tenha a dignidade de se retratar, porque de forma gratuita, ofendeu o meu bom nome pessoal, enquanto cidadão responsável, e profissional, enquanto Arquiteto, também responsável.-----

----- A segunda razão que aqui me traz refere-se aos procedimentos e atitudes que eu tenho presenciado por parte da Polícia de Trânsito Municipal.-----

----- Dias depois da já referida Petição ter sido aprovada, por unanimidade, a Polícia Municipal, claramente, em oposição ao espírito de compreensão e de solidariedade manifestado por todos os Deputados Municipais que intervieram nessa Sessão, no Plenário da Assembleia Municipal, procedeu a uma das mais espetaculares e hediondas ações repressivas de multa e reboque automóvel.-----

----- Mais uma vez, a atitude provocatória foi uma realidade. Por volta das 8 horas os residentes desesperam por um lugar para estacionar, entretanto, dois Agentes e respetivos carros ocupam o espaço de três lugares, enquanto os mesmos agentes despacham o expediente.-----

----- A alguns metros de distância um carro de um Stand, em exposição, com bandeirola da Cofidis ao lado, ocupava o passeio.-----

----- Do outro lado, um passeio integralmente ocupado com carros ali estacionados, alerto os Agentes, e resposta “Faça queixa para a Polícia”, mas eles eram Polícias e eu estava a fazer queixa!...-----

----- Poder-se-ia dizer que isto foi uma exceção, não fosse o caso de infelizmente constituir o “modus operandi” desta Polícia, se tivermos em conta o que temos vindo a presenciar desde que começaram estas investidas, mas pior do que isto é a forma mentirosa como as chefias respondem ao cidadão.-----

----- *Em resposta a um email meu, enviado ao Comandante da Polícia Municipal, respondia-me o Senhor Chefe Principal, Carlos Alberto Taveira Ferreira, em relação aos alvos da sua intervenção, “que apenas em situações que de alguma forma possam colocar em causa a segurança de terceiros, ou a livre circulação de veículos e peões, mormente situações em que estes sejam obrigados a abdicar do passeio, para circularem na faixa de rodagem, se procederia às autuações”, isto não é verdade!-----*

----- *Os únicos veículos que nunca vi serem fiscalizados são exatamente os que põem em causa a segurança e mobilidade das pessoas nos passeios! -----*

----- *De tudo isto concluo que a Polícia tem que garantir os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei, não se constituindo, pelo contrário, como um agente de perturbação especial, que para isso não pode ele mesmo desrespeitar o Artigo 13 da Constituição, o princípio da igualdade, um dos princípios basilares num Estado de Direito, que ainda menos pode esta Polícia dar indícios de que não é imune a compadrios ou corrupção! -----*

----- *Por último, como muito mais teria a dizer, se para tal houvesse tempo, eu daqui desafio a todos os Senhores Deputados que se sintam movidos pela missão de promover a paz, e tranquilidade e a harmonia social, a iniciar um processo de fiscalização às práticas da Polícia de Trânsito Municipal. Muito obrigado.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado, tomámos boa nota das considerações que fez sobre um conjunto de matérias, sendo que naquilo que concerne ao Relatório que referiu da 8ª Comissão, naturalmente, que não há nenhuma intenção, não só da Assembleia Municipal como das suas Comissões, de qualquer tipo de comportamento menos próprio na apreciação das Petições, que aliás é um direito consagrado no Mandato passado, por largo consenso de entre as forças políticas, como uma forma de aprofundamento da democracia participativa na cidade.-----*

----- *Agora, naturalmente, que não tendo eu conhecimento da situação em concreto, não pertença a essa Comissão, que os Deputados Relatores e as diferentes Forças Políticas têm a liberdade de apreciar aquilo que são as intervenções, os relatórios e tudo aquilo que é o expediente nesta Assembleia. E, portanto, a democracia é assim mesmo, os Peticionários têm o direito de se dirigir à Assembleia e de se exprimir, e os Deputados têm o direito de avaliar aquilo que são as propostas e retirar as diferentes conclusões.” -----*

----- *Esgotado o período de intervenção do público dar-vos nota que em relação ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, do aditamento nós temos a Eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa, para integrar o Conselho Municipal para a inclusão das Pessoas com Deficiência. -----*

----- *Há uma candidatura segundo o método *D’Hondt*, e portanto que será votada nós vamos no local habitual no *foyeur* à minha esquerda, vamos dar início à votação, e seguindo também aquilo que é o método *D’Hondt*, da designação de escrutinadores, caberá ao MPT e ao PAN, depois no momento apropriado de indicar os escrutinadores para rapidamente com os serviços procedermos àquilo que será o apuramento dos*

resultados desta eleição, e portanto será aberto a urna e a votação e que ocorrerá ao longo dos nossos trabalhos. -----

----- Portanto, os Senhoras e Senhores Deputados poderão ao longo da tarde exercer o seu direito de voto.” -----

----- **PONTO 1 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS, DE ACORDO COM O FORMATO EM ANEXO, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO;** ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ponto 1 da Ordem de trabalhos, a que vamos dar início tem a ver com as Declarações Políticas. -----

----- Penso que já temos várias inscrições das forças políticas, quem ainda não se inscreveu para exercer o seu direito de fazer uma Declaração Política pode fazê-lo para a Mesa. -----

----- Também dar-vos nota que no exercício do seu direito regimental da declaração que todos os Senhores Deputados podem fazer, o Senhor Deputado Municipal que exerce o Mandato como Independente Rui Costa, também vai usar da palavra pelos cinco minutos regimentais a que durante o ano qualquer Deputado poderá ter direito. --

----- E dar-vos nota que nós articulamos os tempos para exercício das Declarações Políticas, durante a Conferência de Representantes de ontem, e é por isso que o tempo foi articulado no modo da convocação um pouco inferior aquele que é o limite máximo. -----

----- Nós teremos o mesmo tempo para a intervenção de oito minutos, teremos o mesmo tempo para dar explicações ou responder a interpelações se for caso disso de quatro minutos, e depois o tempo que é distribuído para as diferentes forças políticas para usar da palavra ao longo das intervenções, esse sim, é que foi reduzido para sete minutos e meio. -----

----- Pedia à Senhora Segunda Secretária para que procedesse à leitura daqueles que estão inscritos para ver se falta alguém, houve algum erro. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Ora temos inscritos para as Declarações Políticas: Mário Freitas do MPT, Modesto Navarro do PCP, Inês Sousa Real do PAN, Manuel Laje do PS, Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda, Sobreda Antunes do PEV, Diogo Moura do CDS, Rui Costa, Independente, Aline BeuvinK do PPM, Vasco Morgado do PSD e Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, sendo que, e como há pouco eu anunciei o Senhor Deputado Rui Costa, nós admitimos por este ponto das Declarações Políticas, que não valia a pena estar a isolar a sua intervenção, mas é ao abrigo de diferente disposição regimental. ---

----- Portanto vamos iniciar as Declarações Políticas.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----
----- “Muito obrigado.-----
----- Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----
----- Para esta Sessão dedicada a Declarações Políticas, submetemos à consideração do Plenário, dois documentos, uma recomendação e uma moção, que são temáticas que no nosso entender são atuais e acima de tudo são de relevada importância para esta nossa Lisboa.-----
----- Em relação à recomendação pelo cumprimento do Regulamento Municipal do Arvoredos, entendemos que sendo um instrumento de extrema importância para a gestão e manutenção do património arbóreo da cidade, continua a não ser respeitado, que até é caricato, não tivesse este documento estado em “banho-maria” durante dois anos até ser aprovado.-----
----- Em 24 de julho do presente ano, apresentámos a recomendação por mais espaços verdes no espaço público, objeto do projeto de “Uma Praça em cada Bairro”, por considerarmos que programa ao constituir-se por locais de encontro, deveria contemplar mais espaços verdes de modo a não vermos sub-sair apenas o pavimento e os bancos cimentados.-----
----- Contudo, e apesar, da nossa recomendação ter sido acolhida é notório que o Departamento de Urbanismo, no âmbito do referido programa continua a descuidar o arvoredos.-----
----- Vimos o sucedido no Largo da Graça, onde foram abatidas mais de trinta árvores e mais recentemente em Picoas onde as caldeiras das árvores foram praticamente tapadas com calçada, isto é, foram calcetadas.-----
----- A este propósito o Regulamento Municipal do Arvoredos apresenta uma série de regras a serem aplicadas, entre as quais cito: *“as caldeiras devem ter dimensões compatíveis com o saudável e pleno crescimento das espécies arbóreas ali plantadas, não sendo admitido que o espaço disponível para o efeito, isto é, a área permeável. Tenha uma largura interna inferior a um metro e vinte, no caso de adotar um formato quadrado ou retangular. Tenha um diâmetro interno inferior a um metro e vinte, no caso de adotar um formato circular ou não retangular.”*, Alínea i) do artigo nº 3 do artigo 18.º, capítulo IV;-----
----- Neste seguimento gostaríamos de saber qual a taxa de sobrevivência das espécies arbóreas plantadas no âmbito do “Programa uma Praça em cada Bairro”.-----
----- Mesmo que não houvesse um regulamento para impedir que as caldeiras fossem calcetadas, o bom senso deveria ser suficiente, mas é do conhecimento geral que ao calcetar as caldeiras a área fica desprovida de nutrientes e de água, ao mesmo tempo que se lhe está a afixar a raiz.-----
----- Por que motivo o Departamento de Urbanismo continua a cometer estas atrocidades, e o Departamento dos Espaços Verdes continua a assistir impávido e sereno?-----

----- Estará eventualmente relacionado com o facto da versão do Regulamento Municipal do Arvoredó, aprovada nesta Assembleia, apresentar alterações significativas diferentes da versão aprovada por unanimidade, em Câmara Municipal, e assim deste modo estaremos perante um documento que eventualmente não é juridicamente eficaz?-----

----- Bem sabemos, que os regulamentos municipais têm de ser aprovados em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara.-----

----- Contudo, ora como houvera alterações substanciais à proposta inicial, não deveria este documento ter sido submetido novamente à apreciação dos Senhores Vereadores?-----

----- A este respeito ficou o Senhor Vereador Sá Fernandes, de enviar um parecer jurídico à Assembleia Municipal, mas até à presente data nada nos chegou.-----

----- Daí, apelarmos no ponto um da nossa recomendação, por essa informação o mais célere possível.-----

----- Através da Moção “Escola Secundária Afonso Domingues”, solicitamos ao Ministério da Educação, que promova com urgência uma ação de reabilitação da centenária Escola Secundária Afonso Domingues, em Marvila, para que seja reabilitado o edifício e toda a sua envolvente, tornando um espaço útil e de usufruto para os lisboetas. Esta escola dotada com excelentes pavilhões para o ensino de cursos profissionalizantes, e ainda em 1940, o agraciado nobel José Saramago concluiu o curso de serralheiro mecânico, é hoje um espaço vandalizado, vazadora de lixo e entulho.-----

----- Por último, gostaríamos de lembrar que no dia 24 de abril de 2018, apresentámos uma Moção nº 20/01, “Por uma melhoria dos serviços prisionais no estabelecimento prisional de Lisboa”, aprovada por unanimidade.-----

----- Passado este tempo, assistimos ao ressurgimento de motins e greves. Na moção apresentada pretendíamos que a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, revisse as novas regras do horário laboral dos guardas prisionais, e analisasse a possibilidade da sua aplicação a todo o território nacional. Solicitamos à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que avaliasse a adequação do número de guardas prisionais pelo número dos estabelecimentos prisionais portugueses, para que fossem garantidas a segurança e o bem-estar, tanto dos reclusos como dos guardas prisionais no exercício das suas funções.-----

----- E por fim, solicitamos à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais esclarecimentos relativamente às denúncias, sobre as condições degradantes das salas e as falhas de segurança verificadas no Estabelecimento Prisional de Lisboa.-----

----- Caros Colegas, todos estes problemas subsistem, as respostas que solicitamos tardam, e os dias de greve a que assistimos, sem descurar as que passaram já este ano, ameaçam-se prolongar-se até à antevéspera de Natal, tornando esta época que na nossa cultura é plena de apelos à harmonia e à paz, numa época ainda mais difícil para todos aqueles por pormenores da vida se encontram privados da liberdade, mas também para aqueles a quem cabe a sua vigilância.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Para informar que temos duas inscrições, para interpelar o Senhor Deputado, o Deputado Manuel Lage do Partido Socialista e a Senhora Deputada que exerce o Mandato como Independente Teresa Craveiro.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, o microfone ao Senhor Deputado, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Senhor Deputado Mário Freitas, muito obrigado pelos documentos que nos trouxe a esta Sessão.-----

----- O Partido Socialista gostar-lhe-ia de colocar algumas questões relativamente à Moção nº 1, sobre a “Escola Secundária Afonso Domingues”.-----

----- Vossa Excelência, alerta-nos aqui para o facto de ter sido feito um investimento nesta escola, mas depois por causa da crise ter sido abandonado esse investimento e ter sido fechado essa escola.-----

----- E depois pede-nos que apelemos ao Ministério da Educação para promover com urgência a ação de reabilitação da escola.-----

----- Senhor Deputado, nós não podíamos estar mais de acordo, no entanto há uma questão, ou várias questões prévias que gostaríamos de recordar ao MPT. -----

----- A primeira é que a escola foi abandonada por diversos motivos, que não aqueles que Vossa Excelência aqui refere.-----

----- O primeiro, é que a crise que agora refere era uma crise que na altura a coligação em que o Senhor foi eleito para esta Assembleia, reconhecia, ou dizia não existir, e portanto, é engraçado que os Senhores falem de uma crise que não existia, mas que agora já existe, essa é a primeira questão.-----

----- A segunda questão, Senhor Deputado, é que a escola em causa está inserida numa zona de canal, uma zona de canal para a via-férrea, o significa Senhor Deputado que isto obriga a uma alteração legislativa quanto à travessia do Tejo, e naturalmente, feita a nível central que curiosamente nos quatro anos, em que mais uma vez a coligação em que Vossa Excelência que foi eleito para esta casa, também nada fez, mas como dizia precisa de ser alterado pelo governo central, e depois levará naturalmente a uma alteração do PDM da cidade de Lisboa. -----

----- E portanto, Senhor Deputado a questão será, quer Vossa Excelência propor-nos que haja uma intervenção desta casa para pedir ao governo a alteração da legislação quanto à travessia da ponte, para que deixe de ser uma zona de canal? Quer Vossa Excelência pedir pois que a Câmara faça uma alteração ao PDM? Para que deixe de ser uma zona de canal? Se assim for naturalmente terá o voto favorável do Partido

Socialista, porque de outra forma não poderá ter porque se trata de uma proposta para uma votação ilegal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone à Senhora Deputada Teresa Craveiro.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Queríamos agradecer, enfim a preocupação relativamente aos equipamentos estarem desativados, é sempre uma preocupação em termos de sustentabilidade da cidade, mas neste caso o mais afirmativo é dizer que um espaço canal, independente de ser TGV ou ferrovia, é um espaço canal para a terceira travessia, que jamais pode ter, ou deverá ter, mudanças ou construção do que quer que seja de equipamentos. Quanto muito, poderá ter um usufruto transitório de espaço verde, ou de trabalho, mas sempre transitório, porque mal seria que uma Câmara e uma Assembleia Municipal votassem contra o que é um espaço canal dado no PDM e no PROT da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Não se trata só da crise, pode ter sido a crise na questão do TGV, mas a terceira travessia ferroviária enquanto não houver novo diploma da Área Metropolitana e de revisão de PDM, nós precisamos dela efetivamente para apoiar todas as transformações da margem sul, que serão objeto a breve trecho ligado até ao aeroporto, ao porto do Barreiro, e de mais modificações que se estão a operar no âmbito da área metropolitana. -----

----- Portanto o que eu sugeria é que houvesse sempre esta avaliação também dos instrumentos, isso é que é uma preocupação que o Movimento dos Cidadãos tem sempre. -----

----- E portanto, jamais não se trata tão pouco de solicitar ao Governo ou solicitar a revisão do PDM, é preciso perceber-se se precisamos ou não da terceira travessia, e do que ela revela no âmbito da acessibilidade e mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado para responder às interpelações que foram feitas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT),** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Antes de mais agradecer a interpelação feita pelo Senhor Deputado Manuel Lage e pela Senhora Deputada Teresa Craveiro. -----

----- Eu só queria recordar ao Senhor Deputado Manuel Lage, que o MPT não foi eleito em qualquer coligação que tenha estado no poder. -----

----- O MPT foi eleito numa coligação por esta nossa cidade, por esta nossa Lisboa, com o PPM e com o CDS-PP, portanto não tivemos qualquer tipo de responsabilidade neste governo, no anterior ou em qualquer outro, ao contrário do Partido Socialista que há três anos está no poder, e como tal, poderia de alguma forma ter feito alguma coisa por aquele espaço que merece toda a atenção, e o que nós propomos na nossa moção é só isso, é a reabilitação daquele espaço para que possa ser aproveitado algo que tem história, e possa ser devolvido aos lisboetas sob a forma de usufruto, e sob a forma de um espaço que nos garanta algo ali. -----

----- Porque de momento não temos nem TGV, e temos isso sim, um espaço, um equipamento a ser pilhado, a ser alvo de vandalismo permanente, sendo que neste momento não está absolutamente nada ali a ser feito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, e assim se encerra a sua Declaração Política, e a próxima declaração será proferida pelo Partido Comunista Português.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Nós apresentamo-nos nesta Sessão. -----

----- Só agradecia que não houvesse reuniões na Vereação! -----

----- Para ver se... sim, sim, Senhor Vereador! Têm que aprender que aqui ou estão como os outros Vereadores e uma Senhora Vereadora, estão com respeito à Assembleia, ou estão numa “conversa amena de café”. -----

----- Bom! Eu quero fazer a minha intervenção, e quero fazer a minha intervenção sem risos, e tenho direito a isso! E é o Senhor Presidente que tem que impor.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado e Senhor Vereador. -----

----- Hoje já o fiz três vezes Senhor Deputado, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Apresentamos um “Voto de Saudação Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa”, pela justa quanto ao reconhecimento da sua profissão, e seus direitos. -----

----- Quanto à Moção nº 046/01 do MPT vamos votar a favor, mas já apresentámos várias propostas ao longo dos anos, tanto aqui como na Câmara, e de facto aquele património tem-se esvaído e perdesse para a cidade, seja qual for a utilização que venha a ter. -----

----- A nossa intervenção, e a recomendação que apresentamos nesta Declaração Política têm o título “Pela requalificação do interesse público e carácter inclusivo para a Praça Martim Moniz”. -----

----- A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa a EPUL lançou no final do ano de 2011 o concurso público para a concessão da exploração de dez quiosques, com outras obrigações acessórias, na Praça do Martim Moniz em Lisboa, sendo esse prazo de execução do contrato de dez anos prorrogável por um período de três anos, até ao limite máximo de dezasseis, e teve o seu início no ano de 2012, informação que consta no anúncio dos procedimentos.-----

----- A concessão de dez quiosques, destinava-se a estabelecimentos de bebidas, com esplanada, e feira mensal, ao fim de semana, com o máximo de tinta e seis *stands*, tendo ganho o concurso a Empresa NCS ” Número de Ciclos por Segundo.”-----

----- Atualmente, os dez quiosques estão encerrados e, à margem dos Órgãos Municipais Eleitos, e apesar dos esclarecimentos pedidos pelos Vereadores do PCP, na Reunião de Câmara de 25 de outubro, na qual o Presidente da Câmara se escusou a apresentar o programa, metodologia, projeto e orçamento Executivo.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa apresentou depois um projeto de ocupação que prevê retirar os quiosques e colocar contentores na Praça do Martim Moniz, isto aconteceu no passado dia 20 de novembro, em Sessão pública promovida pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- O projeto apresentado pela empresa “Moonbrigade” que surge agora associada à concessão propunha a instalação de contentores para atividades comerciais no centro da praça, incluindo-se uma vedação que limitaria o seu livre uso pelos moradores e cidadãos que diariamente a cruzam e a usam nas várias horas do dia.-----

----- Na sessão pública de dia 20 de novembro, moradores e representantes das entidades locais presentes contestaram amplamente a proposta, e reclamaram a sua participação no processo de requalificação do Martim Moniz. -----

----- Devido à contestação e mobilização da população e de diversas associações e movimentos, o concessionário foi obrigado a rerepresentar o projeto de ocupação para o Martim Moniz, abandonando a ideia de implementar uma vedação, o que configura, desde logo, uma vitória da participação pública que em tão pouco tempo reagiu ao novo projeto da CML para o Martim Moniz.-----

----- Sobre este último projeto de concessão também nenhum documento foi facultado aos Órgãos Municipais Eleitos, sendo que a informação conhecida até à data surgiu via comunicação social, nas notícias datadas de 6 de dezembro. -----

----- Apesar de ter uma aparência diferente da inicial, mantém-se o mesmo tipo de programação, ocupação e comercialização do espaço público. Estão previstos cerca de cinquenta espaços comerciais instalados em contentores revestidos, alguns funcionarão até à meia-noite, segundo as notícias vindas a público. Também foi noticiado que a concessão terá sido prorrogada até 2032. -----

----- A gestão do espaço público deve ser eminentemente pública, e deve responder às necessidades da população e dos seus usuários e não a lógicas privadas de rentabilização. -----

----- Esta proposta para o Martim Moniz concretiza uma visão cada vez mais evidente no urbanismo da atual gestão da Câmara Municipal de Lisboa: produzir limitações de horário para o espaço público e transformar praças em recintos para consumo e

usufruto cada vez menos inclusivos, comprometendo com estas novas formas urbanas o direito à cidade, e ao serviço público que o Município deve prestar. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa nesta Sessão recomende:-----

----- À Câmara Municipal de Lisboa, e este ponto foi alterado, peço a vossa atenção, à Câmara Municipal de Lisboa, que proceda à avaliação dos custos da eventual rescisão da concessão à Empresa NCS “Número de Ciclos por Segundo” de forma a concretizar as medidas necessárias para resolver a situação a favor da cidade, nos termos legalmente previstos. -----

----- Ponto dois, que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilize aos Eleitos da AML todos os documentos relativos ao programa de concessão bem como a todas as alterações e renegociações em relação ao mesmo.-----

----- Ponto três, à Câmara Municipal de Lisboa que dê início a um processo de participação pública, que vise a definição de um programa preliminar para o Martim Moniz de acordo com as necessidades de moradores, entidades, coletivos e comunidades locais, tendo por base a participação cidadã, para a concretização de um projeto de requalificação de interesse público e carácter inclusivo para a Praça do Martim Moniz. -----

----- Muito obrigada pela vossa atenção.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, suscitou vários pedidos para o interpelar, portanto registamos cinco, desta alteração, registámos cinco pedidos de palavra para interpelar o Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Dar o microfone por favor ao Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, cumprimentar o Partido Comunista pelo voto que apresenta aqui hoje em relação aos bombeiros. -----

----- De facto o país assistiu nos últimos dois anos a demasiados incêndios e assistiu à bravura dos nossos bombeiros nos combates aos incêndios. -----

----- Mas o Partido Comunista que traz hoje este voto a este Plenário, não deixa de ser o mesmo que ainda há tempos na Assembleia da República juntamente com os restantes partidos da frente esquerda chumbou uma proposta de alteração ao orçamento de estado que visava um complemento extraordinário às pensões de invalidez dos bombeiros voluntários feridos no exercício da sua atividade. -----

----- E portanto, convém ser consequente entre as palavras e os atos, os bombeiros devem ser sempre elogiados e reconhecidos pela dedicação que têm à causa pública e nacional, a proposta na Assembleia da República teve apenas os votos favoráveis do

PSD e do CDS, alguns bombeiros hoje podiam estar numa melhor situação, se os partidos da esquerda tivessem deixado passar esta proposta de Lei.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, próximo orador.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Vasco Morgado do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Desde já boa tarde á digníssima Mesa a todos aqui presentes.-----

----- Fazer minhas as palavras do Deputado anterior a mim, Rodrigo Gonçalves, e dizer-lhe também que neste voto de saudação na cidade de Lisboa, para além dos bombeiros profissionais, chamados Regimento de Sapadores de Bombeiros, existem bombeiros profissionais das cooperações dos bombeiros voluntários, que não têm os mesmos direitos pelos vistos, pela saudação do PCP, a qual o Regimento de Sapadores de Bombeiros, aqui visado nesta saudação, e se calhar também, digo eu porque não, colocar aqui a defesa dentro do Regimento de Sapadores de Bombeiros, de um comandante de carreira do Regimento de Sapadores de Bombeiros, para que ele não seja um elemento externo à cooperação do Regimento de Sapadores de Bombeiros, que tão prontamente e tão arduamente luta pela cidade de Lisboa, em conjunto com os Bombeiros Voluntários.-----

----- Porque parece que os Bombeiros Voluntários são o “parente o pobre”, dos bombeiros, e assim não são, e desde já quero aqui deixar uma livre saudação à luta dos bombeiros voluntários em todo o país, que neste momento felizmente está a acontecer, não se esqueçam dos bombeiros voluntários, porque parece que só existe o Regimento de Sapadores de Bombeiros para o Partido Comunista Português, aqui na Assembleia Municipal.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Gama do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Miguel Gama.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Vamos falar sobre esta recomendação, para requalificação de interesse público e carácter inclusivo para a Praça do Martim Moniz, apresentada pelo Senhor Deputado

Modesto Navarro, mas tínhamos alguma dificuldade em acompanhar na globalidade e na totalidade a aprovação, ou a votação favorável destes três pontos, felizmente o Senhor Deputado já alterou o ponto número um, e portanto, esta questão que parecia-nos que na sua primeira redação em que estávamos a tomar uma decisão antes de analisar, não faria sentido, atualmente o interesse público tem que ser salvaguardado, temos que também nós, obviamente que estamos de acordo, mas obviamente a primeira coisa a fazer é sem dúvida avaliar, e analisar, de que é que trata esta concessão, de que moldes é que ela foi feita, e o impacto financeiro que poderá ter, portanto depois podemos tomar uma decisão. -----

----- Contudo, ao longo da sua redação do seu documento existe aqui uma questão com a qual essa sim, embora não faça parte das recomendações, mas nós entendemos que não é justo, ou seja, quando se diz que a Câmara tem produzido limitações de horários para o espaço público, tem transformado praças em recintos para consumo e usufruto cada vez menos inclusivos e comprometido de formas igualadas e o direito à cidade, não é esse o nosso entendimento. -----

----- O nosso entendimento é que a Câmara tem feito tudo pela melhoria do espaço público da cidade, aliás, os vários planos que a Câmara tem efetuado são exatamente nesse seguimento, aliás, os próprios programas por exemplo das praças públicas têm exatamente esse entendimento, e certamente esse objetivo para que as pessoas possam usufruir cada vez mais do espaço público. -----

----- Há alguns espaços na cidade, como nós sabemos por questões urbanísticas do passado, nem todas elas estão bem resolvidas, há situações que levam também a alguma insegurança, e a própria dinâmica económica pode favorecer essa segurança, portanto não devemos, penso eu, pensamos nós, ser contra a determinadas situações que podem levar à melhoria do espaço. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, temos ainda dois oradores inscritos por interpelar o Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Relativamente à saudação no Regimento de Sapadores de Bombeiros, acompanhamos o voto que aqui é apresentado pelo PCP, mas as questões, ou a interpelação que eu queria fazer, é relativa há recomendação sobre a requalificação da Praça do Martim Moniz. -----

----- Dizer, que eu próprio no dia 20 de novembro, sai daqui da Assembleia, e fui aquela reunião pública, que só se realizou um único espaço de debate sobre esta proposta e esta intervenção fez-se por iniciativa da Junta de Freguesia de Santa Maria

Maior, senão de outra forma seria um processo que seria discutido na Câmara, e que a população não seria ouvida, e portanto parabenizar nesse sentido a iniciativa da Junta de Freguesia, mas também deu para perceber daquela, das vinte e poucas intervenções, que não havia nenhum morador, nem nenhum comerciante, nenhuma instituição que estivesse presente que fosse a favor daquele projeto que nos foi ali apresentado, nem tanto pela Câmara, mas mais pelo concessionário, e portanto, nesse sentido acompanhamos as preocupações dos moradores, dos comerciantes, destas instituições, vemos com algum espanto que venha a concessionária dizer “*que pronto vai fazer a vontade à comunidade local de fazer alterações ao projeto*”, como se a Câmara não tivesse nada a ver com isto, e portanto, eu acho que é algo que nos deve preocupar qual é o modelo final de implantação e desenho urbano naquele espaço público tanto importante, e já ele tão pressionado a nível ambiental e a nível de tráfego viário.-----

----- Quería também dizer, relativamente aos pontos deliberativos da recomendação, e penso que há aqui uma incongruência, porque no ponto um pede-se a revogação, ou a denúncia do contrato, mas depois, no ponto dois pede-se que sejam avaliados e que nos sejam remetidos, e bem, os documentos relativos a essa concessão, e portanto eu acho, que em primeiro lugar devemos ter acesso a esses documentos, devemos avaliá-los e depois ponderar o que é que se deve fazer ou não, e propor à Câmara aquilo que a Câmara deve fazer, se é denunciar o contrato, ou se é negocia-lo, agora não me parece que possamos primeiro pedir a renúncia de um contrato, e depois de ele estar renunciado não valerá de nada, não servirá de nada ter acesso a esses documentos. -----
----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Ainda, o Senhor Deputado José Alberto Franco dos Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Relativamente aos documentos que o Partido Comunista Português apresentou, gostávamos de colocar uma questão, embora a resposta seja mais ou menos previsível, mas de qualquer modo gostávamos de ouvi-la da parte do próprio Grupo Municipal do PCP.-----

----- O documento intitulado “Saudação ao Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa”, portanto o Voto nº 46/03, sendo como é direcionado para saudar os Sapadores de Bombeiros de Lisboa e os bombeiros profissionais portugueses, a questão é a seguinte, não se pretende com este documento tomar qualquer posição relativamente aos bombeiros voluntários? Conforme, aliás, outros colegas Deputados já fizeram essa leitura, dizendo a esse respeito as opiniões que têm.-----

----- Nós não queremos entrar nesse domínio das opiniões que temos em relação aos bombeiros voluntários, mas queríamos confirmar, da parte do PCP, que este documento é intencionalmente direcionado para os Sapadores de Bombeiros. -----

----- Estamos numa fase, estamos numa conjuntura, sobretudo nos últimos dias em que a Liga dos Bombeiros Portugueses, como sabemos íntegra a maior parte das cooperações de bombeiros voluntários, tomou um conjunto de posições públicas relativamente às questões do comando, da sua articulação ou não articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, assunto esse que nós gostaríamos de ter clarificado, que este documento não está contaminado com as questões presentes relativas aos bombeiros voluntários, queríamos ter essa certeza da parte do PCP. -----

----- Aproveito ainda para dizer que vamos votar favoravelmente a iniciativa do PCP em relação ao Martim Moniz, sobretudo depois da alteração que houve ao ponto um desse documento, para a qual também contribuímos em diálogo, e em concertação com o Partido Comunista Português. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro para responder às diferentes interpelações”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado a todos os Senhores Deputados que puseram questões. -----

----- Penso que são relativas aos bombeiros exigiriam se calhar uma boa reflexão desta Assembleia, um estudo da situação na generalidade. -----

----- Em relação aos profissionais porque, e o nosso documento é nesse sentido, é saudar a luta que desenvolveram e um desfile, que realmente era um desfile impressionante, em relação à Câmara quando foram recebidos pelo Senhor Presidente de Câmara e à qual apresentaram digamos as suas propostas e reivindicações, é evidente que não vou juntar esta resposta, este nosso documento tem a ver com esta luta atual, como uma situação já há muito conhecida por todos nós, em relação aos bombeiros profissionais, e não me digam que em situações de perigo e risco em todo o país, que tem sido da maneira como conhecemos, nós entendemos, que os bombeiros devem ter o mesmo estatuto profissional e remuneratório. -----

----- Deve ser criada uma situação na Assembleia da República, não tenho presente aquilo que era a proposta do PSD e do CDS, mas o que nós entendemos é que deve haver o mesmo estatuto profissional e remuneratório, salvaguardando uma questão essencial, por um lado o profissionalismo dos bombeiros, aqueles que são mesmo exatamente profissionais, e salvaguardando aquilo que é a dedicação voluntária de muita gente que está integrada em bombeiros voluntários aqui em Lisboa, desde logo, mas em todo o país, e que realmente prestam às populações um serviço inestimável nas áreas diversas da saúde, nos incêndios, etc. -----

----- Portanto, estou obviamente de acordo com todas as preocupações e creio que valia a pena, avançaremos para uma análise mais aprofundada desta matéria e a própria Assembleia tomar uma posição sobre esta matéria. -----

----- Em relação a um documento que nós apresentámos e que eu apresentei como recomendação, nós entendemos que a nova redação do número um, deste documento, obviamente propostas dos Deputados Independentes, trata-se de avaliar e analisar os custos, é nesse sentido que nós nos expressámos e já entregámos digamos a proposta de alteração na Mesa. -----

----- Em relação aos Senhores Deputados, ao Senhor Deputado do CDS, obviamente, creio que nos encontramos já várias vezes em bombeiros voluntários desta cidade e profissionais e voluntários, em situações, e portanto estaremos com certeza num caminho de trabalharmos em conjunto para encontramos soluções adequadas e propô-las também à Câmara Municipal, mas também à cidade. -----

----- O nosso documento em relação aos bombeiros do Regimento, exatamente por causa da situação difícil que estão a atravessar, e que nós já conhecemos há muitos anos, são vários os problemas dos bombeiros profissionais desta cidade. -----

----- Quanto à questão da Liga dos Bombeiros, e esta situação é evidente que advém provavelmente de alguma legislação produzida que não irá ao encontro, eu não a conheço, portanto estou a pôr a questão, talvez não vá ao encontro dos interesses dos bombeiros, a nível nacional e que é necessário de facto encontrar as soluções, seja jurídicas, seja legislativas, seja concretas, para realmente eles terem as condições de exercerem o seu trabalho em defesa do país, em defesa das suas terras. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, e assim se encerra a Declaração Política do PCP. -----

----- A próxima Declaração é do PAN. -----

----- Dar-vos nota, que como já devem ter reparado aqui na transmissão e a Dra. Luísa Jacobetty veio aqui dar uma informação, e ao mesmo tempo e uma recomendação aos Senhores Deputados. -----

----- Nós estamos com problemas técnico na câmara aqui no palco que filma os Senhores Deputados de frente, portanto estamos a filmar com as câmaras lá atrás, aqueles para serem melhor vistos lá em casa, quem está a acompanhar a transmissão em direto, ou para ficar na gravação que queiram usar da palavra é só colocarem-se assim um bocadinho de lado, como o Senhor Deputado Modesto Navarro, como estava a fazer, consegue-se estar a dirigir-se para o Plenário, para aqui e aparecer nas câmaras pelo menos de perfil, que estão a filmar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, restantes membros da Mesa, Excelentíssimos Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Excelentíssimos

Senhores Vereadores e Deputados Municipais, restante público na plateia e comunicação social presente. -----

----- Ontem comemorou-se o septuagésimo aniversário da “Declaração Universal dos Direitos Humanos.”-----

----- Este ano comemora-se também os quarenta anos da retificação por Portugal e o quadragésimo aniversário da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. -----

----- Num momento em que o mundo vive tantas guerras, onde morrem crianças à nossa porta, mulheres e homens refugiados, com tanta discórdia interna na própria Europa, não nos podemos esquecer que a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” foi proclamada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas três anos após terem terminado as atrocidades da Segunda Guerra Mundial e veio anunciar direitos iguais e inalienáveis para todos os seres humanos, sem qualquer distinção: de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.----

----- Se é certo que se trata de uma declaração de princípios sem poder vinculativo legal, os seus princípios foram posteriormente transpostos para pactos e convenções internacionais, os quais constituem obrigações legais. -----

----- A Convenção Europeia dos Direitos Humanos, assinada em Roma em 1950 e ratificada por Portugal em 1978, veio vincular os Estados Partes ao integral respeito pelos direitos humanos e ao criar o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que permitiu então, que qualquer pessoa cujos direitos fossem violados por um Estado pudesse apresentar o seu caso ao Tribunal. -----

----- Este conceito de direitos humanos enquanto garantias que salvaguardam a dignidade de todas as pessoas em todos os lugares, independentemente das características da pessoa, indivisíveis e inalienáveis, tem percorrido um longo caminho.-----

----- Um caminho que começou há muito tempo é certo, mas que teve um percurso conturbado com fortes opositores e que ainda hoje não podemos dar como garantido para grande parte da população. -----

----- A comunidade internacional prometeu que as tais atrocidades da Segunda Guerra Mundial não se viriam a repetir, contudo, este ano na Síria a cada hora morre uma criança, de acordo com os dados da UNICEF. -----

----- Os direitos humanos são universais, nascem com cada um e cada uma de nós, e são supostamente garantidos e juridicamente protegidos. -----

----- Quem não tem casa, pouco acreditará que tem direito a alguma justiça ou dignidade. -----

----- Quem sente que quando entra numa loja ficam mais atentos por causa do seu tom de pele, também nada acreditará na inexistência de racismo. -----

----- Quem tem fome terá pouca vontade de expressar a sua opinião, embora seja livre de o fazer. -----

----- Uma pessoa agredida ou violada ou escravizada, com certeza não se lembrará do que está escrito na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” ou na Constituição, só sentirá o abandono da sociedade, a impotência, a falta de justiça e a tristeza. -----

----- No passado dia 25 de novembro, por ocasião do “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género lançaram uma infografia relativa ao combate à violência contra as mulheres.-----

----- O texto de apresentação diz que esta demonstra a evolução do investimento público na área de apoio às vítimas da violência doméstica, numa lógica de transparência e boa governança. -----

----- Vejamos então: em 2017 houve vinte e seis mil participações; vinte feminicídios; 79% das vítimas eram mulheres; e, citamos, *“embora se verifique um aumento de cerca de 13,5% no número de pessoas condenadas pelo crime da violência doméstica, o número de condenações é ainda residual face ao número de participações registadas nas forças de segurança”*.-----

----- Mesmo que não seja assim direto, dado que a justiça também não é tão rápida, como sabemos: estamos a falar de vinte e seis mil participações e de mil e quatrocentas condenações, quando também sabemos que muitas vezes as penas aplicadas são meramente apenas penas suspensas. -----

----- De fora destes dados oficiais, fica por exemplo os suicídios que têm origem na violência doméstica que nunca são contabilizados. -----

----- Estes são números e dados reais casos concretos que exigem de todos e todas nós enquanto Eleitos, que se tome de forma ativa a defesa dos Direitos Humanos, através de políticas públicas que os promovam.-----

----- Porém, em Lisboa continuamos a aguardar que esta Vereação se preocupe com a violência doméstica, com a igualdade de género e com o fim de todas as discriminações e apresente a Estratégia Municipal para a Igualdade, que tarde em ser concretizada.-----

----- Onde estão os direitos destas pessoas e destas mulheres? -----

----- E o papel preventivo que acima de tudo devemos ter? -----

----- Talvez esta seja uma boa altura para relembrar que a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos teve o importante contributo de várias mulheres, entre outras: Eleanor Roosevelt, que liderou o comité que redigiu a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” e que o manteve unido apesar das diferenças profundas; Hansa Mehta da Índia que defendeu a alteração de *“Todos os homens”* para *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais...”* e Minerva Bernadino, da República Dominicana, que conseguiu a importante inserção no preâmbulo da *“igualdade entre homens e mulheres”*. -----

----- São apenas alguns exemplos que hoje não podemos deixar de evocar nesta homenagem também aos Direitos Humanos que se celebrou esta semana. -----

----- Por outro lado, temos também dificuldade em referir que vivem pessoas que têm algum tipo de deficiência, e para exercerem os seus direitos básicos deparam com diferentes barreiras na cidade. Conseguirem uma casa com acesso tranquilo e fácil à

rua, ou elevadores no metropolitano, ou um atendimento num hospital se forem surdos, só para dar alguns exemplos. -----

----- Mais, existe pobreza em Lisboa!-----

----- De acordo com o “Retrato de Lisboa”, elaborado pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, o peso da população dependente tem vindo a aumentar desde 1981 face à população em idade ativa; os processos de despedimento coletivos originaram o desemprego de dezassete mil pessoas! Há pessoas em situação de sem abrigo, sem teto ou a dormir em carros nos parques de estacionamento que utilizamos diariamente! -----

----- Relembramos, também, que o tráfico de seres humanos é a completa violação de todos os direitos humanos, causado pela pobreza, e afeta sobretudo mulheres e crianças, tendo por objetivo sobretudo a exploração sexual e a servidão doméstica, casamentos precoces, infantis e forçados. -----

----- Por isso, não podemos deixar de referir que, em 2017, nove das treze CPCJs com maior número de processos se situam precisamente na Área Metropolitana de Lisboa, o que nos parece muito preocupante. -----

----- Depois desta reflexão, ao lermos o preâmbulo da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” percebemos que Lisboa está com dificuldades em cumpri-la e que não estamos a conseguir garantir o reconhecimento da dignidade para todas as pessoas, e muito menos direitos iguais, o que é considerado o “*fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo*”. -----

----- Em Lisboa não está tudo bem, mas podemos caminhar para que esteja. -----

----- E porque as autarquias vão ter responsabilidade acrescidas na governação com a descentralização de competências, cabe-lhes precisamente a promoção e proteção dos direitos humanos e fazer cumprir a Constituição, os tratados, as declarações, as cartas e igualmente governar com empatia. -----

----- É precisamente porque acreditamos que Lisboa deve estar na linha da frente dos direitos humanos, na defesa dos direitos humanos, que apresentamos hoje, ao Plenário uma recomendação para que seja criada um Observatório Municipal dos Direitos Humanos, que possa ter por missão contribuir para um maior respeito dos direitos humanos na nossa cidade. -----

----- E também uma moção apelando ao Governo que crie mecanismos necessários que permitam tornar mais célere a integração de crianças e jovens a quem foi determinada a medida de proteção de colocação em casas de acolhimento residencial nos estabelecimentos de educação e de ensino que sejam os mais adequados para as suas necessidades, quer seja por integração nos estabelecimentos de proximidade geográfica da sua casa de acolhimento, quer seja por colocação nos estabelecimentos que têm as valências adequadas às suas necessidades e aos seus projetos de vida, através de vagas específicas criadas para o efeito. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, salvo erro tem duas inscrições para a interpelar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado João Condeixa do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Antes de mais agradecer a apresentação que a Colega Inês Sousa Real, relativamente a uma proposta que princípio, não temos obviamente nenhuma objeção quanto aos seus propósitos, mas há aqui algumas dúvidas que pretendíamos ver esclarecidas, nomeadamente, quanto à constituição da estrutura que propõe, ao seu financiamento também, e depois, duas observações. -----

----- Uma primeira, que tem a ver com uma preocupação que se nos coloca que é ao criarmos uma estrutura deste género, com este propósito, não só poderemos estar a duplicar responsabilidades, como eventualmente a esvaziar algumas responsabilidades de entidades que hoje as têm. -----

----- Nomeadamente, desde a Provedoria da Justiça, desde o Observatório da Pobreza, enfim um conjunto de entidades públicas e não só, que hoje têm essas responsabilidades e que estaríamos a duplicar. -----

----- E o nosso último ponto, tem a ver com a criação de estruturas que por norma, por si só, não resolvem o problema. -----

----- Deviríamos pugnar sim, para que todas as entidades que hoje trabalham nesta área e que têm esta responsabilidade, articulassem em conjunto, e servissem concretamente aquilo a se propõem, não estar a criar mais uma estrutura que de alguma forma permita um descartar de responsabilidades. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Segunda interpelação.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Microfone por favor ao Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhora Deputada, relativamente à moção que o PAN hoje aqui nos traz, o Partido Socialista votará favoravelmente, a criação de mecanismos facilitadores de integração nos estabelecimentos de educação de ensino de crianças e jovens em casas de acolhimento residencial.-----

----- Votaremos favoravelmente, no entanto, a Senhora Deputada ao pedir que esta moção seja reencaminhada para a Assembleia da República, ficamos sempre com a

sensação de que esta moção terá sido recuperada do tempo em que o PAN ainda não tinha representação parlamentar, é porque o PAN tem que começar a perceber que já tem lá um Deputado, portanto, já não precisa destas ajudas da Assembleia Municipal de Lisboa quando já tem um Grupo Parlamentar na Assembleia da República, não deixaremos de votar favoravelmente, apesar disso.-----

----- Relativamente à Recomendação nº 10, para a criação do Observatório Municipal de Direitos Humanos. -----

----- Senhora Deputada antes de mais, devemos pugnar para que a “Declaração dos Direitos Humanos” seja verdadeiramente aplicada a todos os seres humanos, é algo que no mundo ainda não acontece, e essa deve ser uma preocupação de todos nós.-----

----- A segunda questão, tem a ver com a proposta que o PAN aqui faz, e nesse sentido o Partido Socialista entende que é preciso mais, e por isso gostaríamos de propor que o PAN, e de colocar a questão se o PAN estaria na disposição de alterar o texto que aqui nos traz, na medida em que para nós é necessário que haja uma avaliação para percebermos se esta forma, a forma do observatório é a forma mais eficaz para percebermos se de facto é necessário a criação do observatório, em que termos, porque pode haver outras formas, temos que trocar de pontos de vista, temos que ouvir os parceiros, temos que ouvir entidades, as associações cívicas, públicas e privadas, como há bocadinho o Senhor Deputado do CDS dizia. -----

----- Aqui na verdade, nós propomos que o PAN altere a recomendação no sentido de que a Câmara não fique vinculada à criação deste observatório, mas que antes diligencie no sentido da possibilidade da sua criação, porque senão nós vamos recomendar e vamos obrigar à criação de uma entidade que depois vai lá verificar que nem sequer é necessário de vir a ser criada, e que tenha custos para o erário público, e que não seja de facto necessária. -----

----- Não só porque não há casos, porque há outras entidades a fazer esse trabalho, e portanto, no fundo aqui a questão era está o PAN disponível para proceder a esta alteração e merecer o voto favorável do Partido Socialista? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone à Senhora Deputada, para responder às interpelações a que teve direito na sua Declaração Política.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Excelentíssimo Senhor Deputado Municipal, respondendo às questões que colocou, e agradecendo desde já as observações que foram feitas, obviamente aquilo que se pretende que seja estudada a viabilidade da construção deste observatório, e também das entidades que integram, e indo aqui de alguma forma ao encontro daquilo que foi a questão também do Senhor Deputado Manuel Lage, estamos abertos, obviamente a reformular de alguma forma a parte deliberativa desta recomendação,

no sentido de poder ser feito este estudo, obviamente, com uma palavra a ser dita por esta Assembleia Municipal, pois temos a noção que é auspicioso a ideia deste projeto, mas que de facto há aqui um caminho a fazer, de facto se nada tivesse a falhar nesta cidade, nomeadamente, a ausência do plano municipal para igualdade que tarda em nascer, portanto não haveria a necessidade de termos este observatório, nem de facto pensarmos no que é que possa e deva ser melhorado na nossa cidade. -----

----- Em relação à duplicação de responsabilidades, teria que partir da própria missão do observatório de não haver esta colisão com a Provedoria da Justiça nomeadamente, precisamente para que não haja duplicação de meios, pelo contrário uma otimização de todos os interlocutores, à semelhança do que já acontece com os diferentes Conselhos Municipais a que temos na cidade.-----

----- Penso assim, que de alguma forma estão respondidas as questões que me colocou, julgo que não restou nada por colocar. -----

----- Em relação à questão do PS, estamos sim abertos, obviamente a reformular, a chegarmos aqui a um meio caminho de compromisso, porque achamos que de facto é necessário uma figura que de alguma forma congregue todas estas figuras, com a flexibilidade, obviamente, que é a audição de todos os interessados e de todas as forças políticas.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar à próxima Declaração Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Ao longo do ano que agora finda, deram entrada na nossa Assembleia, mais de três dezenas de Petições públicas. -----

----- Com estas os lisboetas pretenderam trazer até nós temas tão diversificados como: a habitação, a cultura, as marchas, os teatros, o urbanismo, a higiene urbana, os planos de emergência nas escolas, os jardins-de-infância, a precaridade laboral, o estacionamento em Benfica, no Fonte Nova em Telheiras, nos Olivais ou em São Domingos, o comércio tradicional local, a vida histórica da Madragoa, a toponímia dos homens assassinados no 25 de Abril, a salvaguarda de Alfama e de São Vicente, a requalificação do Miradouro de Santa Catarina, a dignidade das mulheres, o plano de expansão do Metro, o Museu dos Descobrimentos, o Miradouro da Senhora do Monte, as decisões de júris em processos municipais, a Operação Integrada de Entrecampos, o Museu da Rádio, a ampliação da Casa dos Animais, o valor do aumento de renda das casas da GNR na Ajuda, a instalação do Arquivo nos terrenos da antiga Feira Popular.-----

----- Esta diversidade, advém de fatores tão díspares como a vontade de participação por parte dos cidadãos por um lado e a certeza que estes têm em que a sua voz é por nós ouvida. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Cerca de 10% dos lisboetas quiseram dirigir-se a esta Câmara através da figura da Petição pública para desta forma nos exporem uma questão para si pertinente. -----

----- Destas Petições, algumas ainda em análise, resultaram até agora mais de trinta relatórios, pareceres e recomendações desta Assembleia, e o Executivo Municipal tem em contas as deliberações deste Órgão. Aliás, esta dinâmica, impar em Portugal, é o que faz que cada vez mais pessoas recorram a esta figura. -----

----- Mas muitos foram também os lisboetas que ao longo deste ano se dirigiram a nós no início dos nossos trabalhos que nos vieram expor, por vezes de forma intimista, as suas situações de vida. -----

----- Assistimos aqui, ao longo de muitas Sessões a exposições dramáticas, a que nenhum de nós ficou indiferente. -----

----- Os nossos concidadãos ao longo deste ano participaram também de forma ativa nas Reuniões de Câmara, no Orçamento Participativo nos debates temáticos promovidos pela Assembleia. -----

----- E chegados aqui, é então o momento apropriado para fazermos o balanço e lançarmos o mote para uma reflexão que se pretende profícua. -----

----- É verdade que cada vez é mais comum o aparecimento e o recurso dos munícipes às figuras que colocamos à sua disposição. -----

----- O mesmo é dizer que as pessoas querem ser ouvidas, mas querem ser ouvidas porque os mecanismos existentes são verdadeiramente eficazes e cumprem os seus propósitos, ou seja, as pessoas sentem que podem, através da sua ação conjunta fazer mudar posições políticas que à partida lhes eram desfavoráveis. De outro modo, ver-se-iam forçadas a tomar outras medidas que fossem ao encontro dessas expetativas, anseios e vontades. -----

----- Esta constatação acarreta e transporta em si mesmo uma enorme carga de responsabilidade para todos os membros desta casa. A responsabilidade da capacitação do cidadão pela educação para a participação. -----

----- A oportunidade de concretamente de tomar medidas que melhoram diretamente a condição de vida das pessoas é indubitavelmente um momento a que não podemos ficar alheios. -----

----- Assim, cumpre-nos assegurar que às pessoas são geradas as expetativas corretas, sob pena de virem a ser goradas. -----

----- Esta é a dimensão positiva de Lisboa, de maior participação para mais aproveitar a um maior número de pessoas. -----

----- Mas permitam-me que lance daqui o alerta. -----

----- Este sentimento de estarmos perante uma crise de representatividade é claramente diverso do conceito da democracia direta. -----

----- Correndo o risco de possíveis más interpretações ou do populismo barato e demagógico, há que assumir claramente que os políticos, nós, não estamos cá para cumprir todas as vontades que a cada momento nas pessoas vão surgindo. -----

----- O mesmo seria dizer que afinal os políticos não têm qualquer mandato concedido através do voto, ou que tendo, este de nada vale, nem voto, nem mandato! -----

----- Por outro lado, e para que fique muito claro o que se defende, é que a cada momento, haja uma interatividade entre Eleitos e eleitores e que a sua conduta possa ser ajustada à realidade. O mesmo é dizer, que se pretende uma verdadeira ligação entre eleitores e Eleitos. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, também nós somos cidadãos. -----

----- António Gedeão com a “Pedra Filosofal” disse-nos “*que sempre que o Homem sonha o mundo pula e avança*”. E disse bem, o mundo mudou, mudou pela ação das pessoas que mudaram também. -----

----- Esta mudança do mundo tem lugar com pequenos gestos, e é com estes que se alcançam grandes feitos. -----

----- Compete-nos a nós, porque desempenhamos hoje estas funções, saber interpretar a vontade coletiva do povo de Lisboa e de lhes mostrar que aqui, na Casa da Cidadania, serão sempre escutados. -----

----- Que aqui, teremos sempre uma palavra de esperança e conforto para os seus problemas, juntamente com uma tentativa séria de resolução das questões que nos levantem. -----

----- Mas terão mais, terão sempre nesta Assembleia uma voz que com eles buscará a razão e os auxiliará a encontrar o melhor caminho para que alcancem a solução que melhor sirva os seus interesses, os interesses da cidade de Lisboa. -----

----- Esta é a política de proximidade que todos apregoamos, esta é a política com “P” grande, é a política autárquica. Estes são pequenos gestos que mudam que fazem que hoje os nossos concidadãos tenham passado a exigir mais. Esta é a verdadeira relevância do poder autárquico democrático. -----

----- O conhecimento e o reconhecimento das nossas populações na cidade, mais que isso, nas nossas freguesias, nos nossos bairros e nas nossas praças. Esse conhecimento que leva a que as pessoas continuem a acreditar e a confiar. Acima de tudo, a fazer uma separação clara entre uns e outros. -----

----- Mas sem nunca baixar o nível de exigência, porque essa fasquia está cada vez mais elevada, todos já percebemos que pelo interesse coletivo e em democracia o interesse supremo é a resolução dos problemas das pessoas. -----

----- Este grande objetivo que deve ser sempre o norte de qualquer agente público obrigará muitas vezes a uma revisão das decisões tomadas, dos caminhos a seguir, mas obrigará também, muitas vezes a uma inabalável e indestrutível confiança e firmeza nas posições tomadas, sempre tendo em conta o interesse público da maioria. -

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Esta resolução dos problemas da cidade, da implementação de projetos para a cidade que levou a todos e a cada um de nós a candidatar-se ao cargo que hoje

desempenha, será tão recheado de sucessos quanto mais conseguirmos envolver os cidadãos de Lisboa.-----

----- A nossa responsabilidade é assegurarmos que as pessoas não perdem a paciência nem o respeito pelas instituições, pelo Estado, pelas empresas, pelos serviços ou pela justiça, enfim, não percam a paciência e o respeito uns pelos outros.-----

----- Termino Senhor Presidente.-----

----- Porque essa perda de paciência e de respeito poderá levar a uma falta de confiança generalizada, com consequências que podem ser nefastas para a sociedade como a conhecemos hoje. A desconfiança gera desconfiança, e a generalização neste tipo de momentos é propícia ao aparecimento de movimentos populares que rapidamente se tornam incontroláveis, mas que se deixam dominar por um discurso fácil, básico, demagógico e populista, sempre foi e sempre assim será...eu termino já Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, já esgotou há um minuto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vou terminar Senhor Presidente, dizendo-lhe que as pessoas ainda acreditam numa causa a sua.-----

----- E esta causa pessoal e até por vezes intimista que nos chega semana após semana pelos relatos que aqui nos são trazidos, ou pelas Petições que recebemos, pelas intervenções e nos debates temáticos ou através do orçamento participativo, mas ainda assim, continuam a vir aqui...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Termino Senhor Presidente, são essas as pessoas que temos que conseguir dar respostas adequadas em tempo útil, a criar e a não gorar expetativas.-----

----- As pessoas procuram e que nós temos que conseguir transmitir confiança num futuro melhor, porque essas pessoas, também somos nós.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, para interpelar, tinha aqui a indicação, é para isso?-----

----- Pelo menos a indicação que me tinha sido transmitida.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, agradecer-lhe a forma como colocou aqui hoje esta questão de equilíbrio entre o que são os mecanismos de democracia direta ou democracia participativa e aquilo que é a democracia representativa. -----

----- E sim, Senhor Deputado é verdade que não podemos aceder aqui, e muito menos contrariamente aos nossos princípios a tudo quanto são as Petições que nos dirigem ou quando são as formas de intervenção do público no período próprio. -----

----- Mas, Senhor Deputado, não deixei de anotar a sua preocupação estatística com o número de petições, e já não lhe peço a estatística das petições que foram satisfeitas, porque em nome do Mandato representativo não podemos, nem devemos satisfazê-las a todas pelo menos aquelas que contrariam os princípios pelos quais fomos eleitos. ----

----- No entanto as Comissões muitas vezes e de forma diversa aquilo que lhe é peticionado, propõem recomendações a este Plenário, recomendações essas que são votadas e que teoricamente, ou melhor, que na prática formulam a posição da Assembleia Municipal perante a Câmara, Câmara essa que é responsável politicamente perante a Assembleia Municipal e que portanto as deve cumprir. -----

----- A única coisa que lhe quero pedir Senhor Deputado Manuel Lage e aderindo inteiramente ao seu discurso, e que só não consegui aplaudir por causa disso, é que nos enuncia estatísticas das recomendações que aqui foram aprovadas em relação às petições que cá vieram, que nos enuncia estatísticas daquelas que foram cumpridas pela Câmara Municipal de cuja confiança política desta Assembleia, essa mesma Câmara depende. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, muito obrigado pela sua questão, é com enorme satisfação que vejo que esteve com atenção à intervenção que tive a oportunidade de proferir pelo Partido Socialista. -----

----- Dizia que é com satisfação que vejo que esteve com atenção, e que adere aquilo que foi a Declaração Política do Partido Socialista esta tarde. -----

----- Agradecer-lhe, mas dar-lhe nota, como disse das mais de trinta petições que deram entrada só este ano, Senhor Deputado, um terço delas já foi respondido, um terço, o que significa que mais de vinte, mais de vinte, ainda estão em análise nas Comissões. -----

----- E o Senhor Deputado sabe bem, porque várias recomendações aqui aprovadas são da autoria de Vossa Excelência, algumas dessas recomendações são deste ano, e portanto, é normal que o Executivo ainda não tenha tido tempo de executar as recomendações que a Assembleia aprovou. -----

----- Ora, se nós estamos em 2018, se até agora deram entrada mais de trinta petições, se dessas ainda cerca de um terço, são aquelas que sobre as quais recaem, uma

recomendação ou várias, no caso algumas do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, é normal que a Câmara não tenha tido ainda tempo para pôr em prática aquilo que é recomendado pelo Executivo Municipal, e ainda bem que assim é, sob pena de termos um trabalho atabalhado, e termos depois uma petição sobre aquilo que é a execução da recomendação da petição, que havia dado origem à recomendação, que depois foi executada em função da petição, que deu origem à recomendação, e portanto, Senhor Deputado é esta a resposta que tenho para lhe dar, mas de novo, e isso é de realçar, fico naturalmente satisfeito por ter aderido àquilo que é a preocupação da Declaração Política, e subscrito a Declaração Política do Partido Socialista, relativamente a esta questão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, próxima força política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, boa tarde a todos e a todas.-----

----- Angélica, Céu, Margarida, Marília, Vera, Silvina, Nélia, Maria, Albertina, Maria de Lourdes, Ana, Arminda, Margarida, Maria da Luz, Etelvina, Olga, Cristine, Jaqueline, Alice, Amélia, Áurea, e Alice, é por todas elas, e por outras que não estão identificadas, que não são alvo nas notícias, que trazemos a esta Assembleia um Voto de Saudação pelo “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres”.-----

----- Os dados da ONU contam toda a história, é na sua própria casa que as mulheres são assassinadas, no local onde deveriam estar seguras, é aí que são assassinadas.-----

----- A violência contra as mulheres é uma ferida que rasga a sociedade portuguesa, e todas as outras, expressasse sobre as mais diversas formas, o assédio, as violações e os assassinatos.-----

----- Essas feridas são ainda mais profundas quando se fala nas mulheres negras, nas mulheres ciganas, nas mulheres migrantes, nas mulheres pobres, nas mulheres trans, nas mulheres lésbicas, nas mulheres bissexuais e todas as outras mulheres excluídas, ou ainda mais excluídas da sociedade.-----

----- Quando celebramos os setenta anos da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, não podemos aceitar que se mantenha a violência sobre as mulheres, porque os direitos das mulheres são direitos humanos.-----

----- E continuando a falar de direitos humanos, compreenderão também que o Bloco traga de novo, e sempre o problema da habitação a esta Assembleia Municipal.-----

----- Quem conhece a cidade, sabe que não temos outra alternativa senão trazer este problema, uma e outra vez a esta Assembleia Municipal.-----

----- A crise na habitação é mais grave que Lisboa enfrenta, a geração mais velha está a ser expulsa das casas onde sempre viveu, e a geração mais nova não encontra lugar na cidade que é sua.-----

----- Lisboa está a virar as costas aos seus, e eles não têm alternativa. -----

----- A “Lei dos Despejos de Assunção Cristas”, faz com que as pessoas não tenham alternativa. -----

----- Os vistos *gold* fazem com que as pessoas não tenham alternativa. -----

----- Esta situação não é uma fatalidade que tenhamos de aceitar, há alternativas políticas que precisam de ser construídas para garantir um dos mais básicos direitos humanos, no artigo décimo terceiro “*todas as pessoas têm o direito de livremente circular e a escolher a sua residência num interior de um Estado.*” -----

----- Por isso, são tão importantes os avanços que a Câmara Municipal de Lisboa já fez em matéria de alojamento local.-----

----- Temos a primeira Câmara a avançar com a suspensão do alojamento local, e a estancar o seu alastramento para zonas já sobcarregadas. -----

----- Esperamos estar a dar passos largos para um Regulamento de Alojamento Local, que possa defender o direito à cidade e que possa defender o direito à habitação.-----

----- A alternativa portanto é política, defender quem quer viver em Lisboa, para isso não temos outra alternativa senão regular o alojamento local. -----

----- Há um mercado sem regras, a alternativa da sociedade é impor-lhe as regras para que todos possamos viver em conjunto. -----

----- Mas voltamos a dizer, a Câmara Municipal deve perante a crise em que Lisboa se encontra adotar um critério de prudência, não se pode aceitar que as zonas onde uma em cada duas casas já é alojamento local, não estejam na zona de interdição. -----

----- E mesmo o critério de que uma em quatro casas esteja em alojamento local é um critério perigoso, a área de contenção deve ser portanto expandida. -----

----- Não podemos admitir que Freguesias como Santa Maria Maior, onde 41% das casas já são alojamento local, e onde tanta gente ainda lá trabalha e não ganha mais do que quinhentos euros por mês, estejam fora da zona de contenção.-----

----- Temos de construir essa alternativa com a cidade, com os seus munícipes de olhos postos nas pessoas. -----

----- Mas não centremos tudo no alojamento local porque não é da sua desregulamentação que nascem todos os problemas, hoje há muito gente que está sem alternativa e que está sozinha perante um *bulling* inaceitável dos senhorios.-----

----- É o caso por exemplo do prédio Santos Lima em Marvila, os novos proprietários querem enriquecer vendendo o prédio, ignorando a intimidação de obras por parte da Câmara Municipal, expulsando todos os inquilinos. São pessoas com oitenta, noventa anos que sempre ali viveram, e ali querem continuar e estão convidadas a apresentar a sua candidatura às casas municipais para que os senhorios possam vender o prédio limpo!-----

----- Estas pessoas precisam de alternativa, e essa alternativa tem de passar pela Câmara Municipal cumprir a sua função, punir o *bulling* imobiliário, garantir o direito à habitação e fiscalizar as intimidações que se aplica aos proprietários. -----

----- Em alternativa, como já disse tem que ser construída politicamente com as pessoas, temos hoje ferramentas que foram aprovadas pelo orçamento de estado de 2019, que não tínhamos antes, nomeadamente, o levantamento da suspensão do limite de endividamento no investimento à habitação.-----

----- A alternativa, ela passa pelo investimento em habitação pública, pela reabilitação urbana, e que a Câmara Municipal esteja ao lado das pessoas. -----

----- Não temos desculpa, Senhoras e Senhores Deputados, é necessário o investimento público em habitação na cidade de Lisboa.-----

----- Hoje há pessoas despejadas em prédios públicos, mas também em prédios privados que precisam de habitação e de alternativa.-----

----- Por um lado, como vimos nas intervenções do público desta tarde, há pessoas cujos senhorios deixam as suas habitações degradar-se a um ponto tal, senhorios que não cumpriram as indicações da Câmara Municipal, cujas habitações tiveram que ser demolidas, e depois estas pessoas vão viver para pensões porque não há alternativa pública. -----

----- É uma visão pequena da política social, em vez de investirmos em casas públicas como alternativa pagam-se rendas a pensões que não garantam um conforto que um lar tem de oferecer. -----

----- Por outro lado, não podemos continuar a aceitar a crueldade dos despejos de pessoas que estão em situação de pobreza extrema em habitações municipais, seja por problemas de pagamento, seja por estarem a ocupar uma habitação municipal que está há tantos anos vazia, temos de honrar a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, e garantir que estas pessoas não vão dormir na rua. Especialmente porque muitas dessas pessoas, a maioria destas pessoas, são mulheres sozinhas com filhos, e isso é inaceitável. -----

----- Não têm alternativa, e a Câmara Municipal “não pode lavar as mãos” desta situação. -----

----- As alternativas de novo constroem-se com as pessoas, com investimento público e com uma visão de uma cidade partilhada. -----

----- Não temos de ser demógrafos, não temos que ser geógrafos ou sociólogos, para perceber as consequências de uma cidade em que os pobres são despejados, ou de termos uma cidade onde não vive ninguém, não vivem jovens, não vivem idosos, não vivem remediados, e onde os turistas estão só de passagem.-----

----- A cidade será sempre menos dinâmica, menos segura e sobretudo sem futuro, e uma cidade que não olha o seu futuro e que remedeia os erros do passado com erros do presente, vai pagar muito caro.-----

----- Assume-se que o turismo é e será para sempre o futuro da economia da cidade, ignorando um erro que foi em muitas outras cidades o investimento monosectorial. ----

----- Não nos queremos esquecer perante a aplicação correta de tarifas sociais justas na área metropolitana, a alternativa não é a habitação pelo passe acessível.-----

----- Não temos outra alternativa senão defender o direito à cidade e cá estaremos para isso.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito obrigado Senhor Deputado, registamos um pedido de interpelação ao Senhor Deputado.”-----
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
 ----- “Senhor Deputado Vasco Morgado do PSD, microfone ao Senhor Deputado, se faz favor.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----
 ----- “Muito obrigado. -----
 ----- Apraz-me dizer um bocado em tom de espanto, que com tantos nomes que o Senhor Deputado disse ali, não referiu o único local da cidade que existe vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e seis dias por ano, em ano bissexto, e bastava só um nome “Espaço Júlia”, existe para defender a pessoa, a pessoa humana, sela ela qual for. -----
 ----- O Senhor Deputado vai ali dizer muita coisa, tudo muito bonito, mas depois aprova o orçamento da Câmara, mas depois aprova o orçamento do estado. -----
 ----- Senhor Deputado, deixo-lhe um conselho “*que se fossem boas não se davam, vendiam-se*”, falem menos e façam acontecer mais!”-----
 ----- Muito obrigado.”-----
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Microfone ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, para responder à interpelação.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE),** no uso da palavra, em resposta à interpelação, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Senhor Deputado Vasco Morgado, eu devo dizer que foi com enorme surpresa que recebi a sua intervenção. -----
 ----- Recordo-lhe os nomes das pessoas que eu disse, foram das pessoas, das mulheres que foram assassinadas este ano em Portugal. -----
 ----- Com certeza, que o Senhor Deputado, Senhor Presidente da Junta terá todo o respeito por esses nomes, como eu tenho, é apenas isso.”-----
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Vamos agora passar à Declaração Política do Partido Ecologista “Os Verdes”. ---
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
 ----- “Faz favor Senhor Deputado Sobreda Antunes.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- O PREVPAP constitui um programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários, que permite aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado regularizarem o seu vínculo laboral com o Estado. Programa cuja última fase deveria decorrer até ao final de 2018. -----

----- O Governo começou por manifestar disponibilidade para resolver um panorama aprofundado pelo anterior Governo da direita, que envolvia dezenas de milhares de trabalhadores, pois bem sabemos que a atual situação ganhou uma nova dimensão com as políticas e as opções do Governo PSD e CDS. -----

----- É que quando falamos de precariedade laboral estamos a falar de relações laborais à margem da lei, de atropelo dos direitos de quem trabalha, da degradação das condições de trabalho e estamos a falar do aumento dos níveis de exploração. O mais grave foi o próprio Estado ter dado o exemplo em matéria de precariedade, colocando milhares de pessoas a trabalhar em hospitais, centros de saúde, escolas e em tantos outros serviços públicos para responder a necessidades permanentes, mas com vínculos absolutamente precários. -----

----- Já com o processo do PREVPAP, começou-se por se fazer uma seleção para se disponibilizar a resolução do problema da precariedade, mas que tem abrangido menos de metade desses trabalhadores. -----

----- As Comissões de Avaliação Bipartida, afetas a cada Ministério, que analisam se o trabalhador assegura funções permanentes nos serviços e se possui ou não um vínculo adequado, receberam trinta e três mil quatrocentos e setenta e oito requerimentos. Em novembro, a Secretária de Estado da Administração Pública afirmara que, de catorze mil processos com luz verde, doze mil haviam sido aprovados pelo Governo. Todavia, destes, apenas seis mil postos de trabalho foram ou estavam em fase de concurso. -----

----- Também no relatório que acompanha o Orçamento do Estado para 2019 o Governo confirmaria que o PREVPAP estava atrasado e que a sua conclusão apenas estaria prevista para 2019. -----

----- Ora, o combate à precariedade laboral foi assumido como uma das prioridades deste Governo. E bem, porque de facto, de há uns anos para cá, a precariedade vinha tomando conta da realidade laboral no nosso País, tanto no sector privado, como no público, onde o próprio Estado se prestava a dar o mau exemplo. -----

----- Na verdade, através dos mais variados formatos, como contratos a prazo, contratos de trabalho temporário, falsos recibos verdes, bolsas ou contratos de emprego-inserção, assistimos durante anos a uma tentativa de tornar a precariedade como regra nas relações laborais. -----

----- Situação que havia ganho uma nova dimensão com as políticas e as opções do anterior Governo PSD e CDS, que, às claras e sem qualquer pudor, impôs o seu propósito de substituir trabalhadores com direitos, por trabalhadores sem ou quase nenhuns direitos. Tratavam-se, em suma, de políticas que procuravam generalizar a precariedade em todos os sectores, não apenas da Administração Pública, como também nas empresas do Sector Empresarial do Estado. -----

----- Para inverter esta situação, foi necessário um combate sério contra as consequências gravosas de insegurança que a precariedade vinha representando no nosso país, até porque o seu aumento pôs em causa postos de trabalho, fez aumentar o desemprego, forçou a emigração, criou instabilidade nas famílias, o que significa hoje que, combatendo-a eficazmente e de forma politicamente empenhada, estaremos também todos a apostar na redução do desemprego. -----

----- Como sabemos, os trabalhadores precários apresentam salários mais baixos do que os restantes, porque, de facto, o trabalho precário representa sempre um fator de discriminação que condena o trabalhador a uma completa desproteção e a uma incerteza psicologicamente atroz. Dito de outra forma, a precariedade é socialmente injusta e degradante, afetando os níveis da economia portuguesa, tanto na sua produtividade, como na sustentabilidade do desenvolvimento do país. -----

----- Por isso “Os Verdes” reafirmam que ainda bem que se colocou em marcha o denominado PREVPAP. No entanto, apenas chegados a esta altura, finais de 2018, quando o programa deveria estar na sua fase final, é com preocupação que nos deparamos com atrasos na sua execução, sendo então tempo de se fazer a sua devida avaliação e ponto de situação sobre o seu andamento. -----

----- Hoje, e na perspetiva de “Os Verdes”, o cenário não é francamente animador. E porquê? Porque todos os dias somos confrontados com informações e sucessivas denúncias de trabalhadores precários, que nos dão conta da persistência do problema, e de atrasos na execução do programa, nomeadamente, de atrasos na abertura de concursos, da consolidação dos mapas de pessoal e da conclusão dos respetivos processos de contratação. -----

----- Os trabalhadores precários deparam-se ainda hoje com demoras incompreensíveis na emissão de pareceres por parte das Comissões de Avaliação Bipartida, o afastamento indevido de pessoas do seu posto de trabalho e até resistências por parte de dirigentes de vários sectores no que diz respeito à aplicação da Lei. -----

----- Aliás, persistem muitos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, cuja integração deveria estar concluída no final de maio passado, mas que continuam a trabalhar sem o devido vínculo efetivo. Não se estranhe, por isso, a indignação de muitos trabalhadores que continuam hoje sem ver a luz ao fundo do túnel e que, inapelavelmente, recordam que há mais vida para além do défice ou do pagamento da dívida externa. -----

----- A precariedade tem vindo a representar uma prática recorrente, usual e quase institucionalizada como forma de desresponsabilizar a entidade patronal e acentuar a exploração de quem se vê forçado a trabalhar sem direitos. Apesar de tudo, continuamos a assistir, por parte de muitas entidades empregadoras, a uma utilização abusiva dos contratos a termo. Contratos que são utilizados para preencher postos de trabalho e funções permanentes. -----

----- Estamos, acima de tudo, perante centenas de casos de precários, com subcontratações, falsa prestação de serviços em empresas com externalizações e falsos recibos verdes, havendo casos de precários com vários anos de serviço, ou que

sofreram represálias com cortes nos pagamentos, e onde o Estado deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Nestes processos, o trabalhador perde direitos ou não chega sequer a adquiri-los, perde segurança no emprego e perde em termos salariais. -----

----- Como sempre se vem afirmando, a necessidades permanentes de um posto de trabalho dos serviços deveria corresponder um vínculo efetivo, com base no princípio do direito ao trabalho e a um emprego com direitos. Em suma, a execução de políticas de pleno emprego, como previsto no artigo 58º da Constituição da República Portuguesa.-----

----- É este o sentido fulcral da moção que hoje apresentamos.-----

----- E porque não é possível um desenvolvimento sustentável do país sem os justos direitos dos trabalhadores pela estabilidade e dignidade do seu posto de trabalho, será de toda a justiça que o Governo cumpra, atempadamente, o programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários. -----

----- Finalmente, “Os Verdes” apresentam também uma recomendação pelo reconhecimento e aplicação plena dos direitos humanos, que hoje, mais do que nunca, necessitam ser valorizados e aplicados no dia-a-dia, tal como consignado na Declaração Universal e na Constituição da República Portuguesa, saudando desta forma o 70º aniversário da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” e apelando para que todos nos associemos à campanha internacional, a promover pela ONU, de homenagem a este documento fundamental.-----

----- Por isso, Senhor Presidente em Exercício, se estiver a ouvir, propomos também que a Assembleia expresse um voto de congratulação pela entrega, ontem, do Prémio Nobel da Paz à ativista iraquiana Nadia Murad e ao médico congolês Denis Mukwege, que exigiram o fim da impunidade dos autores de abuso sexual nos conflitos armados. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Penso que temos interpelações para o Senhor Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Como todos puderam apreciar na intervenção ora realizada, o Município de Lisboa não teve direito a nenhuma palavra, eu assiná-lo isso de forma positiva, porque é o reconhecimento dos “Os Verdes” de que nós Município de Lisboa estamos a fazer tudo conforme aquilo que a Lei estabelece, e num prazo não sendo, não tendo tido a capacidade de antecipando a questão e cumprido dentro do ano 2018, o processo está, partilhando convosco essa informação, e foi por isso a minha intervenção, está na fase de audiência de interessados.-----

----- Portanto, aliás, já terminou a fase de audiência de interessados, estão a ser analisados todas as pronúncias que os candidatos tiveram oportunidade, os que assim o entenderam de efetuar, de seguida a CAB vai reunir-se para analisar essas mesmas pronúncias, e elaborará o seu relatório final, que será submetido à Câmara Municipal de Lisboa, e de seguida a Câmara Municipal de Lisboa deliberará, e serão abertos de imediato os concursos para que as pessoas que vierem a ser aprovadas nesse processo puderem concorrer e integrarem os quadros do Município de Lisboa.-----

----- E era dar-vos essa nota, e agradecer de facto o não mencionar da Câmara de Lisboa, nessa moção.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Temos mais duas inscrições para interpelar o Senhor Deputado Sobreda Antunes, e a próxima é o Senhor Deputado Luís Newton do PSD, microfone ao Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Deputado, eu tenho que começar por interpelá-lo e interpelá-lo, alertando-o para a hipocrisia que corresponde que foram os seus considerandos. -----

----- Vossa Excelência resolve dirigir-se uma vez mais ao PSD e ao CDS como os grandes culpados de toda a situação.-----

----- Em primeiro lugar, recordar-lhe que nos últimos dez anos, PSD e CDS tiveram no governo apenas quatro, e esses quatro anos foram os quatro anos que eu gostaria que se recordasse que foram os quatro anos de salvação nacional, em que um governo de esquerda deixou um país falido, e portanto, durante esse período foi impossível, até por imposição da própria *troika* ter concursos para admissão de quadros para a função pública, razão pela a qual, algumas das situações continuaram nesse período neste estado. -----

----- Agora, Senhor Deputado, os Senhores governam o país! Já estamos no final do Mandato! Isto é uma falta de coerência, é uma incongruência monumental, e os Senhores estarem a apontar o problema à direita, os Senhores têm que resolver este problema, são os Senhores que estão a apoiar este Governo. Olhe, comece por resolver o problema que tem no Porto de Setúbal! Venha falar desse problema aqui! Ou não conseguem resolver esse também! Está nas vossas mãos, não está nas mãos do PSD e CDS!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP, também para interpelar o Senhor Deputado Sobreda Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- Senhor Deputado Sobreda Antunes, referenciar aquilo que foi a sua intervenção
relativamente à moção sobre o PREVPAP. -----
----- Esta matéria já foi aqui discutida nesta Assembleia Municipal, e quando nós
falamos do PREVPAP é importante relembrar de onde partimos. -----
----- Nós partimos de um universo de cento e dezasseis mil trabalhadores, onde foram
recebidos cerca de trinta e um mil e novecentos requerimentos por estes, foram
analisados vinte mil, desses vinte mil houve parecer favorável para doze mil, foi
concurso aberto para dois mil, e esses concursos estão todos atrasados, o Governo tem
atrasado consecutivamente, e portanto, não vai conseguir cumprir a data de 31 de
dezembro. -----
----- E simultaneamente, o que acontece é que o Governo, o Partido Socialista, e esse
Governo que o Senhor também apoia, contratou nove mil pessoas a contratos
precários, e portanto, simultaneamente, não resolve o problema dos precários que já
têm, como está a contratar mais nove mil precários, e esta é a situação. -----
----- Mas ficamos aqui espantados, quando mais uma vez, a esquerda vem acusar o
anterior Governo, sabendo da situação em que governou. -----
----- E estando lá os Senhores há três anos, o Senhor pode não ter uma pasta no
Executivo, o seu partido não tem pasta executiva, mas o que nós vemos todos os anos
a esquerda, PCP e o Bloco é, reclamam, reclamam, reclamam, prometem tudo a todas
as classes trabalhadoras, e depois no final do ano dizem “*desculpem lá, afinal nós
temos assim muita força, estamos anémicos, mas a gente vai votar a favor do
orçamento de estado, não se preocupem.*” -----
----- E portanto, continuam ano após ano a aprovar o orçamento de estado, e a
situação dos precários não se resolve! -----
----- Portanto, alguma desta vossa intervenção que aqui fazem ela é revestida de
demagogia, peço imensa desculpa, mas tinha que o dizer.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra
fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Vamos dar o microfone ao Senhor Deputado Sobreda Antunes, para responder às
três interpelações de que foi alvo.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra,
em resposta às interpelações, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Ora em primeiro lugar gostaria de agradecer as intervenções feitas, quer pelo
Senhor Vereador, quer pelos Senhores Deputados. -----
----- E começar também brevemente em relação à questão levantada pelo Deputado
Luís Newton, que talvez não tenha reparado quando nós fizemos essa referência,
estávamos-nos a referir, passo o pleonismo, que o Governo anterior aprofundou, foi o
termo que utilizámos as situações de precariedade, está lá, logo no início da
intervenção foi o que nós dissemos. -----
----- O Deputado Diogo Moura refere trinta e um mil, eu disse na intervenção que
eram mais, trinta e três mil quatrocentos e setenta e oito, e que por isso, e que há

atrasos, e por isso desde sempre insistimos, “Os Verdes” insistem em qualquer Plenário para uma solução consensual entre as partes, e que seja favorável aos trabalhadores. E porquê? É que não duvidemos de que a substituição de trabalhadores com direitos, por trabalhadores sem direitos, foi uma opção política com fins economicistas, há anos que existem trabalhadores precários que assumem funções, sem possuírem contrato efetivo, há décadas que há milhares de trabalhadores que asseguram o funcionamento diário da manutenção de edifícios públicos, de unidades de saúde, de escolas, de universidades, dos serviços, da Segurança Social, dos museus e monumentos nacionais, dos Serviços de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, são os casos dos trabalhadores da Lusa, da RTP, do IPMA, do Instituto da Segurança Social, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, do SEF, do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, e de outros serviços públicos, contando apenas com a incerteza e a precariedade, contra a qual lutam!-----

----- Situações em que os seus lugares de desempenho correspondem a necessidades permanentes dos serviços, e que requerem um vínculo efetivo, como a contratação desses trabalhadores deve ser assumida não como uma opção, mas como uma obrigação, e porque persistem situações inaceitáveis que exigem uma solução consensual, foi para resolver estas discrepâncias que foi criado o PREVPAP, que agora “Os Verdes” também exigem que seja executado, e que seja cumprido. -----

----- A luta contra a precariedade e pelo pleno emprego com direitos é um combate central da democracia, que não se compadece com adiamentos, aliás, a plataforma dos precários do Estado, tem vindo a alertar para o problema do atraso na aplicação do PREVPAP, a falta de transparência, os critérios de avaliação, para o bloqueio da consultas de processos, a não aplicação do regime de proteção que deveria impedir os despedimentos de todas e todos os trabalhadores que aguardam uma resposta ao seu requerimento. -----

----- As sucessivas tentativas de boicote ao programa por parte de alguns dirigentes de diversos sectores, as tentativas de exclusão de alguns tipos de vínculos e sectores profissionais, que são situações irregulares e necessidades permanentes abrangidas pela legislação do programa, e mesmo do sector empresarial do Estado, onde se encontra uma parte muito significativa das situações a regularizar, aliás, apenas pretendem ver executada a aplicação do PREVPAP como garantia da resolução de todas as situações irregulares de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que asseguram todos os dias a existência de serviços públicos, sem os devidos direitos e sem o reconhecimento das funções que desempenham.-----

----- Aliás, a Constituição da República Portuguesa que algumas pessoas se calhar, não costumam consultar, ou não conhecem aqui nesta sala tão bem como o deviam, apontam-nos o caminho quando nos diz, vou citar *“todos têm direito ao trabalho, e para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover a execução de políticas de pleno emprego”*, mais postula que *“incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito em*

condições socialmente dignificantes de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.”-----

----- Daqui decorre o enquadramento para a contratação destes trabalhadores que correspondem a necessidades permanentes, o que constitui não apenas um reconhecimento dos seus direitos básicos, com uma condição essencial para a qualidade da prestação de serviços públicos aos cidadãos.-----

----- Por isso, “Os Verdes” mantêm nesta matéria o princípio que sempre assumiram desde o início da discussão do PREVPAP, ou seja que o Estado pode e deve contribuir para acabar com os vínculos precários nas relações laborais, é este o sentido fulcral da nossa moção.-----

----- Omiti no início a intervenção do Vereador João Paulo Saraiva sobre a integração dos precários da Câmara, não era esse o sentido da nossa intervenção, mas porque não podemos fazer intervenções sobre as Freguesias, mas há uma ou outra Freguesia, de que os precários se queixam que continuam com atrasos graves na implementação deste programa.-----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos passar à Declaração Política da próxima força.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caro Público.-----

----- Hoje trazemos estas Declarações Políticas, dois temas.-----

----- O primeiro deles está vertido numa recomendação que foi distribuída, e tem que ver com o acesso gratuito para jovens até aos vinte e cinco anos aos equipamentos museus e monumentos de Lisboa.-----

----- Falámos sobre a questão da aplicação daquilo que está previsto na Constituição da República Portuguesa, a necessidade obviamente, de proteger os jovens, uma vez que a cultura é uma área indissociável da temática da juventude e portanto, essa faixa etária sofre com uma grande dependência económica, e portanto, achamos que deve gozar de uma especial proteção.-----

----- Depois, porque os nossos museus e monumentos fazem parte da nossa história e é importante que os nossos jovens desde tenra idade tenham acesso, e que lhes seja fomentado esse interesse de conhecerem a sua história, através daquilo que é o percorrer dos nossos museus e daquilo que é os monumentos que estão na cidade contando um pouco também daquilo que é a história não só do país mas da cidade onde vivem, da comunidade onde habitam.-----

----- E portanto, obviamente contribuí para o seu desenvolvimento social, cultural, e obviamente, pessoal. -----

----- Depois também, porque é uma mais-valia para os equipamentos municipais na área da cultura, porque esta dinâmica que é gerada com os jovens, não é só boa para os jovens que acedem a estes museus, mas também servem para criar aqui uma nova dinâmica nestas estruturas, e um diálogo constante com a juventude, que têm sempre uma perspectiva mais ativa e diferente, e muitas vezes irreverente do que a restante população.-----

----- Nós temos um problema que é não só de Portugal, mas da União Europeia, sendo que Portugal é o país onde os portugueses menos acedem à cultura, sendo que grande percentagem desses que não acedem são jovens, e portanto, esta é a situação atual. -----

----- Em Lisboa, seja os equipamentos geridos pela Câmara, sejam aqueles que estão sob a tutela da EGEAC, eles admitem na generalidade a entrada gratuita dos cidadãos dos treze aos dezoito se forem residentes em Lisboa, depois aplicam alguns deles um desconto de cinquenta por cento, para aqueles entre os treze e os vinte e cinco, que não residem em Lisboa, e depois, em alguns dias também, alguns deles, não de forma igual em todos, há entrada gratuita, nomeadamente aos domingos no período da manhã, e portanto até as catorze horas. -----

----- Nós sabemos aquilo que são, os custos inerentes de viver numa cidade como Lisboa, numa cidade cosmopolita e em constante crescimento, os custos inerentes ao alojamento, às deslocações, à alimentação, ao ensino, são tudo custos que não podem deixar de os ter, mas obviamente, na cultura para puderem ter acesso a Câmara aí deve ter um papel preponderante, naquilo que é a execução das suas competências e aquilo que são os princípios também que estão previstos na Constituição. -----

----- Qual é que é o problema com que se deparam os jovens? -----

----- Têm que entregar ou apresentar um comprovativo de residência, muitas vezes além de oneroso não é prático, principalmente numa visão de um jovem, isto não é um processo prático, porque o cartão do cidadão por si só não dá para ver o local de residência, depois porque temos muitos jovens em Lisboa, milhares de jovens que são jovens estudantes, e portanto residem temporariamente em Lisboa, muitos deles vivem numa situação de arrendamento, mas não têm sequer o contrato em seu nome, está em nome dos pais, ou está em nome de outro colega com quem ele partilham habitação. -----

----- Depois, muitos deles que têm a sua vida social em Lisboa e que também devem ser abrangidos de medida de isenção, nomeadamente, aqueles que fazem a sua vida social mas moram em Oeiras, em Almada, Loures, Amadora, portanto tudo o que são os concelhos limítrofes da nossa área metropolitana, e depois obviamente, pensamos nós que é o problema principal, é a dependência económica que hoje em dia não vai só até aos dezoito, aquilo que consideramos a idade dos menores, mas até aos vinte e cinco, e portanto, esta dependência económica obviamente que estrangula a possibilidade de poder aceder alguns equipamentos municipais mesmo que haja alguns descontos. -----

----- E depois, temos o princípio de não discriminação da União Europeia que diz que não deve haver distinção entre residentes da União Europeia, relativamente ao local geográfico onde se encontram, portanto devem ser todos tratados por igual, e nessa medida, nós trazemos aqui esta proposta de haver uma gratuitidade para todos os jovens até aos vinte e cinco anos, e que essa gratuitidade não seja condicionada pela questão geográfica do concelho, e portanto, não tê-la só apenas para quem reside em Lisboa e que o tem de o comprovar, mas para todos os cidadãos da União Europeia, que obviamente, apresentem o seu cartão nacional de identificação, que terá a sua data de nascimento e daí aferir que tem vinte e cinco anos, e poderem aceder gratuitamente aos museus e monumentos de tutela da Câmara, e da EGEAC e depois se possível que outros equipamentos da cidade, maior parte deles não têm essa isenção possam adotar também esta medida. -----

----- Depois o segundo tema que vos queria apresentar, já aqui o abordámos na anterior Reunião, com a deliberação que foi apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia, e pelo Presidente em Exercício à data dessa deliberação Rui Paulo Figueiredo, que hoje também preside e bem, a esta Assembleia, e que tem a ver com a “Operação Integrada de Entrecampos”, -----

----- Nós na semana passada tivemos aqui uma deliberação para revogar em 2015, aquilo que foram as deliberações desta Assembleia perante as dúvidas suscitadas pela Procuradora Elisabete Matos, da Procuradoria-Geral da República, e daí nada temos a opor.-----

----- Mas também sabemos, que aquela deliberação que nós tomamos aqui mais uma vez não foi tomada tendo conhecimento de todos os documentos, de todas as diligências que foram tomadas.-----

----- Sabemos que houve uma primeira pronúncia do Ministério Público a que a Câmara respondeu, e que quer um documento, quer outro, nós aqui o exigimos enquanto entidade fiscalizadora ter acesso a ele, ele foi remetido porque foi solicitado. Depois recebemos cópia da segunda pronúncia do Ministério Público, e pasme-se na última Reunião, estamos nós a discutir, uma deliberação para ser tomada por esta Assembleia Municipal, quando a Câmara Municipal de Lisboa vinte e quatro horas antes já tinha respondido ao Ministério Público, e não teve o respeito e a consideração que esta Assembleia Municipal merece, e não nos enviou esses documentos para nós termos acesso a eles antes da votação que tivemos aqui na semana passada.-----

----- A verdade é que hoje passou uma semana, passou uma semana a Câmara comprometeu-se que na próxima Sessão viria o Presidente da Câmara, ou o Vereador Manuel Salgado dar essas explicações pessoalmente, escusou-se apesar dos pedidos da Senhora Presidente, e esta maior desconsideração é pela Senhora Presidente e o desrespeito por ela, e pelo Deputado Rui Paulo Figueiredo, que assinaram aquela proposta não tendo todos os dados para apresentar, porque faltava este documento que era essencial, e portanto, não temos essa resposta.-----

----- A Senhora Presidente já nos informou, ainda ontem, que já fez várias diligências junto da Câmara Municipal para obter essa resposta, e até hoje zero! -----

----- Mas temos aqui outra questão, que nós queríamos levantar hoje, e perguntar à Câmara.-----

----- Que é: nós amanhã temos uma hasta pública marcada, aquela que foi adiada de dia 3 de dezembro, as questões que foram levantadas pelo Ministério Público mantêm-se, nós sabemos que a Câmara deu uma resposta, não sabemos qual, não sabemos se essas questões vêm aclarar as dúvidas do Ministério Público, até porque o próprio Ministério Público, segundo sabemos, ainda não se pronunciou, mas tememos aquilo que já dissemos na última Reunião, que esta pressa possa levar a prejuízos avultados num futuro próximo para a Câmara.-----

----- E portanto, aquilo que nós gostaríamos de saber por parte do Município, estão cá Vereadores com Pelouro Executivo, neste momento está um.-----

----- Perguntar à Câmara Municipal se em primeiro lugar vai manter amanhã a hasta pública, ou seja se vão ser abertas pelo júri as propostas dos interessados?-----

----- Nós também sabemos, e há aqui uma matéria que é muito importante esclarecer.--

----- Na consulta à ata da última decisão do júri, o júri recebeu por parte dos três interessados várias perguntas, perguntas pertinentes, porque ninguém se quer colocar no negócio sem saber se há garantias assumidas pela Câmara.-----

----- Diz o júri que essas garantias não devem ser assumidas, ou respondidas pelo júri e remete-as para a Câmara, e portanto, nós hoje deveríamos saber, já que não tivemos informação que nos foi sonogada na semana passada, saber Senhor Vereador, primeiro porque não nos entregaram ainda a resposta que enviaram ao Ministério Público, é incompreensível, não se percebe, até por desrespeito à Mesa da Assembleia Municipal, mas a todos nós que somos o órgão fiscalizador, e temos direito a ter acesso a esse documento, não só porque vem na Lei, mas também no estatuto do direito de oposição de forma muito clara, mas também depois saber daquelas dúvidas que foram colocadas e bem pelos interessados, se a Câmara as recebeu formalmente, e se já respondeu às mesmas.-----

----- E posso-lhe falar aqui de algumas, se a Câmara admite prorrogar a celebração do contrato...vou já terminar Senhor Presidente.-----

----- E questões que tem a ver com o caso de haver uma revogação por qualquer questão que tenha a ver com este processo, qual é que é o compromisso por parte da Câmara em sanar os problemas que poderão vir no futuro e portanto, Senhor Vereador, peço que já devem ter respondido, porque amanhã temos às dez da manhã a hasta pública, e portanto gostaria de saber qual é o conteúdo, uma vez que o Senhor Vereador Manuel Salgado e o Presidente não vieram qual é o conteúdo da resposta que deram ao Ministério Público, e principalmente que nos aclare estas dúvidas que foram colocadas pelos interessados à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Dar nota a propósito da intervenção do Senhor Deputado, só duas notas, muito rápidas.-----

----- A primeira só para uma precisão, até porque com o hábito de mandar atas sobre esta matéria para o Ministério Público, convém sermos precisos.-----

----- Eu presidi à termitação da proposta no dia da deliberação foi a Presidente Helena Roseta, que presidiu, de todo o modo, por isso mesmo é que fomos nós que apresentámos essa proposta, e depois, confirmar aquilo que o Senhor Deputado referiu, a Presidente Helena Roseta, em nome da Mesa deu conta na Conferência de Representantes das diligências que tinha feito para procurar obter a documentação a que o Senhor Deputado fez referência. -----

----- Dito isto, não registamos nenhum pedido de palavra, nem de interpelação ao Senhor Deputado Diogo Moura.-----

----- Senhor Vereador, melhor assim, já ia dar por encerrada a Declaração Política, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva pediu a palavra.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para referir muito brevemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Câmara se encontra a preparar o *dossier* robusto e vasto para entregar a esta Assembleia sobre esta matéria, mas também importa, e sobre a declaração feita pelo CDS, referir para já, dois aspetos.-----

----- Um, é que a deliberação que foi aqui tomada na Sessão da Assembleia anterior, destinava-se a algo que nos parecia, a nós, evidente para quem assistiu a estas Assembleias, e à discussão deste tema em particular, que era aclarar, dado que das questões colocadas pela Senhora Procuradora poderia inferir-se que haveria essa dúvida, se a Assembleia deliberou a emosse de todos os dados que considerava relevantes para poder deliberar sobre uma hasta, sobre aquela hasta em concreto, e era isso que estava em causa, não mais absolutamente mais nada, e portanto não era do nosso ponto de vista nenhum documento fundamental a troca de correspondência, ou a evolução da troca de correspondência com a Senhor Procuradora. -----

----- E depois eu recordo, que não sei se temos todos o mesmo entendimento, mas eu tenho muito respeito pelo património da Câmara Municipal de Lisboa, e portanto, quando estamos num processo, que é um processo que tem um conjunto de deliberações do Município de Lisboa, e tem um conjunto de potenciais interessados, e estamos num processo em que obedece a um conjunto de regras, importa que não se crie nenhum ruído para além do estritamente necessário sobre matérias. -----

----- Uma coisa é a discussão política e as nossas diferencias políticas, e essas existem, vão continuar a existir, e eu, pessoalmente com a direita, e nomeadamente com o CDS faço questão que existam, porque de facto não pensamos nem atuamos politicamente da mesma maneira, agora outra matéria, é matéria institucional, e aí há uma conduta, que eu, pessoalmente em momento nenhum, e em nome de nenhuma luta política vou abdicar, e é isso que está aqui em causa.-----

----- Portanto, estamos a preparar respondendo às questões que colocou, estamos a preparar toda a documentação que o CDS, e toda esta Assembleia têm direito a conhecer, a Lei é complexa, vasta, está em processo, ainda não terminou, e portanto, amanhã acontecerá o que tiver que acontecer, em face daquilo que é a situação atual,

foram colocadas um conjunto de questões, foram respondidas, há pareceres, há um conjunto de interações, e é isso que está em causa.-----

----- Esta Assembleia tem todo o direito a fiscalizar a Câmara, mas não tem, nem a Câmara, nem a Assembleia o direito de perturbarem um processo que tem uma termitação, e é preciso ter respeito pelo aquilo que é um processo que foi deliberado por esta Assembleia, e para já não digo mais. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de darmos a palavra ao Senhor Deputado Diogo Moura, deixe-me...Senhor Vereador deixe-me lhe dizer duas coisas, para não alongarmos esta matéria.-----

----- E reiterando, aquilo que o Senhor Vereador diz, e que eu sou testemunha porque enquanto representante da Câmara, independentemente daquilo que é às vezes o calor dos debates em Plenário, o Senhor Vereador tem respeitado sempre aquilo que é o trabalho da Assembleia Municipal, e tem-se pautado por uma relação não só de lealdade institucional mas de cordialidade com a Conferência de Representantes e com a Presidente Helena Roseta, e também comigo próprio enquanto estive como Presidente em Exercício, e portanto nada a dizer sobre isso, mas sobre a sua intervenção tenho duas notas.-----

----- E acho que não vale a pena aqui em Plenário, depois estarmos a esgrimir argumentos sobre isso.-----

----- Primeira nota é que esta Assembleia Municipal no exercício dos seus poderes e direitos, não perturba funcionamento nenhum da Câmara Municipal, aliás, sobre esta matéria é um bom exemplo ao longo dos meses, como esta Assembleia tem sido parceira neste assunto.-----

----- Segunda nota, tomamos também bom registo que a Câmara está a preparar um *dossier* robusto, e o apelo que eu faço, é que trabalhem um bocadinho mais depressa para que a Assembleia Municipal possa ter acesso, porque foi a Câmara, foi a Câmara, que faz hoje oito dias que se comprometeu que até a Sessão de hoje disponibilizaria essa informação, não foi nenhuma força política, não foi a Presidente Helena Roseta, foi a Câmara que fixou um prazo.-----

----- Mas vale às vezes sobre esta matéria pedir alguma reserva na circulação da documentação, ou explicar porque é que ela ainda não foi disponibilizada, de que depois entrarmos aqui noutras discussões, porque esta é uma matéria de grande responsabilidade para todos, de grande importância para a cidade, e portanto, não vale a pena nós complicarmos mais o assunto, e por isso, é matéria que foi abordada ontem na Conferência de Representantes, certamente voltaremos a ter oportunidade de a abordar.-----

----- Senhor Deputado Diogo Moura para encerrar a sua Declaração Política.-----

----- Sim, Senhor Vereador tem todo o direito.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para corrigir uma coisa que disse, ou que eu, eventualmente me expressei mal, eu não disse que Assembleia Municipal não tem o direito... a questão não é perturbar o funcionamento da Câmara Municipal, eu referi “*que nem a Câmara Municipal, nem a AML*” do meu ponto de vista tem o direito de perturbar uma coisa que foram elas que decidiram, que é uma hasta que tem um conjunto de regras, não se trata de perturbar da Assembleia perturbar a Câmara, é essa precisão que eu eventualmente ter-me-ei expressado mal.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, fica registado essa precisão, nem outra coisa seria de esperar, porque o Senhor Vereador, volto a reiterar, independentemente do calor dos debates aqui, tem sido um representante leal e competente no relacionamento institucional com a Conferência de Representantes. -----

----- Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, com as minhas desculpas por este diálogo com o Senhor Vereador, tem a palavra para encerrar o período da Declaração Política do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Eu quase escusava de falar, porque o Senhor Presidente praticamente encerrou pelo CDS, e disse exatamente aquilo, lá está. -----

----- O Senhor Vereador diz que isto é uma questão política, e a forma de fazer política é diferente da do CDS, ainda bem! -----

----- Porque eu nunca diria aqui, que a Assembleia Municipal perturba o trabalho da Câmara Municipal quando faz fiscalização, e portanto nunca o diria! Nunca o diria! É a nossa função fomos Eleitos para isso. -----

----- Acalme-se, Senhor Vereador deixe-me fazer perguntas porque não respondeu. ----

----- Vergonha foi o que o Senhor disse, Senhor Vereador! -----

----- Mas deixe-me terminar depois pode pedir a palavra!-----

----- Foi o que o Senhor disse, está gravado, já não é a primeira vez!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora Senhor Deputado Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Acho que não vale a pena entrarmos aqui em incidentes.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Vereador, eventualmente ter-se-á expressado mal, já corrigiu, penso que o Senhor Deputado deve tomar por boa, tal como eu tomei a correção feita pelo Senhor Vereador, e partir para a Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tomaremos em boa nota.-----
----- E portanto queria terminar colocando as perguntas que não me foram respondidas, ou seja, o Senhor Presidente já disse que houve um compromisso por parte da Câmara, e o Senhor Vereador também cá estava, de nos trazerem hoje respostas, essas respostas não vieram.-----
----- Nós não estamos a pedir nada de especial, estão-nos a dizer que estão a compilar o processo.-----
----- Vejamos, que nos momentos anteriores sempre que a Câmara se pronunciou no dia a seguir enviou para aqui a resposta, exatamente que da mesma forma o Ministério Público envia, no exato momento em que entrega em mão ao Senhor Presidente da Câmara o ofício, entrega cópia semelhante ao mesmo momento à Senhora Presidente da Assembleia, e da mesma forma quando a Câmara responde ao Ministério Público, enviar uma cópia à Senhora Presidente, que a remete aos Representantes dos Grupos, e isso não aconteceu desta vez, é isso que nós achamos que é estranho. E não percebemos porque é que a Câmara nos quer sonegar esta informação.-----
----- E portanto, pergunto-lhe se vão continuar a juntar a um processo, que nem sei que processo é esse, porque até agora tudo nos foi facultado e bem, pela Câmara Municipal de Lisboa, portanto, queremos saber porque é que essa proposta que tem uma semana, não nos foi entregue, e hoje não está a ser cumprido aquilo que foi prometido pelos Senhores na semana passada.-----
----- Depois falou do património da Câmara, é verdade, mas o património da Câmara nós, não sabemos qual é, porque ainda estamos à espera que nos enviem a listagem. ---
----- Agora relativamente, à hasta pública, para encerrar este assunto.-----
----- As dúvidas mantêm-se, independentemente da resposta da Câmara à Procuradora, nós gostaríamos obviamente de ter acesso a ela, o que eu lhe pergunto, é, porque não percebi daquilo que foi a sua intervenção, acho que não ficou claro.-----
----- Saber se amanhã haverá hasta pública?-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado, aqui a figura é para o Senhor Deputado Diogo Moura encerrar o debate, e não propriamente reabri-lo.-----
----- Mas de todo o modo, uma vez que foi interpelado diretamente se o Senhor Vereador quiser responder, embora ficando registado, que Regimentalmente não é obrigado a tal, eu dar-lhe-ei a palavra.-----
----- Também pode passar, porque a figura é o CDS encerrar a Declaração Política, e não fazer pedidos de esclarecimento a quem o interpelou.”-----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente, só para reafirmar que aquilo que eu disse, aquilo que eu quis dizer, pelo menos, se o disse, não sei se de facto tive esse lapso, mas eu já corriji, não quis dizer que a Assembleia perturbou o que quer que seja da Câmara, o que eu disse e reafirmo, e portanto, não admito que diga uma coisa contrária, porque eu estou a

corrigir, e o Senhor certamente... eu não sei se estou a corrigir, eu tenho quase a certeza que foi isso que disse.-----

----- Mas admito que eu vou ouvir e depois eu trago-lhe para mostrar.-----

----- Mas o que eu quis dizer, foi “*que nem a Câmara nem a Assembleia têm o direito de perturbar um processo deste género, foram elas que decidiram e têm regras próprias.*” -----

----- Portanto, termino aqui, e em breve cá estaremos para voltar a conversar sobre esta matéria.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Encerramos a Declaração Política do CDS, e vamos passar à declaração da próxima força política inscrita.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Não é força política, mas é o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.-----

----- Senhor Deputado tem nos termos Regimentais no exercício individual a que todos os Deputados Municipais podem recorrer e invocar tem cinco minutos para a sua Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Assinalamos ontem os setenta anos da aprovação da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, hoje denominada como “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, e permita-me Senhor Deputado Ricardo Moreira que à sua lista exaustiva a propósito da violência doméstica, acrescente o nome de Luís Miguel Grilo.-----

----- É que a violência de género não é a violência de um género, é a violência de género e é igualmente condenável.-----

----- E quando um documento fundamental como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, vê o seu nome alterado em instâncias da Organização das Nações Unidas para cumprir esta igualdade de género é bom que também a mensagem política, e a preocupação com a violência de género, se dobre também à realidade da existência de dois géneros, senão mais de acordo com aquilo que são as convicções, as crenças, e eventualmente porque não dizer-lo o estudo científico de cada um de nós.-

----- Mas para vos dizer Senhoras e Senhores Deputados, que a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, é isso mesmo, ou dos Direitos Humanos, é uma declaração, são direitos pré-existentes e inerentes à condição humana, que foram declarados não foram decretados, mas tiveram necessidade de serem declarados porque alguns anos

antes de 1948, e infelizmente ainda hoje em algumas circunstâncias o ocorre, muitas, demasiadas para a dignidade humana porque não foram respeitados e foram atropelados de forma atroz.-----

----- Mas ainda assim em 1948, nas Nações Unidas houve quem não aprovasse a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” então hoje “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, houve quem não as aprovasse, e tivesse reservado para si assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas um direito de veto, houve quem o fizesse e porventura que ainda assuma esse legado. -----

----- Mas quero também lembrar, que Portugal não esteve particularmente bem.-----
----- O regime que alguns querem pintar, mas que se chama Estado Novo, não subscreveu a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, nem nunca dela quis saber, mas houve a vontade de um legislador constituinte em 1975 e 1976 de trazer a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” ainda assim está escrita na Constituição, como parâmetro de validade e de interpretação das próprias normas constitucionais.-----

----- Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, muito estranho hoje que se completam setenta anos, que não tenham havido vários votos, e não tenham...houve do PEV é verdade, houve uma recomendação do PAN e houve referências laterais a prepósito de documentos, mas que não tenha havido uma grande comemoração nesta Assembleia.--

----- É que não discutimos só a dignidade humana, discutimos um parâmetro também, interpretação constitucional, parâmetro esse que nos vincula a nós, enquanto autarcas ao seu cumprimento e ao seu respeito.-----

----- E aqui chegados Senhoras e Senhores Deputados, queria lembrar para mim aquele que é o artigo mais emblemático da “Declaração Universal dos Direitos do Homem” ou dos Direitos Humanos como preferirem, porque não vou entrar em polémicas nessa matéria, que é o seu artigo trigésimo, o artigo final, o fecho da abóboda dessa declaração, que diz “*que nenhum desses direitos*” constantes na Declaração “*pode ser utilizado para eliminar ou obliterar outro dos direitos que lá esteja.*” -----

----- E é por isso Senhoras e Senhores Deputados, que vos lanço o alerta nesta Declaração Política que está prestes a terminar.-----

----- Não adianta virmos aqui defender soluções simples como sejam, ocupação de imóveis porventura em detrimento de exercerem o seu direito à habitação nos termos regulamentares, mas também, não adianta virmos aqui propor simultaneamente baixa de impostos e a realização de despesa de alguma forma, sim! Porque a “Declaração dos Direitos Humanos” necessita de recursos financeiros, e não adianta virmos aqui com uma mão defender baixa indiscriminada de impostos, e com a outra mão reivindicar o aumento de despesa.-----

----- E finalmente, chegando à declaração do Partido Socialista, só terminando, e não vou criticar o Senhor Deputado Manuel Lage que terei oportunidade disso depois pessoalmente, para dizer também o seguinte, estes documentos, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” e dos “Direitos Humanos” incarna também os direitos de participação política, e temos de tomar mais a sério aquilo que são as

Petições, mas sim, Senhor Deputado Manuel Lage, que aqui agora não está, sem a demagogia daqueles que todos prometem e nada resolvem.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É por o Senhor Deputado Manuel Lage estar ali a dialogar que depois o Senhor Deputado Rui Costa não teve nenhuma interpelação. -----

----- Vamos à próxima Declaração Política, a penúltima, depois segue-se a última que é a do Partido Social Democrata.” -----

----- **A Senhora Deputado Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimas Senhoras Secretárias da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa-tarde. -----

----- O PPM apresenta hoje um voto de protesto, e espero que entretanto os Senhores Deputados tenham lido a versão remodelada entregue esta manhã. -----

----- Mas a principal linha que queremos destacar é a seguinte. -----

----- Acerca de dez dias, assinalou-se a recuperação da independência portuguesa, celebrando-se o 1 de Dezembro de 1640. -----

----- Não temos a pretensão aqui de dar aulas de História, mas não poderemos deixar de sublinhar o patriotismo que moveu um grupo de quarenta nobres portugueses conhecidos com “Os Conjurados”, juntamente com cerca de uma dezena de militares e religiosos que tomaram a decisão de invadir o Paço da Ribeira, e proclamar Dom João, Duque de Bragança como rei de Portugal, imediatamente aclamado pelo povo em júbilo. -----

----- Foi o amor a Portugal e a liberdade que os moveu, o forte sentido patriótico que lhe transmutou de qualquer hipótese de medo, naquele sentimento que sempre caracterizou os portugueses, a força da audácia. -----

----- Pois imbuído desse espírito de liberdade, de patriotismo e de nacionalismo que qualificam os portugueses ao longo da sua história, que o PPM hoje faz um voto de protesto, já que foram tolhidos os direitos de cidadãos numa manifestação de liberdade. -----

----- Não é um sentimento perigoso de nacionalismo totalitário, visto que num passado recente de pretensa superioridade moral ou genética, tão contrária ao respeito pela pluralidade humana, mas o nacionalismo da nossa dimensão histórica completamente oposto ao primeiro, e que não pode com o outro ser confundido. -----

----- Sublinhar a vertente de aculturação dos portugueses e não segregadora, elevar a capacidade integrar a diversidade multicultural e multirracial, que sempre ditou o

comportamento geral dos portugueses no mundo, reconhecer o respeito que os portugueses tiveram maioritariamente com a cultura do outro, levando um pouco da sua cultura mais além.-----

----- Relembrar a defesa do seu território e de marcação da sua fronteira ibérica, uma das fronteiras mais antigas da Europa, e por conseguinte do mundo, não permitindo aqueles que eram superiores em número que continuassem a ocupar aqueles que eram orgulhosos na sua identidade.-----

----- E invocando o momento da reconquista da nossa independência como nação e povo, que deixamos o nosso protesto pelo desrespeito visto para com aqueles que ainda lutam por esses valores.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, não registamos pedidos de palavra para interpelar a Senhora Deputada, portanto damos por encerrada a sua Declaração Política.-----

----- E vamos passar à última que é o Partido Social Democrata.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado António Prôa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Queria por começar por saudar a Senhora Deputada do PPM, pela apresentação deste voto de protesto, no qual me revejo confesso mais no texto do que na intervenção, embora não discorde dela, mas permita-me que recentre no texto que apresenta, porque me fez recordar um episódio de há dezanove anos, era eu Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, aquando de uma tal visita do então chefe de estado da República Popular da China, eu e outra Colega Vereadora manifestámos, ou procurámos manifestar a favor do respeito dos direitos humanos na República Popular da China, e fomos, e custa-me dizer com rigor o termo talvez fomos contidos pela polícia no sentido de nos podermos manifestar.-----

----- E é sobre isso que me queria centrar, a importância especialmente nos dias que correm, mas sempre a importância pelo respeito pelo direito de manifestação, e também, do caso concreto quando falamos da República Popular da China, pelo respeito pelos direitos humanos, que é muito a propósito, aliás, da recente comemoração dos setenta anos sobre a aprovação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos.”-----

----- E é sobre o respeito do direito à manifestação que eu queria aqui referir-me, dizendo que é muito importante que Lisboa possa sublinhar a sua tradição de tolerância, de liberdade, de possibilidade de manifestação que sempre caracterizou a cidade, e de facto, de acordo com o que refere, e de acordo com os relatos que são públicos, o que aconteceu com o episódio que relata no voto de protesto que apresenta, não é coerente com essa tradição pelo respeito de manifestação, pelo respeito de nos podermos dar nota das nossas posições.-----

----- Não se trata tanto da questão do Tibete com a qual também se me permite simpatizar, mas não é isso que está em causa, o que está em causa neste texto, é o respeito pelo direito de manifestação, e é sobre isso que eu acho que esta Assembleia poderia hoje, e deveria hoje dar um sinal claro e inequívoco de defesa do direito à manifestação, do direito às pessoas puderem dizer o que pensam de forma livre, sem serem impedidos de forma violenta, ou não violenta, mas de forma a não serem impedidos de dizerem o que pensam.-----

----- Lisboa é uma cidade livre, é uma cidade de tolerância e o direito à manifestação está entre esses direitos que Lisboa deve promover.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Microfone à Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputado Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte resposta:-----

----- “Muitíssimo obrigado Senhor Deputado António Prôa pelas suas palavras, e obviamente concordo em absoluto com tudo o que disse.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, agora sim encerrasse esta Declaração Política, e vamos passar à Declaração Política do Partido Social Democrata.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Morgado do PSD.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A declaração do PSD vai ser repartida o seu tempo à semelhança no que já aconteceu outras vezes por dois Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez muito boa tarde, muito obrigado e para começar as minhas desculpas por esta moção ter chegado tão tarde, mas foi um “parto difícil” negociado desde quinta-feira, e agradecer aos serviços do gabinete a paciência que tiveram comigo e com a Presidente da Assembleia, a Arquitecta Helena Roseta, pensei eu que fosse mais fácil, visto a posição dela na Assembleia da República, não terá sido a mesma aqui.-----

----- Mas, a moção que trago aqui, que vimos defender é que as zonas de limitação de alojamento local não deveriam ter sido só aquelas enunciadas, mas sim alargadas à cidade, sendo que não sendo à cidade, pelo menos à Freguesia de Santo António, porque são perfeitamente conhecidos os efeitos perversos que a concentração excessiva desta atividade têm nas zonas sobre as quais incide.-----

----- Igualmente inegável o impacto que a proliferação do alojamento local tem tido no aumento do valor do metro quadrado, e a Freguesia de Santo António tem sido aquela que apresenta o valor mais elevado com subidas muito expressivas há vários trimestres consecutivos.-----

----- Portanto, vimos deixar a nossa preocupação com um texto já alterado, quase imposto, manifestar a preocupação e que esta moção seja levada em conta porque sinceramente porque eu fui Eleito para defender os fregueses de Santo António, e não posso deixar, daqui dizer o meu espanto quando me obrigam a mudar o texto para coisas que não são bem aquelas que eu queria dizer, mas eu não vou deixar cair este assunto, a bancada do PSD não vai deixar cair este assunto.-----

----- E dito isto, deixando aqui o recado, dizer que o PSD está cá para defender as pessoas, e não os interesses políticos.-----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton, deixe-me só dizer-lhe como fez várias referências à Presidente Helena Roseta e da Mesa, mas aqui do ponto de vista daquilo que eu acompanhei, e já não é a primeira vez, trata-se da bancada do PSD saber elaborar os documentos nos exatos termos Regimentais, e portanto, pela minha parte Senhor Deputado, pela minha parte estamos conversados.-----

----- Foi a última vez que é dada a oportunidade enquanto eu tiver a Presidente em Exercício ao PSD para reformular propostas que não vem de acordo com o Regimento, se depois temos direito a estas intervenções inauditas essas sim em Plenário, aquilo que passaremos a fazer é rejeitar liminarmente os textos, quando não vêm de acordo com o Regimento, que se calhar era sempre isso que devíamos fazer.---

----- Senhor Deputado Luís Newton para concluir a sua Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício. -----

----- No âmbito das declarações políticas, há um tema que é incontornável naquela que é a atualidade política e relevante da própria gestão camarária. -----

----- E é uma questão que ainda que muitas vezes tenha sido debatida, continua consecutivamente a ser adiada a sua clarificação. -----

----- E por isso, o PSD a que vem nas suas declarações políticas deixar bem claro a sua posição relativamente a esta matéria, e também, em segundo lugar querer uma resposta, clara também, a uma pergunta julgo que a todos nos assiste.-----

----- Em primeiro lugar, deixar bem claro que não vemos com bons olhos o comportamento que a Câmara Municipal de Lisboa tem tido nesta matéria de Entrecampos. -----

----- Em vários momentos tem vindo a exigir à Assembleia Municipal uma participação mais ativa, em vários momentos procura sempre da Assembleia uma resposta imediata e uma conclusão dos processos, mas em matérias que depois deveria

também em conta e em consideração, e respeito os trabalhos da própria Assembleia Municipal, a Câmara age sem dar qualquer informação à Câmara Municipal, tem decisões e dá respostas onde não dá conhecimento à Câmara Municipal, e esta é uma situação que é inaceitável, nem do ponto de vista político, e sobretudo nem do ponto de vista institucional. -----

----- E por isso, a pergunta que se impera neste momento e que todos nós gostaríamos de ter uma resposta cabal. -----

----- Amanhã, há ou não há a abertura das propostas da hasta pública no âmbito do processo de Entrecampos?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- Não sei se temos inscrições para interpelar, não sei se o Senhor Vereador quer responder, também não registo.-----

----- E portanto, vamos declarar encerrada a Declaração Política do Partido Social Democrata, e declaramos assim encerrado este período de intervenções.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton pede a palavra para um protesto, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e o seguinte protesto: -----

----- “Senhor Presidente, terei que formalizar aqui um protesto da bancada do PSD, pela ausência de qualquer tipo de esclarecimento no âmbito da nossa intervenção, claro que assiste direito a qualquer bancada e à própria Vereação, em dar ou não dar respostas, mas esta é uma questão que impera sobre a gestão da própria cidade.-----

----- E vir aqui e não termos nenhuma resposta cabal, para algo que, nós não estamos a falar do que vai acontecer no próximo mês, é amanhã! É amanhã! Ou não!-----

----- E portanto, desconhecimento ou ignorância é algo que nos apenas faz crer manifestar o nosso veemente protesto, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vereador para dar explicações sobre o protesto.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, o Senhor Deputado coloca uma questão, e eu tenho uma resposta única para dar. -----

----- Há um processo em curso, amanhã de acordo com aquilo, que certamente o Senhor Deputado conhece como é que funcionam as hastas públicas, amanhã o júri da hasta vai avaliar as situações, se houver alguma situação que o impeça de prosseguir a hasta, pois com certeza fará qualquer iniciativa nesse sentido, não havendo desenvolverá a hasta normalmente, que é o que a Lei o obriga, e a Câmara está obrigada. -----

----- Portanto, eu diria o que é que a Câmara tem que fazer é óbvio, o que a Câmara não! O que neste caso o júri da hasta tem que fazer, não havendo nenhuma situação anormal a hasta decorrerá com toda a normalidade, como qualquer hasta pública.-----

----- Havendo, será avaliado, nas outras vezes e respondendo a uma intervenção considerou o júri que havia, e ninguém se lhe opôs naquela interação entre o júri e os concorrentes, que havia razões para num caso adiar a hasta e no outro suspender a abertura das propostas. -----

----- Se houver razões para fazer alguma iniciativa extraordinária, será feita, se não houver, haverá uma hasta, que é aquilo que esta Assembleia mandou o Município de Lisboa para fazer, através de uma equipa que está a trabalhar na matéria que contém um júri, é isto basicamente. -----

----- A resposta penso que é a resposta que o Senhor Deputado já sabia, mas que eu confirmei, pronto, não sei se está satisfeito?-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Encerramos assim o período de intervenções relativo às Declarações Políticas, e vamos passar à votação dos documentos apresentados.-----

----- Temos várias, Senhoras e Senhores Deputados ausentes, mas vamos passar às votações. -----

----- Dar nota de quatro alterações que foram entregues na Mesa, sendo que duas delas foram distribuídas, as outras chegaram em cima da hora. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados dar-vos nota disso, para tomarem boa nota. -----

----- A Recomendação nº 46/05 apresentada pelo Bloco de Esquerda no ponto único, esta não foi distribuída, é uma alteração muito curta é: “*que proceda a uma nova intervenção*”, não só a uma intervenção mas “*proceda a uma nova intervenção na Avenida Mouzinho de Albuquerque.*”-----

----- Recomendação nº 46/06 do Partido Comunista Português, esta foi distribuída a todas as forças políticas, e Senhores Deputados uma alteração da redação no primeiro ponto. -----

----- Temos a Recomendação nº 46/07 apresentada pelo CDS-PP, há um aditamento em articulação, pelo menos foi a indicação que chegou à Mesa, com o Grupo Municipal do Partido Socialista, esta chegou em cima não houve oportunidade de distribuir portanto e vou passar a ler. -----

----- É um aditamento de um ponto dois e o ponto três.-----

----- O ponto dois passa a ponto três, e o novo ponto dois diz: “*O Presidente da CML enquanto Presidente do Conselho Executivo Metropolitano diligencie no sentido de estender a medida a todos os concelhos da área metropolitana de Lisboa.*”-----

----- Em relação à Recomendação nº 46/10 apresentada pelo PAN, esta também foi distribuída com várias alterações às forças políticas e portanto será esta a recomendação e este texto o objeto da votação.-----

----- São estes os quatro documentos que mereceram alterações, e portanto quando votarmos vamos votar tendo em atenção estes textos em concreto, e portanto, vamos iniciar as votações.” -----

----- **VOTO Nº 046/01 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “VOTO DE SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – 25 DE NOVEMBRO”** -----

----- (O Voto de Saudação nº 046/01, fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Voto nº 46/01 apresentado pelo Bloco de Esquerda, “Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro”, vamos então iniciar as votações.-----

----- Quem vota contra?-----

----- Não registámos votos contra, quem se abstêm?-----

----- Bancada do Partido Comunista Português apresentará uma Declaração de Voto escrita, registamos os votos a favor das restantes forças políticas e dos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes.-----

----- O Voto nº 46/01 foi aprovado.”-----

----- O **Voto de Saudação nº 046/01** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Comunista Português** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do PCP absteve-se no voto 046/01 (BE) – Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro, porque entende que não se previne a violência sobre as mulheres num quadro de profundos retrocessos nas condições de vida e nos direitos das mulheres, com o aumento da exploração e das desigualdades a que estão sujeitas larguíssimos sectores femininos, bem patentes no afastamento forçado das desempregadas e das jovens do mercado de trabalho, na generalização da precariedade laboral, nos baixos salários, nas discriminações salariais e em função da maternidade, no aumento da pobreza.*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP entende ainda que não há lugar para o “faz de conta” nas políticas de igualdade e que não há lugar para soluções menores no domínio do combate a todas as formas de violência sobre as mulheres, são necessárias medidas específicas que contribuam para prevenir, combater e erradicar. Os direitos das mulheres são para cumprir e desde logo:-----*

----- *O combate ao desemprego e à precariedade laboral, pelo trabalho com direito; --*

----- *A valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais, diretas e indiretas;-----*

----- *A participação das mulheres em igualdade em todos os sectores de atividade;-----*

----- *O direito a ser mãe e trabalhadora com direitos;*-----

----- *Proteção social da maternidade e paternidade no âmbito da saúde e da segurança social;*-----

----- *Reposição da universalidade dos direitos no âmbito da segurança social e dos critérios de justiça na atribuição dos apoios e prestações sociais – abono pré-natal, maternidade e paternidade, desemprego e situações de pobreza;*-----

----- *Reposição da universalidade do abono de família a crianças e jovens;*-----

----- *Criação de uma rede pública de equipamentos de apoio à criança, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às vítimas de violência;*-----

----- *Acesso ao serviço nacional de saúde e proteção na saúde sexual e reprodutiva.*---

----- *O Partido Comunista Português esteve sempre na primeira linha da luta contra a violência contra as mulheres. No entanto, as organizações que promovem estas marchas reduzem a violência contra as mulheres à violência doméstica - que é obviamente um flagelo terrível - ocultando outras formas de violência, nomeadamente a prostituição.*-----

----- **VOTO Nº 046/02 (PPM) – (NOVA VERSÃO) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “VOTO DE PROTESTO – MANIFESTAÇÃO “TIBETE LIVRE”**-----

----- (O Voto de Protesto nº 046/02, fica anexado à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- O Voto nº 046/02 do PPM, “Protesto – Manifestação “Tibete Livre”, nova versão que foi distribuída e que foi feita referência pela Senhora Deputada na sua Declaração Política.-----

----- Quem vota contra?-----

----- Votam contra o Partido Comunista Português, o Partido Socialista.-----

----- Quem se abstêm?-----

----- O Bloco de Esquerda, o Partido Ecologista “Os Verdes”, o PSD, o CDS.-----

----- Declaração de Voto do Bloco de Esquerda, do PSD.-----

----- Mas entretanto registar os votos favoráveis das restantes forças políticas, dos Deputados que exercem o Mandato como Independentes.-----

----- O Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- É para registar os votos a favor?-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, agradecia que se sentassem aqueles que estão a reentrar na sala, e portanto, pedia aos serviços que pudessem tomar boa nota para depois ficar na ata dos Deputados que vão votar a favor, desalinhados do voto maioritário da bancada.-----

----- Portanto quem voto a favor deste voto?-----

----- Do Voto nº 46/02?-----

----- Muito bem, porque assim ficam registados os votos dos Senhores Deputados a título individual que têm uma votação diferente da bancada.-----

----- O **Voto de Protesto nº 046/02** foi **rejeitado** com a seguinte votação: votos contra do PS, PCP, abstenção do PSD, CDS-PP, BE, PEV, votos a favor do PAN, MPT, PPM, 1 PSD, 9IND. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto o Voto nº 46/02 foi rejeitado, e várias Declarações de Voto por escrito que estávamos a anunciar, do Partido Ecologista “Os Verdes”, do PSD, do Partido Socialista. -----

----- Microfone à bancada do Partido Socialista para Declaração de Voto Oral, sobre esta proposta é melhor fazermos já rápido, para não acumularmos e separaremos aqui, o PSD também uma Declaração de Voto Oral. -----

----- Nós costumamos fazer no fim mas como temos tantos votos, fazemos já. -----

----- Partido Socialista e depois PSD também para uma Declaração de Voto Oral.” -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lage**, em nome do **Grupo Municipal do Partido Socialista** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Muito obrigado Senhor Presidente, o Partido Socialista votou contra este voto de protesto não por causa da questão do Tibete não é isso que está em causa, votámos tendo em conta que com os dados que nos são fornecidos e que conseguimos retirar deste voto, verificamos que se trata de uma manifestação ilegal, uma vez que ela não está nem comunicada, nem autorizada.*-----

----- *E nesse sentido, naturalmente o Partido Socialista não pode estar ao lado de uma manifestação que vai contra a Lei, e por isso, naturalmente não podemos acompanhar o PPM nesta questão.* -----

----- *Diferente seria discutirmos a questão do Tibete, e essa poderá ser discutida oportunamente numa outra situação, neste voto, numa manifestação ilegal o Partido Socialista nunca poderá estar ao lado.* -----

----- *Muito obrigado.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton, para uma Declaração de Voto Oral, por parte da bancada do PSD.” -----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton**, em nome do **Grupo Municipal do Partido Social Democrata** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** ---

----- “*Senhor Presidente, o PSD também apresenta a sua Declaração de Voto de bancada, no sentido em que entende que o que está aqui em causa não é a existência de qualquer violência policial conforme em determinado momento se pretendia de alguma forma transcrever do texto que aqui foi apresentado e por isso deixar essa nota clara do nosso sentido de abstenção, por desconhecer de facto, e de não nos revermos na existência de qualquer intimidação por parte das forças de segurança, na liberdade de ação de qualquer indivíduo.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores e Senhoras Deputados, estamos a votar e fazer Declarações de Voto, portanto agradecia o vosso silêncio.” -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” absteve-se no voto de protesto nº 046/02 - Manifestação Tibete Livre, apresentado pelo Grupo Municipal do PPM, na 46ª reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa do dia 11 de Dezembro, pelas seguintes razões:-----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” defende o direito à manifestação e à liberdade de expressão, direitos aliás consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----

----- Entendemos também que a cidade de Lisboa se deve assumir cada vez mais como uma cidade livre e de tolerância.-----

----- No entanto, “Os Verdes” consideram que o conteúdo do referido voto não permitiu estarmos na posse de toda a informação devida para que o PEV pudesse votar favoravelmente, nomeadamente se a manifestação referida no texto foi ou não comunicado às entidades competentes, conforme determina a legislação nacional.-----

----- Desta forma, o PEV optou por se abster neste voto, por não serem cabalmente esclarecidas algumas questões que consideramos fundamentais para tomarmos posição, sendo o voto apresentado pouco esclarecedor nesse sentido.” -----

----- (O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- **VOTO Nº 046/03 (PCP) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA”** -----

----- (O Voto de Saudação nº 046/03, fica anexado à presente Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação do Voto nº 046/03 apresentado pelo Partido Comunista Português, de saudação “Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa” -----

----- O Voto de Saudação nº 046/03 foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND.-----

----- **MOÇÃO N.º 046/01 (MPT) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO DOMINGUES”** -----

----- (A Moção nº 046/01, fica anexada à presente Ata como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Moção nº 46/01, apresentada pelo MPT, “Escola Secundária Afonso Domingues”.” -----

----- A **Moção nº 46/01** foi **rejeitada** não há abstenções, votos contra do PS, 8 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND.-----

----- **MOÇÃO Nº 046/02 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “REGULARIZAÇÃO DE VÍNCULOS LABORAIS PRECÁRIOS”.** -

----- (A **Moção nº 046/02**, fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Moção nº 46/02, apresentada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”.”-----

----- O PSD pede a votação ponto por ponto, e portanto vamos votar os dois pontos, o terceiro não costumamos votar, tratasse do envio de deliberação.” -----

----- **Ponto 1 da Moção nº 46/02** foi aprovado **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND.-----

----- **Ponto 2 da Moção nº 46/02** foi aprovado **por maioria** não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND.-----

----- **MOÇÃO Nº 046/03 (PAN) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “PELA CRIAÇÃO DE MECANISMOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E DE ENSINO DE CRIANÇAS E JOVENS EM CASAS DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL”** -----

----- (A **Moção nº 046/03**, fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Moção nº 046/03 apresentada pelo PAN, “Pela criação de mecanismos facilitadores da integração nos estabelecimentos de educação e de ensino de crianças e jovens em casas de acolhimento residencial”.” -----

----- A **Moção nº 046/03** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND.-----

----- **MOÇÃO N.º 046/04 (PSD) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “CRIAÇÃO DE ZONA DE CONTENCÃO NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO”**-----

----- (A **Moção nº 046/04**, fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar a Moção n.º 046/04 apresentada pelo PSD, “Criação de Zona de Contenção na Freguesia de Santo António”-----

----- A **Moção n.º 046/04** foi **rejeitada** com abstenção do BE, PAN, votos contra do PS,PCP, PEV, 8 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP. MPT, PPM, 1 IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 046/05 – (BE) – (RETIFICADA) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “PELA COLOCAÇÃO DE MEDIDAS DISSUASORAS DE VELOCIDADE NA AV. MOUZINHO DE ALBUQUERQUE”**-----

----- (A **Recomendação n.º 046/05**, fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 046/05, apresentada pelo Bloco de Esquerda, com a nova redação, “Pela colocação de medidas dissuasoras de velocidade na Av. Mouzinho de Albuquerque”. -----

----- A **Recomendação n.º 046/05** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND.-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 046/06 (PCP) – (RETIFICADA) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “PELA REQUALIFICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E CARÁCTER INCLUSIVO PARA A PRAÇA DO MARTIM MONIZ”**.-----

----- (A **Recomendação n.º 046/06**, fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 46/06 apresentada pelo Partido Comunista Português, “Pela requalificação de interesse público e carácter inclusivo para a Praça do Martim Moniz”, é um novo documento e também uma alteração já apresentada no decurso do Plenário conforme enunciámos há pouco.-----

----- Vamos votar com a nova redação a Recomendação n.º 46/06.”-----

----- A **Recomendação n.º 046/06** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND.-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 046/07 – (CDS-PP) – (RETIFICADA) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “MUSEUS E MONUMENTOS GRATUITOS PARA JOVENS”**-----

----- (A **Recomendação n.º 046/07**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos proceder à votação da Recomendação nº 46/07, “Museus e Monumentos Gratuitos para Jovens”, com alteração que também enunciamos e é apresentada pelo CDS-PP.” -----

----- A **Recomendação nº 046/07** foi **aprovada por maioria** não há votos contra, abstenção de 2 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 46/08 – (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “PELO RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO PLENA DOS DIREITOS HUMANOS”**-----

----- (A **Recomendação nº 046/08**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação nº 46/08, apresentada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, “Pelo reconhecimento e aplicação plena dos Direitos Humanos”. -----

----- A **Recomendação nº 046/08** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 046/09 (MPT) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “PELO CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO ARVOREDO”**-----

----- (A **Recomendação nº 046/09**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos proceder à votação da Recomendação nº 46/09 do MPT, “Pelo Cumprimento do Regulamento Municipal do Arvoredo”.-----

----- A **Recomendação nº 046/09** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 046/10 – (PAN) – NOVA VERSÃO – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “RECOMENDAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS EM LISBOA.”** -----

----- (A **Recomendação nº 046/10**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação nº 46/10 apresentada pelo PAN para a Criação do Observatório Municipal dos Direitos Humanos em Lisboa”, também com alteração que foi há pouco enunciada e distribuída, portanto a votação com a nova redação.”-----

----- A **Recomendação nº 046/10** foi **aprovada por maioria** não há votos contra, abstenção do PS, CDS-PP, 6 IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 3 IND. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Encerramos assim este período de votações, este período dedicado ao ponto um da Ordem de Trabalhos, às Declarações Políticas.” -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 23/2018 – LISBOA PRECISA DE UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS, DA EXPANSÃO E DA PORTUGALIDADE, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;**-----

----- **PETIÇÃO Nº 23/2018 – (APRESENTADA PELO SENHOR RAFAEL PINTO BORGES EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) - “LISBOA PRECISA DE UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS, DA EXPANSÃO E DA PORTUGALIDADE”** -- -----

----- (A **Petição nº 23/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O **Parecer da 7ª Comissão Permanente** relativo à **Petição nº 23/2018** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **RECOMENDACÃO 046/01 (7ªCP)**-----

----- (A **Recomendação nº 046/01 (7ª CP)** relativo à **Petição nº 23/2018** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, apreciação da Petição nº 23 de 2018, “Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos, da expansão e da Portugalidade”, nos termos da petição e dos termos Regimentais em vigor, temos um Parecer da 7ª Comissão Permanente, foi autor do parecer o Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho. -----

----- Temos uma Recomendação, que é a Recomendação nº 46/01, oriunda da 7ª Comissão. -----

----- Temos também um representante dos Peticionários para usar da palavra, o representante é o Senhor Rafael Pinto Borges, e antes de dar a palavra ao Peticionário, e dar a palavra à 7ª Comissão, não sei se querem apresentar o relatório, a recomendação, Senhora Presidente, o Deputado Relator? -----

----- Muito bem, a Presidente Simonetta Luz Afonso da 7ª Comissão Permanente, para apresentar não só o relatório, como a Recomendação desta Comissão, daremos agora sem tempo e em seguida daremos a palavra ao Representante dos Peticionários, por dez minutos e depois para quem se quiser inscrever. -----

----- Estou-lhe a dar a palavra Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da 7ª Comissão, a Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não costuma ser os Peticionários primeiro?”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, estou-lhe a dar a palavra!”-----

----- **A Senhora Presidente da 7ª Comissão, a Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também”-----

----- Então quer fazer ao contrário? -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como temos assistido com os Senhores Peticionários, muitas vezes também gostam-se de pronunciar sobre o relatório, portanto acho que é melhor assim.”-----

----- **A Senhora Presidente da 7ª Comissão, a Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, é novo! -----

----- Também, vamos experimentar, é uma experiência interessante, natalícia!-----

----- Bem, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Imprensa, Senhores Funcionários. -----

----- O Relatório sobre esta Petição, foi elaborado pelo Deputado Pedro Cegonho, que hoje não pode estar aqui, por isso estou eu a apresentar.-----

----- Portanto, recebemos uma Petição, intitulada “Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos, da expansão e da Portugalidade”. -----

----- Ouvimos os Peticionários, os partidos presentes, os Grupos Municipais presentes puseram as questões pertinentes e que entenderam. -----

----- Foi votada por unanimidade, portanto esta recomendação e este parecer, e eu vou ler os termos da Recomendação: -----

----- “A 7ª Comissão Permanente propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa aprove recomendar à Câmara Municipal, em face à temática da Petição apresentada: -----

----- *Que desencadeie os procedimentos necessários para que Lisboa disponha de uma estrutura polinucleada na cidade que inclua alguns espaços e museus já existentes e outros a criar de novo, e que promova a reflexão sobre aquele período histórico nas suas múltiplas abordagens, de natureza económica, científica, cultural, e outras nos seus aspetos mais e menos positivos, incluindo um núcleo dedicado à temática da escravatura.*” -----

----- Portanto, esta é a recomendação que a 7ª Comissão por unanimidade votou na Sessão, em que ouviu os Peticionários.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Rafael Pinto Borges, Representante dos Peticionários da Petição nº 23 de 2018, que tiveram também oportunidade de serem ouvidos na Comissão. -----

----- Tem dez minutos.”-----

----- **O Peticionário o Senhor Rafael Pinto Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigado.-----

----- Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, saúdo também muito vivamente o público, a “Cidadania de Lisboa” que aqui se faz representar, porque o tema que me traz é de particular relevância, falamos do Museu dos Descobrimentos, matéria que tem suscitado animado debate e ampla discussão na sociedade portuguesa, e certamente em Lisboa também.-----

----- Mas quando se fala deste tema, do Museu dos Descobrimentos que apresentamos hoje, há uma história nesta proposta, e que história é em bom rigor, essa?-----

----- Pois bem em 2009, o antigo Ministro da Cultura o Doutor Pinto Ribeiro, apresentou pela primeira vez a sugestão, particularmente feliz diga-se de passagem, de uma estrutura museológica a construir em Lisboa, que servisse para falar do período dos Descobrimentos, lamentavelmente por motivos amplamente portugueses essa ideia não foi então levada a conclusão satisfatória, não foi transportada para a realidade, mas mais tarde, por altura das últimas eleições autárquicas, o atual Presidente da Câmara de Lisboa Doutor Fernando Medina, novamente resgatou essa sugestão muito feliz e a trouxe ao debate público.-----

----- O que sabemos atualmente é que há uma maioria muito grande na sociedade portuguesa que se revê na ideia do Museu dos Descobrimentos, e a prova disso é que a proposta foi inicialmente apresentada pelo Partido Socialista, e que, quer em 2009, quer depois nas últimas eleições autárquicas, e que essa sugestão não causou qualquer tipo de melindre, nos principais partidos da oposição representados na Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Pois bem, avancemos um pouco porque em maio deste ano, uma carta assinada por personalidades de perfil bastante desigual, bastante desnivelado apelava a que não se fizesse em Lisboa o Museu dos Descobrimentos, apresentando para isso o argumento de que a expressão *“Descobrimentos se encontraria datada, que teria conexão, relação com ideologias de má-fama, e que portanto seria lamentável a criação hoje de um Museu dos Descobrimentos, em Portugal, em Lisboa.”*-----

----- Pois bem, conviera dizer antes de mais que esses especialistas que se apresentaram como estudiosos da vida portuguesa, do Império Português, da aventura da gesta dos Descobrimentos, eram na maior parte dos casos lamentavelmente personalidades com pouca relação na verdade com Portugal, em muitos casos até estrangeiros, e como tivemos oportunidade de averiguar na larga maioria das situações indivíduos que não dominavam sequer a língua portuguesa, pelo que, e daqui se depreende e vê a relação muito ténue que têm efetivamente com a vida portuguesa, e o que convém aqui notar.-----

----- Convém notar portanto que essa carta animada por gente que como vemos têm porventura em muitos casos uma relação ténue com Portugal, e uma preparação insuficiente para tratar estes temas com alguma profundidade e com alguma

facilidade, foi animada no fundo por uma, creio que podemos dizê-lo, uma má vontade ideológica, e por uma vontade que estimamos anticientífica e ilegítima de trazer para o tempo presente, ou pior ainda, de levar para o passado preocupações do tempo presente, moralizando a História, transformando a História num tribunal, e portanto removendo do labor historiográfico aquilo que deve conduzi-lo que é o rigor científico e o amor à verdade.-----

----- Pois bem, a expressão “Descobrimientos” como sabemos tem uma muita antiga e muito unânime a vida na ambiência académica portuguesa, em bom rigor ainda há dias, não foi mesmo hoje, ainda hoje lia do Professor Luís Filipe Tomás, um texto particularmente curioso, em que se recordava que a palavra “Descobrimientos” é por nós usada para referir a aventura dos Descobrimientos, desde pelo menos 1470, não é portanto coisa de ontem.-----

----- E para além de ter essa vida muito antiga na nossa maneira até de pensar os Descobrimientos, é também verdade que ela tem aceitação académica geral, e até internacional, não é apenas em Portugal que falamos do processo dos Descobrimientos, como sendo dos Descobrimientos.-----

----- Eu recordo os Senhores Deputados de que a expressão para a expressão os “Descobrimientos” é na língua inglesa *Age of Discovery* não é *The Voyage*.-----

----- Eu recordo os Senhores Deputados de que a expressão na língua francesa é *Âge de Decouvertes*.-----

----- Eu recordo os Senhores Deputados de que por exemplo em alemão se fala também de *Zeit der Entdeckung*.-----

----- Portanto tratasse de em nome da ideologia quebrar com o consenso académico, com o consenso nacional, o que teria estimamos nós as consequências mais negativas, e seria profundamente infeliz, para mais quando sabemos como eu dizia se trata de uma relação com a palavra Descobrimientos, com o conceito de Descobrimientos, que é multiseular, que vem já desde o Século XV, e que foi perpassando a narrativa portuguesa, e obra científica historiográfica portuguesa sobre os Descobrimientos, ao longo dos séculos também.-----

----- Convirá recordar esse respeito, nomes grandes da nossa Academia, como Visconde de Santarém, Jaime Cortesão, Oliveira Marques, e até Vitorino Magalhães Godinho, todos eles usuários dessa fórmula, e nenhum deles alguma vez criticou dela.-----

----- Pois bem, então o que se pretende, o que pretende a nova portugalidade com esta Petição?-----

----- A nova portugalidade e os seus parceiros da Associação Coração em Malaca que gentilmente se associaram a esta iniciativa.-----

----- Pretende uma instituição que faça jus e que dignifique o papel de Lisboa, como capital da empresa dos Descobrimientos, pretende que exista em Lisboa uma instituição que recorde por um lado os lisboetas e os portugueses, e por outro o mundo como um todo, o público internacional do papel central da cidade e do país nessa empresa, que devemos todos certamente considerar essencialmente feliz, que foi a revelação ao mundo, que foi a mostra, a descoberta do mundo por si mesmo.-----

----- E certamente, podermos discutir os conteúdos a incluir nesse museu, mas essa não é uma discussão que vamos ter já, isso é para o futuro, que discussão vamos temos ter agora?-----

----- Quanto ao nome estamos conversados, julgo eu e fundamentalmente conversados, quanto aos conteúdos bastará pedir que não venha a realizar-se em Lisboa uma espécie de museu dos horrores, como se fazia muito ao espírito do Século XIX, quando havia umas galerias apavorantes sobre a Inquisição Espanhola, com umas bonecas terríveis, com uns instrumentos de tortura, que mostrassem os pavores que aquela instituição causava aqueles que perseguia, isso não seria servir Lisboa, e certamente não seria servir a verdade histórica.-----

----- Podemos evidentemente reconhecer todos que houve dimensões criticáveis dos Descobrimentos, e certamente ninguém negaria que houve escravatura ao longo do Período dos Descobrimentos, e que depois o Período dos Descobrimentos quando se assenta o Império.-----

----- Agora pretender transformar o Museu dos Descobrimentos, que foi aquilo que Portugal fez, num Museu da Escravatura que foi algo realizado por todos os povos, seria certamente uma infelicidade e uma afronta à verdade histórica, e à própria dignidade na cidade de Lisboa.-----

----- Creio ter terminado o meu tempo, um minuto muito rapidamente só para concluir.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Exato já esgotou os dez minutos, só uma ideia para concluir.”-----

----- **O Peticionário o Senhor Rafael Pinto Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Fecharei agora mesmo.-----

----- Eu gostaria também de comentar a ideia que foi apresentada por algumas personalidades ao longo destes meses de discussão intensa na arena pública, de que o Museu se chamasse “Viagem” ou “Viagens”, ora bem convém notar que em bom rigor viagens houve muitas ao longo da história, e todas elas de relevância, mas algumas não com tanta relevância como aquelas que empreendemos nós.-----

----- As viagens foram as de Ibne Batuta, foram as dos polinésios, foram as do Marco Polo, foram as dos Cartaginenses, mas isto não gerou conhecimento estrutural e permanente do mundo pelo próprio mundo, desse ponto de vista os Descobrimentos foram um processo absolutamente diferente, e absolutamente novo e seria muito injusto querer confundir algo relativamente banal como as viagens que todos fizeram, com aquilo que efetivamente revelou a geografia terrestre a todos os povos do planeta”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, tem mesmo que terminar.-----

----- Uma frase.”-----

----- **O Peticionário o Senhor Rafael Pinto Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminarei apenas com um outro comentário sobre a proposta das Descobertas...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- É mesmo uma frase para terminar, não um comentário tão longo.”-----

----- **O Peticionário o Senhor Rafael Pinto Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, propôs-se também a ideia de Descobertas, mas Descobertas como sabemos e pedia atenção a isso é um malicismo é uma palavra que não existe na língua portuguesa senão por importação, seria certamente um insulto que agora na capital de Portugal, que a cidade de Gil Vicente, de Camões e de Pessoa, existisse uma instituição com um nome que nem sequer é português, felizmente a nossa língua é rica e fornece-nos os elementos que precisamos.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, já ficou muito bem clara a sua intervenção e muito agradecemos, e este contributo para o debate, temos vários oradores inscritos, e o debate vai continuar.-----

----- Antes de dar a palavra aos Oradores, agradecendo a intervenção do Representante dos Peticionários.-----

----- Dizer-lhes que está a decorrer a votação referente ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, a eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa, e que encerraremos a votação quando encerrarmos o debate da Petição, como há um número bastante elevado de Senhores e Senhoras Deputados que não exerceram o seu direito de voto, apelo a que o façam agora, porque temos cinco ou seis oradores inscritos, agora sete, e vamos aproveitar este tempo para votar, para podermos encerrar a votação.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Apreciamos hoje a Petição pública trazida a esta Assembleia Municipal, com a vontade expressa de quatro mil cidadãos de Lisboa, no sentido de ser concebido e futuramente construído o “Museu dos Descobrimentos, da expansão e da Portugalidade”-----

----- Petição que tem como signatário e proponentes cidadãos das mais variadas posições ideológicas e partidárias, mostrando o quanto este assunto está acima da ideologia.-----

----- Gostaria de começar a minha breve intervenção, felicitando estes cidadãos que corporizaram o facto de que para o mundo ocidental, após o Império Romano mais de mil anos depois foi Portugal pioneiro e fundamental, enquanto nação e povo na descoberta de novos mundos partindo desta “*tão nobre e leal cidade de Lisboa*”.-----

----- É certo que existiram e existiam então muitos outros povos e outras culturas para além dos Europeus, mas foi Portugal que inaugurou a “Era Gâmica” a que hoje chamamos globalização, facto hoje reconhecido internacionalmente por historiadores das mais diferentes culturas. -----

----- Cumpre ainda lembrar que desde sempre se falou da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, e nunca da descoberta da Índia cuja respetiva armada também ela partiu de Lisboa, curiosamente é precisamente por causa dos Descobrimientos Portugueses que existem hoje ricos registos e descrições de povos e culturas, que de outra forma não teriam sido conhecidos pelo menos tão precocemente e também por causa deles se inaugura uma revolução científica cujos conhecimentos perduram até aos dias de hoje, nos mais diversos domínios. -----

----- Saliento, os Descobrimientos Portugueses alteraram a conceção cultural da Europa como centro do universo a que estava habituado o Homem Medieval, reconhecendo outros povos e culturas até então desconhecidos. -----

----- Por tudo isto, entendo que importa que este núcleo museológico seja um verdadeiro espaço de contemplação e aprendizagem, sem quaisquer revisionismos históricos, e que vá muito para além de uma visão eurocêntrica, deste tão importante período histórico para a Humanidade. -----

----- O futuro Museu dos Descobrimientos Portugueses, mais de que um simples repositório de objetos inanimados, deverá ser um centro cultural de investigação histórica e de reflexão de importância histórica mundial dos Descobrimientos Portugueses, nas suas múltiplas abordagens. -----

----- A existência de um núcleo dedicado à temática da escravatura servirá para espaço de educação e sensibilização para os Direitos Humanos e Igualdade, com o respeito pelo rigor, e sem vícios ideológicos. -----

----- Por último, e não menos importante importa saber qual será o valor do investimento necessário para a criação e instalação deste novo Museu dos Descobrimientos, e que custo terá a cargo dos contribuintes lisboetas. -----

----- Meus Senhores, continuamos a entender que o Município de Lisboa deveria ter há muito tempo atrás, investido na conservação, proteção e expansão do Museu da Cidade de Lisboa, que há décadas carece de profundas obras de manutenção.-----

----- Não podemos continuar a depender da providência divina e da oração, para que não exista uma qualquer desgraça um incêndio ou outro desastre quais quer de consequências irreparáveis. -----

----- E se digo tudo isto, é porque o espólio do Museu da Cidade de Lisboa deveria constituir um verdadeiro Museu dos Descobrimientos.-----

----- A cidade de Lisboa sempre se definiu e sempre se qualificou até aos dias de hoje por essa grande gesta que foram os Descobrimientos Portugueses.-----

----- Por tudo isto, julgo da mais elementar justiça prestar a justa e devida homenagem àqueles nossos antepassados, que em perigos e guerras forçados mais do que permitia a força humana e entre gente remota edificar um novo reino que tanto se sublimaram. -

----- Meus Senhores, face ao exposto não poderemos deixar de votar favoravelmente, louvando como não poderia deixar de ser a Petição vinte e três de 2018.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos dar sequência aos Oradores inscritos.”

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Relativamente à apreciação da Petição vinte e três de 2018, e à matéria por ela suscitada, saudámos a Recomendação apresentada pela 7ª Comissão. -----

----- Lembramos ainda o escritor José Gomes Ferreira, que afirmou: “*as navegações foram uma epopeia sem rival nos tempos modernos*”, um tempo que coincide com a posição mais avançada dos portugueses como povo no contexto de desenvolvimento da Humanidade, esse contributo para o progresso coletivo exigia uma coragem brutal, ao enfrentar durante meses, mares e oceanos totalmente desconhecidos, em embarcações frágeis sujeitas a brutais tempestades, doenças e em muitos casos a não mais regressar.-----

----- As descobertas foram não só geográficas mas de todo o conhecimento e conduziram à ciência moderna, descobertas que criaram o terreno propício ao desenvolvimento do espírito crítico, da experimentação e da procura do novo.-----

----- Levou ao questionamento do adquirido por séculos de pensamento dogmático, descobertas que contribuíram para a libertação de falsas visões do mundo, superstições e do saber escolástico assente nas verdades absolutas. -----

----- Sobre a matéria hoje em apreço, votaremos favoravelmente a Recomendação da 7ª Comissão, por considerarmos que a mesma reflete o nosso entendimento naquilo que diz respeito à forma como as unidades museológicas devem ser tratadas, como um todo vivo capaz de provocar reflexão, unidade e ser um fator preponderante de informação, formação e formação científica e humana.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, Senhora Segunda Secretária para chamar o próximo Orador.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Como todos sabem o Peticionário que aqui interveio é membro de uma Organização chamada “Nova Portugalidade”, que é uma organização de extrema-direita, e isso deve servir de aviso a todas as pessoas e a todos os Deputados e Deputadas, desta Câmara. -----

----- Dizer que os museus são instrumentos de produção de conhecimento, e são necessariamente de natureza epocal, os verdadeiros museus não são lugares onde o passado permanentemente esquecido, são lugares onde o passado é permanentemente atualizado, se não fosse assim seriam meros caixões. -----

----- Por isso, estranhámos e definimos contra este movimento que promove o branqueamento, segundo o qual o colonialismo português seria brando e que a lusofonia, uma das formas mais cínicas de colonialismo seria uma visão que era neutra, que aliás, ainda é algo que impera um pouco no espaço académico e na comunicação social portuguesa. -----

----- Não há Ciência, e não há História que seja neutra, a Ciência e a História implicam sempre escolhas, são determinadas por políticas, por educação, por investigação, por editoriais, e conduzem a processos de investigação e de construção narrativas. -----

----- Toda a narrativa histórica, olha sobre um ponto de vista, e suspeito que aqueles que advogam neutralidade da história são habitualmente aqueles que desejam que o seu ponto de vista seja o predominante com uma vocação hegemónica portanto. -----

----- O Museu das Descobertas, uma celebração de um suposto orgulho nacional, ou de uma grandeza de Portugal ou mesmo de uma paradoxal interculturalidade de origem portuguesa, não me parece fazer falta! -----

----- Aliás, ele já existe de algumas formas, já há reflexão sobre vários aspetos de seiscentos anos de história merecem e necessitam de locais, de espaços e o museu pode ser um contributo para isso, mas não será o seu único aspeto. -----

----- Se os Senhores e Senhoras que propõem, usam e abusam orgulhosamente de palavras como “*expansão*” ou de “*Portugal que novos mundos, deu ao mundo*” se deslocassem aos países que dizem terem sido descobertos, seriam recebidos por uma monumental e humilhante gargalhada merecida, diga-se, se continuarmos a ver a sociedade a olhar para o passado sem pensamento crítico e com fantasmas. -----

----- Por isso, acompanhamos a Recomendação da 7ª Comissão, e que incluí expressamente “escravatura” no material que deve ser exposto, aliás pecaríamos senão tivéssemos essa parte em conta. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos dar a palavra ao próximo Orador” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, boa-tarde. -----

----- Gostaria de saudar os Peticionários e a sua defesa por um Museu dos Descobrimientos da Expansão e da Portugalidade.-----

----- A propósito da polémica acerca da terminologia utilizada, “*Descobrimientos*” e “*Expansão*” quero relembrar os seguintes pontos.-----

----- Primeiro, não queremos nem podemos branquear a História, temos de assumi-la com os seus pontos positivos e negativos, mas não podemos ler a História com os conceitos da atualidade, há que contextualizar os factos e inseri-los no seu período, contextualização Senhor Deputado!-----

----- Ou arriscar-nos-emos a sermos totalitários e arrogantes. -----

----- Da mesma forma que não faz sentido, chamar os gregos antigos de pedófilos por terem como formação política e de cidadania do jovem que conheça o processo pederástico, bastar-nos-ia para isso compreender esse contexto onde os clássicos *Aristóteles, Platão, Aristófanes* ou *Pausânias*, entre outros, ou ainda os trabalhos científicos de classicistas de referência como: Maria Helena da Rocha Pereira, Núncio Simões Rodrigues, também não faz sentido renegarmos os conceitos de descobrimientos ou de expansão relativamente ao período histórico dos portugueses, que descobriram, entre outras ações o Caminho Marítimo para a Índia e a expansão do território espiritual religioso português.-----

----- Número dois.-----

----- Houve erros? Sim houve! Mas ninguém os quer apagar ou renegar, assumi-los e interpretá-los à luz da época com distanciamento e sem paixões, é o que se deve fazer o processo científico.-----

----- Terceiro.-----

----- Num mundo académico, a terminologia utilizada incluindo o nome das disciplinas utilizadas nos vários ciclos de História, e eu sei do que estou a falar, é exatamente de Descobrimientos e Expansão, e são esses os nomes utilizados para quem da especialidade.-----

----- Por tudo isto, e por saber do papel fundamental do progresso científico e na ação construtiva da modernidade do saber e da transformação do mundo da primeira aldeia global, papel protagonizado por Portugal, que o PPM apoia os Peticionários.-----

----- E já agora, Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda, com todo o respeito que lhe tenho, mas o que é que o Senhor Deputado sabe de História?-----

----- Quais são os seus trabalhos de investigação sobre este assunto?-----

----- O que é que sabe? Para além do preconceito que vem aqui constantemente demonstrar, era a pergunta que lhe fazia?-----

----- Tenha mas é vergonha na cara!-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Deputada Aline, essa última frase é um excesso de linguagem perfeitamente dispensável, no tratamento aqui no nosso Plenário. -----
----- Vamos ignorá-lo e dar continuidade, aquilo que são as inscrições que a Senhora Segunda Secretária tem na sua posse.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “O Senhor Deputado vai utilizar tempo cedido pelo Partido Socialista”.-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----
----- Em primeiro lugar, porque estes Peticionários não são diferentes de outros, só pensam de forma diversa daquela que eu penso, quero saudar os Peticionários pelo ato de cidadania que tiveram, independentemente das discordâncias que terei de seguida conforme verão na intervenção. -----
----- Eu relativamente à polémica terminológica, ficou-me com Jaime Cortesão, e digo Descobrimientos, sim! E digo Descobrimientos, sim! -----
----- O mesmo Jaime Cortesão que foi exiliado por um Estado Novo, que fazia outra liturgia dos Descobrimientos, aquela da expansão e da dilatação da fé, que ainda há pouco ouvimos, aquela da exaltação do nacionalismo e de uma portugalidade, dessa portugalidade que deu origem a tanto rancho folclóricos posições e a tanto museu etnográfico que ainda por aí anda e onde já está representada. -----
----- E por isso, dizer com franqueza que não devemos ter tabus, devemos ter sim um Museu dos Descobrimientos, temos de ter um museu que se dedique ao estudo e ao desenvolvimento e aprofundamento da polémica que vimos aqui hoje nesta Assembleia Municipal.-----
----- Aquilo que já não cabe é um Museu da Portugalidade, quem sabe da exaltação da raça, ou de outra coisa que o valha. -----
----- E, em relação à Recomendação da 7ª Comissão eu não fiz parte dos trabalhos, estou à vontade votarei contra, e votarei contra porque entendo que não assume uma decisão, votarei contra porque a mesma defende uma estrutura polinucleada, que é o mesmo que não convidar o trabalho de investigação científico, devidamente centrado, e votarei contra porque entendo que a escravatura merece um museu, e merece um museu nos seus vários aspetos. -----
----- Mas relativamente à escravatura antes dos Descobrimientos, que tal houve promovida por cristãos, promovida por árabes, e houve na Idade Média.-----
----- E também estudando o fenómeno da escravatura, porque tanto eu saiba quem andava de barco, também porventura não entrava África dentro pelo continente,

entrará mais tarde, e de alguma forma esse processo de escravatura se desenvolveu, e há responsáveis para além dos portugueses. -----

----- E dizer também que foi a moral judaica ou cristã, que inspirou a própria extinção da escravatura, noutras sociedades que assim não praticavam, isso sim, merece um debate sério.-----

----- Portugal não teve o melhor dos papéis ou papel que muitos desejaríamos ter tido, mas é História, e a História sim é um tribunal, mas é um tribunal que julga com imparcialidade, e só vamos ter a serenidade para ter essa imparcialidade, e para não andar aqui a branquear outro tipo de atitudes e outro tipo de intenções. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar continuidade às intervenções.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Público aqui presente, Senhores Vereadores.-----

----- Uma vez mais, a discussão centra-se longe daquilo que é o verdadeiro objeto pretendido em primeiro lugar na Petição, e em segundo lugar naquela que é a vontade que eu diria indomável de uma nação que em determinado momento, fez algo de muito importante, tirou a Europa da Idade Média.-----

----- E esta visão, e estes revisionismos que pretendem em vários momentos rescrever aquilo que foi um episódio de epopeias marcados por um processo de globalização à luz de um período que muitos querem centrar naquela que é atualidade em vez de compreenderem naquele que foi o momento, é também um ato de enorme desonestidade intelectual, e é também um ato de desonestidade política. -----

----- A verdade é o que celebramos é um Portugal num mundo, a influência e este cruzamento entre diferentes nações, em momentos particulares da História mundial, e que levaram em determinado momento aquilo que hoje é inevitavelmente um dos grandes marcos de um povo que estava à beira-mar plantado, mas que é hoje a sexta língua mais falada do mundo. -----

----- E isto representa algo, e deve nos encher de orgulho também.-----

----- Claro que todas as epopeias têm momentos marcantes, e têm momentos negativos, claro que todas as epopeias têm grandes, grandes, grandes desafios, e têm inevitavelmente alturas em que as coisas não nos correm tão bem. -----

----- Mas aquilo que nós devemos celebrar é o que de positivo aí surgiu, é tudo aquilo que podemos oferecer, que ajudámos a construir e as diferenças com que nos marcámos, até com outras civilizações. -----

----- Sim, temos que ter um Museu dos Descobrimentos! -----

----- Sim temos que ter um espaço que demonstre aquela que foi a relação histórica de Portugal com outros povos, o que ganhamos com eles, e o que eles ganharam connosco, e sim temos que lembrar o que de menos bom correu, para que de futuro não se volte a repetir.-----

----- Agora, o problema que se discute aqui tanto essa Petição, e essa vontade, porque o que nós vamos ter que votar é o resultado de uma avaliação que se traduziu numa Recomendação desta Comissão, e o que nos transtorna de certa forma, e em mim em particular, é que o objeto e objetivo desta Petição não se encontra plasmado na vontade daquela que é a Recomendação feita pela 7ª Comissão.-----

----- Não podemos desmembrar o conceito de um espaço onde queremos centrar toda a informação, onde queremos centrar toda aquela que é o estudo científico, mas também aquela que é toda a exposição, não podemos desmembrá-lo agregando a algo que já existe, e que não constrói, ou a algo que eventualmente um dia destes poderá existir, mas que continuará de certo forma desagregado.-----

----- O que se pretende aqui é aquilo que sempre, sempre se defendeu, é um espaço único, uno, onde se fale daquilo que foi a verdadeira epopeia dos tempos modernos.---

----- Homero escreveu sobre epopeias passadas, registos que nada ou pouco será recordado por aquilo que foi a troca entre culturas, mas o que Camões escreveu e que hoje ainda é recordado, é exatamente essa troca, é exatamente esse momento de diálogo mas também de confronto, e é disso que nos devemos orgulhar, porque independentemente das diferenças, estivemos lá, partilhámos, dialogámos, debatemos, discutimos, descobrimos, e sim, Portugal nesse momento foi o primeiro a globalizar, e sim, Portugal nesse momento deu novos mundos, ao mundo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caros Vereadores ainda resistentes, Caros Deputados, Caro Público.-----

----- Queria obviamente em primeiro lugar saudar este ato de cidadania de muitos subscritores desta Petição, e dizer-lhes que da parte do CDS têm todo o nosso apoio aquilo que nos trazem aqui hoje, sem qualquer preconceito como alguns Deputados aqui já o apresentaram.-----

----- E portanto, assumir esta sintonia com aquilo que é vosso texto, é também recusar, de cometer o erro de julgar os Séculos XV e XVI, à luz dos atuais valores.-----

----- Relativamente, aquilo que já foi dito sobre a Recomendação, nós também temos algumas dúvidas, vimos que ela foi aprovada por unanimidade, mas temos algumas dúvidas se vamos ter museu polinuclear, achamos que deve ser um museu único, e

achamos também que deve haver aqui uma temática específica sobre a escravatura, ao enaltecer uma parte da história, toda ela é importante, com os seus momentos bons, com os seus momentos maus, e portanto temos aqui algumas dúvidas quanto ao facto da Recomendação da 7ª Comissão, destacar uma determinada parte dessa história. -----

----- Mas também, temos aqui alguns Senhores Deputados em particular o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, a fazer uma leitura distorcida daquilo que é a proposta que vem e o teor específico desta Petição. -----

----- Porque, querer julgar a atrocidades cometidas nas datas que falámos com a cabeça e o pensamento do Século XXI não é claro, e não é justo, e portanto nunca será uma leitura livre de preconceitos, e portanto eu acho que o Senhor Deputado, e muitas vezes o Bloco vive aqui um bocadinho num arrependimento permanente, num estalinismo histórico, e eu acho que é esse o vosso problema, e portanto nós aqui não trazemos esses preconceitos, e portanto olhamos de outra forma, para esta questão, sem saudosismos e sem complexos. -----

----- E portanto, mais uma vez nós não podemos olhar para esta matéria com uma visão atual, porque senão tínhamos que fazer com uma visão como o Bloco acha que deve ter, e daqui a pouco o que é que é que estaríamos a fazer? Teríamos a julgar Jesus Cristo de não ter cumprido a “Lei das Cotas”, não a cumpriu, a julgar Vasco da Gama porque não pagou horas extraordinárias aos marinheiros, ou até pedir ao Ministério Público para processar Afonso Henriques por ter batido na mãe, e portanto, isso seria um novo mundo, que o Bloco queria aqui. -----

----- Mas passando esta sátira, apenas para explicar que nós não podemos olhar para esta questão da nossa História, com preconceito, e muito menos com vergonha acho que a História é o que é, os factos são o que são e portanto não queiram inventar, e dar uma nova leitura a estes factos, até se quiserem arrepender destes factos, arrependam-se de factos mais recentes ligados ao vosso partido, e portanto, nós não olhamos para isto com arrogância, nem com intolerância, porque acho que não somos ninguém para julgar a nossa História. -----

----- E depois também dizer, que relativamente ao texto em particular, que acho que os portugueses não devem ter motivos para esconder ou envergonhasse da sua História. -----

----- Nós somos portadores de um passado universalista, e “Os Descobrimentos” e “A Expansão” constituíram marcos fundamentais para dar novos mundos ao mundo, principalmente ao mundo português. -----

----- Hoje somos física e espiritualmente fruto desses encontros de culturas, de um encontro para sempre moldou o nosso passado e determinou o nosso futuro, e portanto, “Os Descobrimentos” são parte dos nossos laços afetivos com vários povos, do patriotismo sem fronteiras, e obviamente da nossa língua, da nossa língua mãe. -----

----- E portanto, negar isso ou simplesmente encontrar erros nos “Descobrimentos” seria um ato de masoquismo próprio de quem têm problemas com a sua identidade, ou que não ama Portugal, e portanto, o nosso caminho, e um país que renega a sua História não viverá o presente, e não terá certamente um futuro. -----

----- E portanto, da parte do CDS o nosso caminho é totalmente oposto a este, criticamos e portanto, subscrevemos a constituição de um Museu dos Descobrimentos e da Expansão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Próximo Orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.-----

----- Este debate surge a propósito de uma Petição que se baseia num grande equívoco: Insiste em confundir saber aceitar e compreender o passado com a sua utilização enquanto figurino do futuro.-----

----- Quanto à Recomendação da 7ª Comissão, esta limita-se a propor aquilo que já está previsto no programa da candidatura “Lisboa precisa de todos” que foi amplamente discutido e cuja revisão e debate continua a ser necessário.-----

----- Votaremos a favor da Recomendação da 7ª Comissão porque entendemos que faz sentido criar um espaço de reflexão sobre este tema muito complexo, com muitas consequências culturais ainda latentes na nossa sociedade, mas esse debate não deve ser feito com base na obsessão pela portugalidade e no mito heroico dos Descobrimentos.-----

----- Temos, enquanto país e cidade, a obrigação de deixar de ter um passado mitológico como referência, de criar, isso sim, novas referências civilizacionais que não se baseiem na expansão, no crescimento, na conquista, mas sim na harmonia, na diversidade, na paz, na igualdade e na liberdade.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, vamos dar a palavra ao último Orador inscrito, até agora.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Senhores Peticionários, Público em geral.-----

----- Antes de mais, queria saudar os Peticionários por aquilo que nos trazem, e trazem-nos algo que já devia, que já era tempo de puder ser encarado de uma forma diferente e mais desapaixonada. -----

----- Estamos a discutir a existência, ou a criação de um Museu, independente do nome que se lhe queira dar, mas um Museu que vai estudar, servir de base à investigação, de séculos da nossa História, que formaram a nossa identidade, ou parte da nossa identidade, e não querer tornar esse Museu uma realidade, é algo que para nós é completamente incompreensível. -----

----- Por essa razão, não podemos acompanhar a Recomendação da 7ª Comissão, que para além de não concentrar esforços no estudo destes séculos e dessas atividades, não permite portanto, tornar concreto aquilo que eu acho que é uma falha neste momento na nossa cidade, no nosso país, e acho que era altura de puder repor essa falha, puder criar esse Museu, independentemente, repito do nome que se lhe queira dar. -----

----- O nome é algo que pode ser discutido, agora o estudo destes séculos num local concentrado que permita estudar aquilo que foi a História do nosso país, de uma forma desapaixonada, acho que já era tempo de Portugal poder dar esse passo. -----

----- Por isso, seja Descobrimientos, seja a escravatura, seja aquilo que seja que esteja relacionado com esses séculos, acho que deve estar estudado, museologado e estar disponível à população, até para diminuir um pouco aquilo que é um pouco a falha de conhecimento que existe hoje na nossa população, sobretudo a população mais jovem, e por essa razão estamos a favor da Petição, mas estamos contra, não podemos acompanhar esta Recomendação, que creio que dispersa toda a virtualidade que poderia existir na criação deste Museu. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não registamos mais pedidos de palavra, não sei se a Câmara quer usar da palavra?-----

----- Senhor Vereador, Senhora Vereadora? Não! -----

----- Portanto, vamos passar à votação da Recomendação nº 46/01, oriunda da 7ª Comissão Permanente sobre a Petição nº 23 de 2018, “Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimientos, da expansão e da Portugalidade”. -----

----- A **Recomendação nº 046/01** foi **aprovada por maioria** com abstenção do MPT, PPM, votos contra do PSD, CDS-PP, PAN, 1 IND, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, 8 IND, 2 PSD. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos várias Declarações de Voto, apresentadas por escrito a serem sinalizadas à Mesa, de vários Senhores Deputados Independentes. -----

----- Já percebi que este tema move muitas paixões a começar por aqui pela Mesa, mas temos que manter a imparcialidade e a boa condução dos trabalhos, e com toda

esta agitação, para declarar formalmente que a Recomendação da 7ª Comissão foi aprovada.-----

----- Temos um pedido para uma Declaração de voto Oral do Partido Social Democrata.-----

----- Portanto, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Luís Newton** em nome do **Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Senhor Presidente.*-----

----- *O Partido Social Democrata votou contra a Recomendação, porque é a favor da Petição, e queremos deixar isto muito claro, relativamente à questão em discussão. ---*

----- *E relativamente, aquilo que é o nome, as designações, o Partido Social Democrata também quer deixar claro que se revê na designação “Museu dos descobrimentos”, se revê naquele que foi um período muito importante da nossa História, da história mundial, e que deu tanto aquilo que é a nossa cultura, e que se revê muito naquilo que é o resultado de todo esse período, e se revê em atletas olímpicos como: Rosa Mota, Carlos Lopes, Nuno Delgado, Patrícia Mamona, Nelson Évora, Jéssica Augusto ou Francis Obikwelu, todos ostentaram as cores nacionais e todos representam Portugal.-----*

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Fazer uma nota, o CDS também apresenta uma Declaração de Voto por escrito.---

----- Dos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes, que há pouco sinalizaram os serviços de uma nota que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa transmitiu à Mesa, que a Declaração de Voto por Escrito será pela remissão para o conteúdo da sua intervenção e que já está gravada e que será plasmada na ata, e portanto deve ficar sinalizado que esse é o conteúdo da Declaração de Voto escrita, embora não seja muito habitual que assim seja, mas foi o pedido do Deputado Rui Costa.”-----

----- (O Senhor Deputado Rui Costa dos Independentes informou a Mesa que a sua intervenção seria também uma **Declaração de Voto**)-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 751/CM/2018 – (SUBSCRITA PELOS SENHORES VEREADORES JOÃO PAULO SARAIVA E MANUEL SALGADO) CELEBRAÇÃO DE ADENDAS AOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS DE AJUDA, ALCÂNTARA, BENFICA, ESTRELA, OLIVAIS, PARQUE DAS NAÇÕES, PENHA DE FRANCA E SÃO VICENTE, BEM COMO A APROVAÇÃO DAS RESPETIVAS MINUTAS DE ADENDAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25º, NO ARTIGO 116.º E**

NO N.º 2 DO ARTIGO 120.º, TODOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; -----

----- A Proposta nº 751/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante.-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a Proposta nº 751/CM/2018.** -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta nº 751/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante).-----

----- **Recomendação nº 046/02 (1ªCP) – Resultante do Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a Proposta nº 751/CM/2018.** -----

----- (A Recomendação nº 046/02 da 1ª Comissão Permanente Resultante do Parecer sobre a Proposta nº 751/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto três da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta nº 751 de 2018, “Celebração de Adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Ajuda, Alcântara, Benfica, Estrela, Olivais, Parque das Nações, Penha de França e São Vicente, bem como a aprovação das respetivas minutas de Adendas.-----

----- A prepósito desta matéria e à atenção da Câmara e dos Senhoras e Senhores Deputados e dos diferentes Grupos Municipais, nós temos, e já foi transmitida à 1ª Comissão, temos aqui vários erros materiais que foram identificados pelo Grupo de Trabalho que gere o acompanhamento destas matérias, nomeadamente, do que tem a ver com os contratos de delegação de competências, que temos que verter aqui para ata de modo a que fique registado como erro materiais, suprimidos pela Assembleia Municipal, por várias explicações e correções já feitas pela Câmara Municipal, e que depois, naturalmente terão que ser retificados em Reunião de Câmara.-----

----- Assim, no que concerne à Minuta da Adenda da Freguesia da Ajuda, “no considerando K (4ª linha): onde consta: “693/CM/2015” deve constar “186/CM/2017”.-----

----- Minuta da Adenda corrigida já foi enviada pela CML.-----

----- No concerne a Adenda da Freguesia de Alcântara não temos nada a reportar, mas o estudo de alguns destes contratos carecem, e este carece o estudo referente à Freguesia de Alcântara já foi retificado e enviado pela Câmara Municipal.-----

----- No concerne à Minuta da Adenda da Freguesia de Benfica temos vários erros materiais.-----

----- “Na cláusula primeira, onde consta “Proposta nº 783/CM/205” deve constar “Proposta nº 783/CM/2014”-----

----- Na cláusula quinta onde consta “Proposta nº 400/CM/2016” deve constar “Proposta nº 400/CM/2017”.-----

----- Na cláusula sexta, nº1 eliminar “695/CM/2015”.-----

----- A Minuta da Adenda já foi corrigida e enviada pela Câmara, o estudo, que neste caso também é necessário também já foi retificado, e enviado pela Câmara Municipal.

----- Senhor Vereador quer fazer um ponto de ordem?-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim!-----

----- Só porque, o Senhor Presidente referiu aí há pouco que os erros materiais teriam que ser retificados em Câmara!-----

----- Bem, eu tenho ideia, que, e peço desculpa se tiver a cometer um erro, mas que os erros materiais, por serem materiais ficavam solucionados aqui já não tinham que ser retificados em Câmara, se fossem erros substantivos, aí sim era preciso retifica-los em Câmara, senão... eu tenho ideia, posso estar enganado que não tem sido esse o procedimento.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está certo Senhor Vereador, só lhe estava a dar a possibilidade, porque como há aqui estudos, e tudo, se a Câmara entender que alguns deles podem dar problemas futuros do modo mais substantivo, pela jurisprudência das cautelas, não custa nada, retificar.-----

----- Porque alguns, e eu estou a lê-los e a identificá-los todos este trabalho detalhado, alguns não tenho dúvidas nenhuma que são mesmo erros materiais, aqui a matéria dos estudos e as retificações do estudo, não sei, porque não fui ler os estudos, se são materiais ou se são substantivos, era por causa disso.-----

----- Mas a Câmara que conhece toda a documentação, e a 1ª Comissão e o Grupo de Trabalho, que esteve a trabalhar nisto, saberão discernir, estou a ler porque tenho aqui duas colunas.-----

----- Uma que refere os erros materiais e a outra que autonomiza a matéria dos estudos, por isso é que fiz essa referência.-----

----- Vamos continuar, naquilo que refere à Freguesia da Estrela não temos nada a reportar em termos de erros materiais, houve uma retificação do estudo que já foi enviado pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- No que concerne à Freguesia dos Olivais, temos vários erros materiais no concerne à Minuta da Adenda.-----

----- “Na alínea VIII do Considerando E) retirar a frase “relativas à Promoção da Acessibilidade e Segurança em passagens de peões e paragens de autocarro;-----

----- No Considerando I), a seguir à “Proposta n.º 409/CM/2016” inserir e da Proposta n.º 781/CM/2015”;-----

----- Na Cláusula primeira, retirar alínea f);-----

----- Na cláusula terceira, nº 1, onde está:”...e cujas intervenções não foram concluídas...”deve estar: ...e cuja intervenção não foi concluída...”-----

----- E também, onde consta “Proposta nº 781/CM/2014” deve constar “Proposta nº 781/CM/2015”.-----

----- Esta Minuta já foi corrigida e enviada pela Câmara, e aqui não carece de estudo, e portanto, não há lugar nem à apresentação do estudo, nem à sua correção.-----

----- No que diz respeito, à Minuta da Adenda da Freguesia do Parque das Nações, também erros materiais.-----

----- “No considerando A) onde consta 407/CM/2016, deve constar 407/CM/2017;-----

----- No considerando G) onde consta Proposta 376/CM/2016 deve estar Proposta 376/CM/2017;-----

----- Na alínea I) onde consta 407/CM/2016, deve constar 407/CM/2017;-----

----- Na alínea L) também a mesma alteração;-----

----- No corpo introdutório das Cláusulas, ou seja, no parágrafo antes da cláusula primeira, falta inserir a Proposta n.º 376/CM/2017 e onde consta 407/CM/2016, deve constar 407/CM/2017.”-----

----- A Minuta da Adenda já foi corrigida e enviada pela Câmara, e o estudo foi recebido sem correções e sem necessidade delas, na Assembleia Municipal.-----

----- No que diz respeito, à Minuta da Adenda relativa à Freguesia da Penha de França, como erro material:-----

----- “Alínea IV) do considerando E) retirar a expressão “...Em virtude...”-----

----- A Minuta da Adenda também foi corrigida, já foi enviada pela Câmara, e o estudo também foi recebido na Assembleia Municipal, sem retificações.-----

----- Minuta da Adenda da Freguesia de São Vicente, erros materiais:-----

----- “Alínea h) dos considerandos onde está:”... das Propostas” deve estar “da Proposta”.-----

----- A Minuta também já foi corrigida, já foi enviada pela Câmara, e esta proposta não carece de estudo.-----

----- E portanto, vamos naturalmente iniciar a discussão das propostas tendo em atenção todas estas correções, e quando votarmos já será na perspetiva de sanar os vícios dos erros materiais, e depois a Câmara em articulação com a 1ª Comissão verá se a matéria da correção dos estudos, que é aqui em algumas propostas se enquadra na categoria de erro material e fica já sanado, ou se terá de retificar em Câmara, de todo o modo, penso que resolveremos assim todas as matérias identificáveis aqui na proposta.-----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta, Senhor Vereador?-----

----- Senhor Vereador, não sei se a Câmara quer apresentar as propostas?-----

----- Palavra ao Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só muito genericamente Senhor Presidente, dado o adiantado da hora.-----

----- Estamos numa fase, como já todos perceberam ao longo destas últimas semanas de um dos processos digamos mais volumoso, ou mais volumoso de sempre até ao momento, porque aguarda-se que o próximo seja mais volumoso do ponto de vista financeiro de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, e estamos a terminá-lo, estamos a fechá-lo, que é algo que mesmo com dotações bastante inferiores não foi possível em diversas edições anteriores, da história deste Município

e da relação com as Juntas de Freguesia, e portanto, a mim parece-me quer desse, quer de outros pontos de vista estamos de parabéns sobre este processo, porque o conseguimos conduzir já com um nível de qualidade, eu estou a falar só da questão processual, porque se falássemos da relevância de tudo o que foi executado com estas dotações, então estaríamos aqui muito mais tempo a falar.-----

----- Mas do ponto de vista processual conseguimos fechar este processo de forma robusta, e certamente aprendendo uma série de questões que vamos ainda robustecer ainda mais o próximo processo, e portanto isso deve-se a todas as equipas do Município de Lisboa que trabalharam este processo, ou que estão a trabalhar, porque ele ainda não está concluído, e a todas as equipas das Juntas de Freguesia, que também o fizeram.-----

----- E portanto, vem este pacote agora, na próxima semana vem um penúltimo pacote, e depois haverá umas três Freguesias para fechar o processo que certamente também em tempo muito rápido conseguiremos fechar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Antes de passarmos a palavra aos Oradores inscritos, dar por encerrada a votação que está a decorrer lá fora do Conselho, e pedir a colaboração do PAN e do MPT, como escrutinadores para rapidamente os serviços, procedermos ao apuramento da votação.-----

----- Senhora Segunda Secretária para dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço imensa desculpa com a questão da votação Senhor Deputado Sobreda Antunes, a Deputada Municipal Carla Madeira, para apresentar o relatório da Comissão.-----

----- Para apresentar o Relatório da Comissão do Parecer, Proposta nº 751 é o Parecer da Comissão, era isso, eu é que estava preocupado com o encerramento da votação, e já me esqueci de dar a palavra à Senhora Deputada Carla Madeira.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- No Parecer aprovado pela 1ª Comissão Permanente “Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização”, sobre a Proposta nº 751, “Adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e as Freguesias da Ajuda, Alcântara, Benfica, Estrela, Olivais, Parque das Nações, Penha de França e São Vicente”.-----

----- Foram aprovadas as seguintes conclusões:-----

----- No Mandato Autárquico de 2013-2017, foram celebrados vários contratos de delegação de competências que não se encontram concluídos, sendo, portanto, necessário proceder à sua avaliação e conclusão; -----

----- Apesar de um grande número de intervenções não terem sido concluídas, fica patente que na grande maioria das situações mostrou-se necessário, para a salvaguarda do interesse das populações, ir mais além dos trabalhos que estavam previstos.-----

----- Noutras situações ficou ainda evidente, que com as verbas previstas, as Juntas de Freguesia conseguiram executar mais trabalhos, mostrando claramente que a proximidade traz um aumento de eficiência na gestão de recursos, princípio que tem orientado estes mesmos contratos; -----

----- Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos; -----

----- A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer. -----

----- Recomenda-se ainda a continuidade no incremento do número e âmbito destes contratos interadministrativos, sempre que seja de interesse para a cidade e para as populações locais.-----

----- Assim, a 1ª Comissão Permanente propõe ao plenário da Assembleia que delibere recomendar à Câmara Municipal que: -----

----- Proceda à correção dos erros materiais, conforme quadro anexo, elaborado pelos serviços da Assembleia Municipal; -----

----- Envie a esta Assembleia um mapa global final de todos os recursos financeiros transferidos no âmbito dos Contratos de Delegação de Competências entre o Município e a totalidade das Freguesias, no Mandato Autárquico 2013-2017.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, agora sim, Senhor Deputado Sobreda Antunes. -----

----- Tem a palavra Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício. -----

----- A Proposta nº 751 de 2018 tem em vista a celebração de um conjunto de adendas a anteriores Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e as Freguesias da Ajuda, Alcântara, Benfica, Estrela, Olivais, Parque das Nações, Penha de França e São Vicente. -----

----- Primeiro, comunica-nos a Câmara, no ponto 7 da proposta, que “este processo de encerramento das situações pendentes, por via da formalização de adendas, não comporta qualquer aumento do valor global dos recursos financeiros atribuídos a cada uma das Freguesias e será realizado faseadamente”. -----

----- E que, em algumas Freguesias, “as situações por concluir devem-se a não terem sido executadas a totalidade das intervenções previstas nos CDC e ou terem sido executadas por um valor inferior aos recursos financeiros afetos”. -----

----- Por esses motivos, acrescenta a proposta que as “soluções para compensar as situações referidas no número anterior passam pela substituição e ou inclusão de novas intervenções que se entenderam de maior interesse e prioridade para a população local”. Até aqui tudo bem.-----

----- Porém, diz ainda que também passa pela “compensação com intervenções que tenham sido executadas por um valor superior ao dos recursos financeiros afetos”. -----

----- Ou seja, acaba por se prever a eventual possibilidade de os acertos, para além de devoluções ao Município de verbas não usadas pelas Juntas, poderem comportar acréscimos aos antecedentes CDC.-----

----- Na maioria dos casos, tratam-se apenas de ajustes que têm por base o facto de a Junta não ter chegado a executar as intervenções previstas. Mas mesmo nestes casos, a Câmara não nos explica os motivos porque tal aconteceu. Terá sido por as obras terem deixado de ser importantes para os munícipes ou deveu-se a mera incapacidade da Junta? -----

----- Segundo, e no que diz respeito às Minutas dos Contratos, nem todas são claras na previsão de despesas com as futuras obras em aditamento, nem em todas se apresenta o ‘Estudo ao abrigo do artigo 122º’. -----

----- E, enquanto algumas indicam expressamente os saldos positivos ou negativos dos anteriores CDC, a favor da Câmara ou da própria Junta, esclarecendo, caso a caso, como serão aplicadas as verbas nas futuras obras, estranhamente, duas das Freguesias apenas enumeram as novas tarefas a concretizar, porém sem qualquer previsão de custos. Ora, esta omissão denota que a Junta executará a obra, como se costuma dizer, ‘à vista do pano’, o que sugere ser um possível cheque em branco para as intervenções a executar.-----

----- Senho Presidente em Exercício, gostaríamos, por isso, de sugerir à Mesa a votação em separado dos pontos deliberativos da proposta.-----

----- Finalmente, cumpre-nos, mais uma vez, congratularmo-nos com o muito pertinente desempenho das técnicas da Assembleia Municipal que integraram o Grupo de Revisão destes CDC e que procederam ao levantamento de inúmeras imprecisões e erros materiais que a Câmara deverá ainda corrigir.-----

----- Era também à Câmara e não à Assembleia a quem competiria executar esta tarefa e previamente eliminar as incongruências que transparecem nas suas próprias propostas. Aparenta ser evidente que, à semelhança de anos anteriores, os Assessores na Câmara continuam a fazer um trabalho preparatório deveras despiciente, o que daqui lamentamos.-----

----- Obrigada, Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, penso que não tenho nenhum Orador inscrito, e Senhor Vereador não sei se quer acrescentar alguma coisa? -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim Senhor Presidente.-----

----- Só para dizer que de facto, uma das conclusões que poderemos tirar deste processo, da forma como ele tem sido...bem este processo como já todos percebemos é um processo que tem estado em determinada melhoria contínua, ou seja, não sei se recordam como é que ele era gerido, e o que é que aconteceu do ponto de vista organizacional neste Mandato, há uma Unidade Orgânica que vai coordenar todo este processo, e portanto, essa Unidade Orgânica agora já foi fundamental para que este processo chegasse aqui ainda com algumas imprecisões, mas com um trabalho de fundo feito, e como eu disse único na história do Município, tudo o que eu conheço sobre esta matéria, não tem nada a ver com este processo que hoje conseguimos trazer aqui.-----

----- Todas estas despesas, estão todas documentadas, não estamos a falar de nenhum “suponhamos”, ou está documentado e está verificado e é pago, ou são processos que ainda continuam, que têm um orçamento, e que portanto terão que ser desenvolvidos, e já há um orçamento muito mais fiável do que aquele com uma orçamentação mais próxima da realidade, do que o processo anterior, também porque já decorreu este tempo e já se conseguiram afinar projetos, e todo esse projeto já está melhorado.-----

----- Mas diria eu para terminar, que a qualidade ainda não é aquela que nós desejamos, mas estamos com a direção muito bem definida, e é isso que vamos trazer-vos aqui, já com um novo conjunto de procedimentos de aprendizagem sobre isto tudo o que tivemos aqui a analisar para os novos processos, e vai ser trazido em janeiro todo esse processo aqui à Assembleia Municipal.-----

----- Dizer também, já agora em abono da verdade que no decurso daquilo que eu acabei de afirmar, desta vez também não foram Assessores, houve alguma colaboração de Assessores, mas foram essencialmente trabalhadores da Câmara, que desenvolveram este trabalho, incorporando na estrutura municipal aquilo que é da estrutura municipal.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Se eu percebi bem aqui da comunicação da Mesa, que o Partido Ecologista “Os Verdes” quer votação em separado dos pontos três e quatro, ou seja, referente à Adenda da Freguesia de Benfica e da Freguesia da Estrela, percebi bem?-----

----- Aqui com a comunicação da Senhora Primeira Secretária, portanto, é isso?-----

----- Eu tive o cuidado de verificar com o Senhor Vereador, também com os serviços que houve uma votação única na Câmara, do ponto de vista jurídico foi assim que entenderam, quer da Proposta, quer das diferentes Adendas, e portanto, procedermos assim como solicitado, ou seja autonomizando, os pontos três e quatro, e depois votando em seguida todo os outros, e a proposta.-----

----- Vamos então proceder à votação do ponto três.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal a Celebração entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica de uma Adenda aos Contratos de Delegação de Competências, e portanto está aqui tudo subsequentemente identificado.”-----

----- **O Ponto 3 da Proposta nº 751/CM/2018 foi aprovado por maioria** não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PEV, PPM, votos a favor PS, PSD, PCP, BE, PAN, MPT, 6 IND. -----

----- **O Ponto 4 da Proposta nº 751/CM/2018 foi aprovado por maioria** não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PEV, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, MPT, 6 IND. -----

----- **Os Pontos 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9 da Proposta nº 751/CM/2018 foram aprovados por maioria**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 6 IND. -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os restantes pontos e a Proposta nº 751 de 2018 foram aprovados, e portanto a Proposta na sua integralidade foi aprovada com as devidas notas e correções que enunciamos.-----

----- Vamos votar a Recomendação n.º 46/02.” -----

----- **A Recomendação nº 046/02 (1ª CP) foi aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6 IND. -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação foi aprovada por unanimidade, teve origem na 1ª Comissão e no seu relatório.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 761/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS LAUREADAS COM O PRÉMIO DE MÉRITO DESPORTIVO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL OLISIPÍADAS – 4.ª EDIÇÃO 2018 E RESPECTIVA MINUTA DE PROTOCOLO E TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E NO ARTIGO 121.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE:**-----

----- (A Proposta nº 761/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta nº 761/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 046/03 (1ª CP).** -----

----- (A **Recomendação nº 046/03 da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta nº 761/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, vamos passar ao ponto quatro, apreciação da Proposta nº 761 de 2018, “Celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias laureadas com o prémio de Mérito Desportivo, no âmbito do Programa Municipal Olisipiadas, 4.ª Edição de 2018 e respetiva minuta de Protocolo e transferência de verbas”, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições legais e Regimentais aprovadas. -----

----- Temos também referente a esta proposta erros materiais a corrigir. -----

----- No quadro do ponto 2 da parte deliberativa, onde consta “*Campo Grande*” deve constar “*Campo de Ourique.*” -----

----- No parágrafo a seguir ao quadro supramencionado, onde consta: “5317006313” deve constar: “5318006313”. -----

----- Esta proposta não carece de estudo. -----

----- Temos um Parecer da 1ª Comissão Permanente, uma Recomendação nº 46/03, a Deputada Municipal Relatora é a Senhora Deputada Inês Drummond. -----

----- Perguntava à Câmara primeiro se quer apresentar a proposta? -----

----- Prescinde. -----

----- Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, já se encaminha para o púlpito para apresentar o relatório, se entretanto se os Senhores Deputados se quiserem inscrever podem fazê-lo na Mesa. -----

----- Senhora Deputada tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS),** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- “No ano de 2014, foi assinalado o regresso dos “Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa”, que iniciaram em 1987, e decorreram até 2002, com uma nova designação “Olisipiadas” e com um novo paradigma. -----

----- O modelo adotado para as “Olisipiadas” pretendeu afirmar a nova organização administrativa da cidade de Lisboa, promovendo a representação de cada uma das Freguesias, em todas as provas desportivas a realizar, bem como o envolvimento das Freguesias enquanto entidades organizadoras e parceiras, salvaguardando assim uma maior participação de jovens. -----

----- Os princípios fundamentais e constituintes das “Olisipiadas” são: -----

----- O princípio do desporto para todos, a luta contra a violência no desporto e o combate ao racismo e xenofobia. -----

----- A afirmação do princípio da igualdade, a consolidação dos valores de solidariedade, companheirismo, entre ajuda, espírito de equipa. -----

----- O Regimento Geral das “Olisipiadas” consignou a atribuição de reconhecimentos e prémios de espírito desportivo às Juntas de Freguesia, escolas e participantes desta iniciativa.-----

----- O valor global dos prémios a atribuir ascende a setenta e sete mil euros, e são atribuídos a onze Juntas de Freguesia.-----

----- A Freguesia de Alcântara com o primeiro lugar trinta mil euros, Freguesia de Alvalade, segundo lugar quinze mil euros, Freguesia do Areeiro, terceiro lugar oito mil euros, Freguesia de Campo de Ourique, Ajuda, Olivais, Arroios, Marvila, Avenidas Novas, Estrela e São Vicente, três mil euros.-----

----- A apreciação desta proposta setecentos e sessenta e um de 2018, cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, e recomenda-se ainda através da 1ª Comissão, recomenda-se que seja dada continuidade ao incremento do número e âmbito destes contratos interadministrativos, sempre que seja para o interessa da cidade e das populações locais.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Não registámos inscrições, e portanto, vamos proceder como enunciado com aquelas correções à votação da Proposta nº 761 de 2018.”-----

----- A **Proposta nº 761/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6 IND.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos proceder à votação da Recomendação nº 046/03 oriunda da 1ª Comissão.”-----

----- A **Recomendação nº 046/03** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6 IND.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- **PONTO 5- APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 682/CM/2018 – (SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA CATARINA VAZ PINTO) - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (BAD) E A ACEITAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS, EM ANEXO, QUE CONSTITUEM PARTE INTEGRANTE DA PROPOSTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO EM VIGOR, NO N.º 1, DO ARTIGO 53.º, APLICÁVEL POR REMISSÃO DO**

N.º 3, DO ARTIGO 56.º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE:-----

----- (A Proposta nº 682/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE.-----

----- (O Parecer da 7ª Comissão Permanente relativa à Proposta nº 682/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante).-----

RECOMENDAÇÃO Nº 046/04 (7ªCP).-----

----- (A Recomendação nº 046/04 da 7ª Comissão Permanente relativa à Proposta nº 682/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos, apreciação do ponto um da parte deliberativa da Proposta nº 682 de 2018, “Adesão do Município de Lisboa à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e a aceitação dos respetivos estatutos, que estão em anexo, constituem parte integrante da proposta, nos termos desta e ao abrigo das disposições legais e Regimentais aplicáveis.”-----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar a proposta?-----

----- Prescinde da apresentação da proposta, temos um Parecer da 7ª Comissão Permanente, que deu origem à Recomendação nº 46/04 também oriunda da Comissão.

----- O Deputado Relator é o Deputado Municipal Sobreda Antunes, não sei se o Senhor Deputado se a Presidente da Comissão, ou se ambos se querem apresentar?-----

----- Para apresentar o Relatório, o Deputado Municipal Sobreda Antunes, estando também inscrito depois para a intervenção, no debate da proposta aí já temos várias inscrições, para usar da palavra.-----

----- Senhor Deputado quer fazer de seguida?-----

----- Então para apresentar a Recomendação, e o Relatório e depois para usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Esta Proposta nº 682 de 2018 tem em vista a adesão do Município de Lisboa à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a BAD, bem como a aceitação dos respetivos estatutos.-----

----- Quem é a BAD e quais as vantagens desta adesão para o Município?-----

----- A BAD é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem por missão promover políticas e práticas de Gestão da Informação, através da cooperação institucional a nível nacional e internacional, da investigação, do aperfeiçoamento científico, técnico e cultural, da ética profissional, intervindo nas áreas de decisão relativas ao planeamento, implementação e reorganização dos Sistemas e Redes de Informação Documental, na defesa do direito à informação e pela

avaliação da qualidade dos conteúdos e estruturas curriculares dos diversos níveis de formação profissional.-----

----- Para a prossecução dos seus fins, de entre os diversificados meios de intervenção, a BAD promove e organiza ações de formação e de atualização profissional na área das ciências documentais, nomeadamente da Gestão Biblioteconómica, Arquivística, Museológica e Sistemas de Gestão Informática, entre outras. -----

----- De entre as categorias de associados a BAD aceita a figura de sócios coletivos, que detenham património documental e contribuam com a sua ação para a preservação e o desenvolvimento e a divulgação desse património, como é o caso do Município de Lisboa.-----

----- Daí que a Vereação considere ser *“de toda a importância que o Município de Lisboa integre esta associação, permitindo-se assim usufruir de todos os benefícios reservados aos seus associados, estabelecendo parcerias colaborativas, racionalizando recursos, trocando sinergias, potenciando e internacionalizando contactos e oportunidades, ao mesmo tempo que projeta e promove as atividades desenvolvidas pela Divisão da Rede de Bibliotecas e pela Divisão de Arquivo Municipal”*.-----

----- A adesão do Município de Lisboa à BAD, como associado coletivo, implicará o pagamento do valor global de duzentos euros, incluindo o da joia de admissão. Aos sócios são garantidos valores mais reduzidos na frequência das suas ações de formação.-----

----- Aliás, o Município de Lisboa já foi associado fundador da BAD, com o número de sócio número noventa e oito, tendo entretanto, inexplicavelmente, perdido esse estatuto, o qual se pretende agora recuperar. -----

----- Secundando a proposta da Vereação, a 7ª Comissão deliberou dar parecer favorável, recomendando o seguinte:-----

----- Primeiro, considerando que estamos a escassos dias do final do ano, a Câmara proceda à submissão da condição de associado coletivo à BAD, apenas a partir do ano de 2019, inclusive;-----

----- Segundo, que o Município passe a incluir nos seus Planos Anuais de Formação ações de formação específicas, do âmbito da BAD, direcionadas aos trabalhadores da Direção Municipal de Cultura;-----

----- Terceiro, e tendo em consideração que nos anexos da Proposta nº 682 de 2018 surge referida a necessidade de submissão a visto prévio do Tribunal de Contas do valor da despesa, mas ela não aparece na estruturação da proposta, que a Câmara a apresente ou, em alternativa, informe esta Assembleia ser ou não dispensável tal ato administrativo; -----

----- Quarto, que seja ponderada a designação da delegação de competências nas chefias das Divisões da Rede de Bibliotecas e do Arquivo Municipal de Lisboa, como representantes do Município de Lisboa na BAD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pessoalmente, “Os Verdes” consideram ser de toda a pertinência a adesão do Município à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e que tal possa ser extensível às Freguesias, pelas inúmeras vantagens que daí advêm para os serviços dispersos da Rede de Bibliotecas e do Arquivo Municipal. -----

----- Acima de tudo, para os trabalhadores das áreas da Informação Documental poderem passar a beneficiar de atualizações de conhecimento técnico-profissional, a custos mais reduzidos, e da participação em grupos de trabalho temáticos, o que lhes permitirá implementar técnicas modernas de gestão documental, procedimentos e sistemas de classificação comuns aos restantes organismos da Administração, da partilha e cooperação institucional, da informatização à preservação digital e disponibilização da informação em linha, na promoção da leitura pública, ou de participar em sistemas integrados e normalizados em rede, ser sócio da BAD permitirá ainda que o Município possa incrementar a sua oferta de serviço público de maior qualidade ao universo dos seus utilizadores.-----

----- Finalmente, congratulamo-nos com a proposta promovida pelas chefias de Divisão da Rede de Bibliotecas e pela Divisão de Arquivo Municipal, que tiveram a iniciativa de procurar potenciar uma melhoria qualitativa dos serviços que dirigem, através das benfeitorias que possam advir desta adesão à BAD. Daqui lhes dirigimos as nossas felicitações. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos mais um Orador inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Da apreciação realizada pela 7ª Comissão, resultou a presente proposta de Recomendação, que consideramos focar elementos que podem dar um valioso contributo para o desenvolvimento da ação da Câmara Municipal de Lisboa, naquilo que concerne ao trabalho na área das bibliotecas.-----

----- Nomeadamente, estreitando experiências, possibilitando fóruns de discussão e troca de saberes, potencializando o conhecimento científico, técnico e cultural, investigação nas áreas relativas às ciências da informação e documentação.-----

----- Destacaremos aqui a importância dada a esta adesão, e o reflexo que a mesma poderá ter para os trabalhadores desta área através dos planos anuais de formação. -----

----- Esta é uma recomendação que poderá ter inquestionáveis impactos no desenvolvimento das divisões da rede de bibliotecas, e do Arquivo Municipal de Lisboa.-----

----- Desta forma, votaremos favoravelmente o Parecer da 7ª Comissão, aqui em discussão. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não sei se a Câmara Municipal quer dizer algo sobre a proposta? -----

----- Prescinde. -----

----- Vamos então passar à votação, ponto um da parte deliberativa da Proposta nº 682 de 2018.”-----

----- A **Proposta nº 682/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6 IND.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala do Plenário) -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar a Recomendação nº 46/04, oriunda da 7ª Comissão Permanente.” --

----- A **Recomendação nº 046/04** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6 IND.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala do Plenário) -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação nº 46/04 foi aprovada por unanimidade, esgotamos assim a nossa Ordem de Trabalhos destes pontos deliberativos.”-----

----- **PONTO 6 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CMIPD), SEGUNDO O MÉTODO DE HONDT, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DESTES CONSELHO E NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL.**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Resta-nos para concluir os nossos trabalhos anunciar a ata de apuramento da eleição do representante da Assembleia Municipal de Lisboa no Conselho Municipal para Inclusão das Pessoas com Deficiência, constante da lista A, o Senhor Deputado Municipal José Luís Sobreda Antunes, do Partido Ecologista “Os Verdes”, tivemos sessenta e oito votantes, cinquenta e quatro votos a favor, cinco votos contra, nove abstenções, não se registaram votos brancos, nem nulos.” -----

----- **Eleito:**-----

----- 1 Representante – Deputado Municipal José Luís Sobreda Antunes. -----

----- **Resultado apurado:** -----

----- **Votantes: 68** -----

----- Votos a favor: 54-----

----- Votos Contra: 5-----
----- Abstencões: 9-----
----- Votos Brancos: 0-----
----- Votos Nulos: 0-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “É o nosso agradecimento aos Senhores Deputados Municipais Miguel Santos e Mário Freitas, que subscrevem a ata de apuramento enquanto escrutinadores e aos serviços. -----
----- E dado o resultado e o apuramento daqui do ponto seis da Ordem de Trabalhos, resta-nos declarar encerrados os nossos trabalho. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos. -----
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----
-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----